

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA**

**Dissertação de Mestrado**  
**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

**Florianópolis**  
**2005**

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

**A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Administração da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. João Benjamim da Cruz Júnior, Ph.D.

Florianópolis

2005

## FICHA CATALOGRÁFICA

A517u

AMIN, Esperidião Helou Filho. **A utilização de indicadores sociais na administração pública brasileira**: o caso do Estado de Santa Catarina. / Esperidião Amin Helou Filho. – Florianópolis : UFSC / Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração.

171 f. : il.; 31 cm.

Orientador: João Benjamim da Cruz Júnior

Dissertação (mestrado) – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 117-121

1. Administração Pública. 2. Indicador Social. 3. Estado de Santa Catarina. 4. Indicador de Desempenho. 5. Modelo de Gestão I. Cruz Júnior, João Benjamim da II. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 35(816.4 AMIN)

**Bibliotecária Responsável**  
**Claudia Carmem Baggio**  
**CRB 14/700**

**ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO**

**A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
BRASILEIRA: O CASO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em  
Administração** no **Programa de Pós-Graduação em Administração**  
da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2005.

Prof. Rolf Hermann Erdmann  
Coordenador do Programa

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
Prof. João Benjamim da Cruz Júnior, Ph.D. - Orientador

.....  
Prof. Pedro Carlos Schenini, Dr.

.....  
Prof. Mário César Barreto Moraes, Dr.

## **Homenagem**

Para a Ângela, minha companheira de jornada, com quem tenho construído, todos os dias, nossa família.

## **Dedicações**

Dedico este trabalho aos meus pais, Elza e Esperidião,  
que sempre me estimularam a buscar na Educação a  
origem do êxito duradouro.

Aos meus filhos, João Antônio, Maria e Joana, que  
representam o que de melhor construímos na vida.

Ao meu Orientador, contemporâneo de ESAG,  
Professor Benjamim.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus colegas professores, que me estimularam a iniciar o curso de pós-graduação, especialmente ao Professor Pedro Carlos Schenini.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado, especialmente ao Professor Nilo Otani, que me honrou como Assistente no Curso de Graduação do nosso Departamento de Ciências da Administração – CAD – e colaborou, com incentivo e subsídios, para a consecução deste trabalho.

Agradeço aos meus alunos da disciplina Empreendimentos e Modelos de Negociação; eles me estimularam com sua atenção e com seu exemplo.

Agradeço ao Professor Paulo Cesar da Cunha Maya, a quem sucedi na referida disciplina, no CAD.

Agradeço a Paulo Sérgio Filipine e a Denise Quinteiro Dias pela inestimável colaboração na elaboração deste trabalho.

## **À guisa de Mensagem**

### **Sucesso**

Rir muito e com freqüência;  
conquistar o respeito de pessoas inteligentes e o afeto  
das crianças; granjear o apreço de críticos honestos e  
suportar a traição de falsos amigos; apreciar a beleza;  
descobrir o que há de bom nos outros;  
deixar o mundo um pouco melhor, quer por uma  
criança sadia, por um pedaço de jardim ou por uma  
condição social redimida; saber que uma vida respirou  
mais facilmente porque você viveu;  
isto é ter sido bem sucedido.

(Ralph Waldo Emerson)



## RESUMO

AMIN, Esperidião Helou Filho. **A utilização de indicadores sociais na administração pública brasileira**: o caso do Estado de Santa Catarina. 2005. 171 f.. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: João Benjamim da Cruz Júnior

Defesa: 29/12/05

Esta dissertação versa sobre a utilização de indicadores sociais na Administração Pública brasileira, estabelecendo formas de sua utilização com vistas a possibilitar o aumento de padrões de desempenho organizacional. São abordadas as fases fundamentais da administração pública no Brasil, focalizando os resultados que o País tem logrado nas componentes de seu nível de desenvolvimento e oferecendo uma visão panorâmica das desigualdades sociais. Neste contexto, a Lei do Estado de Santa Catarina nº. 12.120, de 09/01/2002, é descrita e analisada, sob o aspecto de sua repercussão, bem como sobre o conjunto de indicadores que descrevem a condição catarinense ao exigir disciplina e continuidade na persecução de melhorias objetivamente aferíveis. Os levantamentos permitem concluir que os conceitos dos indicadores convergem para consolidar sua condição de referência para os órgãos públicos no Brasil, sendo que os resultados apurados na avaliação da situação de Santa Catarina demonstram compatibilidade entre os indicadores apreciados e a situação do Estado no contexto da Federação.

**Palavras-chave:** Administração Pública; Indicadores Sociais; Estado de Santa Catarina, Indicadores de Desempenho; Modelos de Gestão.

## **ABSTRACT**

AMIN, Esperidião Helou Filho. **The use of social indicators in the Brazilian public administration**: the case of Santa Catarina's State. 2005. 171 p.. Dissertation (Administration Master's Degree) – Graduate Studies Program, the Federal University of Santa Catarina in Florianópolis, 2005.

This dissertation turns about the use of social indicators in the Brazilian Public Administration, establishing forms of its use with views to facilitate the increase of patterns of organizacional acting. The fundamental phases of the public administration are approached in Brazil, with focus the results that the Country has been achieving in the components of its development level and offering a panoramic vision of the social inequalities. In this context, the Law of the State of Santa Catarina, n°. 12.120, of January 9, 2002, it is described and analyzed, under the aspect of its repercussion, as well as on the group of indicators that describe the condition of Santa Catarina when demanding discipline and continuity objectively in the persecution of improvements. The risings allow to conclude that the concepts of the indicators converge to consolidate its reference condition for the public organs in Brazil, and the results hurried in the evaluation of Santa Catarina's situation demonstrate compatibility between the appreciated indicators and the situation of the state in the context of the Federation.

**Key words:** Public Administration; Social Indicators; Santa Catarina State; Acting Indicators; Models of Administration.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa de desemprego por região no mundo (em %)	67
Figura 2 - Taxa de desemprego do Brasil por Unidade da Federação (UF)-2003	68
Figura 3 - Proporção da população em situação de pobreza por UF-2003 (em %)	69
Figura 4 – Mapa do índice do desenvolvimento da Saúde – 2003/2004	95
Figura 5 – Mapa do índice do desenvolvimento da Educação Básica: 1998	96
Figura 6 – Mapa do índice do desenvolvimento da Educação Básica: 2004	96
Figura 7 – Mapa do PIB per capita municipal – 2003	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de mortalidade infantil: Brasil / Santa Catarina / Florianópolis.....	53
Tabela 2 – Dados gerais das empresas comerciais com atuação em SC, divisão e grupos de atividades - 2003.....	80
Tabela 3 - Dados gerais das unidades locais industriais, Brasil e Região Sul - Brasil - 2003.....	81
Tabela 4 – Municípios referentes ao inciso I do art. 2º da Lei nº 12.120.....	82
Tabela 5 – Municípios referentes ao inciso II do art. 2º da Lei nº 12.120.....	83
Tabela 6 – Indicadores de Desenvolvimento Social: Saúde.....	85
Tabela 7 – Índice do Desenvolvimento da Saúde 2003/04.....	87
Tabela 8 – Histórico dos Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação.....	97
Tabela 9 – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação.....	98
Tabela 10 – Indicadores de Desenvolvimento econômico.....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Atenção Básica à Saúde.....	50
Quadro 2 – Indicadores do <i>dashboard of sustainability</i> .....	62
Quadro 3 – Índice de sustentabilidade social do <i>dashboard of sustainability</i> .....	63

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 Tema e problema.....	17
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Geral.....	19
1.2.2 Específicos.....	19
1.3 Justificativa .....	20
1.4 Estrutura do trabalho.....	21
1.5 Procedimentos Metodológicos.....	22
1.5.1 Natureza da pesquisa.....	22
1.5.2 Limitações da pesquisa.....	23
1.5.3 Definição dos principais termos.....	24
 <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	 <b>26</b>
2.1 Modelo burocrático de organização.....	26
2.2 O Estado burocrático no ocidente.....	28
2.3 O Estado burocrático brasileiro.....	32
2.4 Os esforços gerenciais da Administração Pública.....	36
2.5 Modelos de Gestão.....	41
2.6 Gestão por resultados.....	44
2.6.1 Pacto de Indicadores de Atenção Básica à Saúde.....	49
2.7 Indicadores.....	53
2.7.1 Indicadores de desempenho.....	57
2.7.2 Indicadores de desenvolvimento social.....	59
2.8 Indicadores de exclusão social do Brasil.....	63
2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	64
2.8.2 Radar Social.....	65
2.8.2.1 Radar Social: taxa de desemprego do Brasil .....	67
2.8.2.2 Radar Social: desigualdade social.....	68
2.8.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU.....	69

<b>3 ESTUDO DE CASO: o Estado de Santa Catarina.....</b>	<b>73</b>
3.1 Apresentação do Estado de Santa Catarina.....	73
3.1.1 Breve resgate histórico.....	73
3.1.2 Economia.....	79
3.2 A utilização de indicadores no planejamento da Administração Pública de Santa Catarina.....	82
3.3 As políticas públicas preconizadas pela Lei Nº. 12.120/2002.....	84
3.3.1 Indicadores de Desenvolvimento Social: Saúde.....	85
3.3.2 Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação.....	95
3.3.3 Indicadores de Desenvolvimento Social: Economia.....	103
 <b>4 CONCLUSÕES.....</b>	 <b>113</b>
4.1 Recomendações e sugestões para trabalhos futuros.....	115
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>117</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	 <b>122</b>

## 1 Introdução

A abordagem gerencial, também conhecida como “nova administração pública” (PEREIRA, 2005, P.7), parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos buscam a formulação e a implementação de políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, tanto na área social quanto na científica e tecnológica. É necessário que o Estado utilize práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública. A perspectiva desenvolvida na administração de empresas, “fazer acontecer” difere de “evitar que aconteça”, é válida para as organizações públicas.

No entendimento de Osborne (1994), o setor público se encontra em ritmo de mudança. O surgimento de uma economia global pós-industrial, baseada no conhecimento, abalou velhas realidades em todo o mundo, criando oportunidades e problemas. Os governos – grandes e pequenos, federais, estaduais e locais – começaram a reagir.

O serviço público não pode neste sentido, ignorar as mudanças contextualizadas do mundo, o que não significa que a ele se submeta. As mudanças, antes de uma ameaça, devem ser consideradas como oportunidades de desenvolvimento das organizações.

O ponto fundamental das evoluções para Trosa (2001), é que, ainda que seja às vezes movida por razões ideológicas, a ideologia não constitui sua principal alavanca e sim as transformações profundas na sociedade:

- O Estado não pode ficar indiferente à globalização econômica e tecnológica sob risco de ver sua capacidade de influência ser reduzida;
- O Estado não pode ficar indiferente à evolução dos usuários que não



querem apenas serviços mais corteses, mas também serviços adaptados a seus problemas, mais que soluções gerais válidas para o mundo;

- O Estado não pode ficar indiferente a seus servidores, para os quais a ausência de capacidade de iniciativa, a lentidão dos circuitos hierárquicos e de gestão tornam-se cada vez mais difíceis de serem toleradas; e,
- O Estado em todos os países é pressionado pela opinião pública a prestar contas, não as contas tradicionais, mas sim conta dos serviços prestados aos cidadãos (TROSA, 2001, p. 19).

A utilização de indicadores tem se constituído como uma ferramenta legitimadora para a determinação da agenda pública para o desenvolvimento social. Segundo Osborne (1994, p.159) “se os resultados não forem avaliados, não há como distinguir sucesso de insucesso”.

Segundo Bellen (2005), é emblemático o exemplo do índice de desenvolvimento humano que, após receber recentemente um destaque maior na mídia, vem influenciando agenda política de diversas cidades.

À medida que os sistemas de indicadores forem reconhecidos e aceitos, podem se tornar elementos fundamentais dessa agenda, iniciando um processo de mudanças dos modelos de gestão.

### **1.1 Tema e problema**

A Lei Estadual Nº. 12.120, de 9 de janeiro de 2002 de Santa Catarina, representa a consolidação de um modelo de gestão que fortalece a eficácia, na medida em que os administradores podem, periódica e freqüentemente, medir o

resultado das suas ações e daquelas sob sua responsabilidade, de forma objetiva, segundo parâmetros cientificamente aceitos. Tais parâmetros são representados por indicadores aceitos, sob a ótica científica.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU estabeleceu a credibilidade desses indicadores ao divulgar, em 1998, o Índice do Desenvolvimento Humano - IDH para todos os municípios brasileiros.

Neste mesmo ano de 1998, o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, publicou o Índice de Desenvolvimento Social – IDS – dos municípios catarinenses. Referido índice focalizava indicadores das áreas da Saúde, Educação, Produto Interno Bruto (PIB) e Consumo de Energia Elétrica. Com base nos números apurados, foram estabelecidas classificações situando municípios mais e menos desenvolvidos do Estado. Publicada, referida classificação provocou polêmica, com acalorada discussão, repercutindo no meio político, econômico, científico, da própria administração pública, enfim, da sociedade. Estava criado um parâmetro, um referencial para classificar desempenhos e medir os resultados.

No ano de 2000, nova publicação do IDS dos municípios catarinenses veio a lume. Então, focava indicadores os seguintes indicadores:

- Saúde – mortalidade infantil, consultas pré-natal, cobertura vacinal contra difteria, coqueluche, tétano, poliomielite e sarampo;
- Educação – atendimento da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, permanência, aprovação, repetência e distorção série-idade no ensino fundamental, distorção série-idade no ensino médio e analfabetismo do eleitor; e,
- Econômico – PIB municipal per capita e consumo de energia elétrica

residencial e comercial.

Ainda que fosse uma publicação esperada, esta divulgação causou nova polêmica, porém, com questionamentos mais objetivos e construtivos. Representou um rápido amadurecimento de um conceito. Significou o acatamento de um modelo de avaliação. A consequência prática desta publicação foi a incorporação de tais indicadores ao modo de gerir os bens públicos.

A evolução da composição dos indicadores tem sido constante e revela que se trata de um novo paradigma de modelo de gestão da Administração Pública.

Este trabalho pretende focar, no contexto da Lei Estadual 12.120, de Santa Catarina, a utilização de indicadores sociais como elemento de referência pela busca de melhores resultados da gestão pública para a sociedade brasileira.

O escopo decorre de uma pergunta central: *como a utilização de indicadores sociais, no contexto da Lei Estadual 12.120, de Santa Catarina, pode contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública para a sociedade?*

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste trabalho é estudar, no contexto da Lei Estadual 12.120/2002, de Santa Catarina, para observar e conhecer a utilização de indicadores sociais como elementos de referência que possam contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública para a sociedade brasileira.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a) Pesquisar os conceitos teóricos de indicadores adotados pelos órgãos públicos do Brasil;

- b) Descrever gestão por resultados que possa configurar a busca de melhoria de desempenho e seus reflexos na sociedade com base nos indicadores sociais; e,
- c) Identificar e analisar o conjunto dos indicadores de desenvolvimento sociais de saúde e de educação e, do indicador de desenvolvimento econômico de Santa Catarina, descrevendo políticas públicas preconizadas pela Lei Nº. 12.120/2002.

### **1.3 Justificativa**

Justifica-se a escolha do tema com vistas a, entre outros propósitos, descrever para o ambiente acadêmico o conhecimento e a discussão de uma lei existente em Santa Catarina. Entende o pesquisador se tornar necessário que a inteligência da Universidade contribua para o aperfeiçoamento dos instrumentos que contextualizam a Administração Pública.

O estudo busca demonstrar que a Administração Pública, apesar de várias situações restritivas e da crônica falta de recursos, pode implementar um processo de mudança que a torne um agente pró-ativo, criando e aproveitando oportunidades que a caracterize, na visão da sociedade, importante e confiável.

Outro fator que justifica sua importância refere-se à preocupação do autor em contribuir para a melhoria da efetividade das decisões futuras dos gestores governamentais e dos formuladores de políticas públicas - pelo melhor desempenho da Administração Pública - por intermédio da utilização de indicadores sociais.

Do ponto de vista teórico, pretende-se apresentar e analisar as ações preconizadas pela Lei nº 12.120/2002, procurando sua segmentação por grupos. A partir desses grupos de ações e diretrizes, procura-se hierarquizar - quanto ao

respectivo alcance e amplitude - os grupos de ações. Sob o aspecto prático, o trabalho pretende oferecer elementos de aferição da eficácia da lei, como um todo, e de suas partes constitutivas, em particular. É necessário assegurar que o objetivo geral da lei seja viabilizado por ações que sejam monitoradas, avaliadas e aperfeiçoadas pela apuração periódica de resultados expressos objetivamente. Estes indicadores devem ter sua consistência aferida, comprovada e aperfeiçoada.

Neste contexto, este trabalho pretende contribuir para:

- Salientar a importância da utilização de indicadores sociais pela administração pública;
- Apresentar nova forma de análise das políticas públicas e respectiva avaliação;
- Contribuir para fomentar a discussão da utilização de indicadores em cursos de administração pública; e,
- Difundir a prática da avaliação objetiva de resultados.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

Este trabalho se estrutura em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se a introdução, o tema e problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa, a estrutura do trabalho, os procedimentos metodológicos e as definições dos principais termos utilizados no trabalho.

O segundo capítulo refere-se ao arcabouço teórico que alicerça esta pesquisa. Os temas estudados foram: modelo burocrático de organização; administração pública; modelos de gestão; gestão por resultados; indicadores e indicadores de exclusão social no Brasil.

O terceiro capítulo aborda o Estado de Santa Catarina como estudo de caso.

É promovido seu resgate histórico, considerando a Lei Estadual nº. 12.120/2002, seu advento, seus objetivos e as formas de gestão suscitadas por sua adoção, bem como, apresenta os Indicadores de Desenvolvimento Social da Saúde, Educação e Economia.

O quarto capítulo é dedicado às conclusões e recomendações e sugestões para trabalhos futuros.

## **1.5 Procedimentos metodológicos**

A metodologia utilizada neste trabalho é a de Estudo de Caso, utilizando dados e circunstâncias do Estado de Santa Catarina. Todas as informações utilizadas são decorrentes de pesquisa documental e de análise de relatórios governamentais.

### **1.5.1 Natureza da Pesquisa**

Pela ênfase à pesquisa documental, o trabalho privilegia a abordagem qualitativa. Tendo em vista os objetivos geral e específicos, optou-se por desenvolver uma linha de pesquisa cujo caráter qualitativo torna-se mais expressivo, escolhendo-se o gênero de estudo de caso, utilizado nestes tipos de pesquisas.

Segundo Barros e Lehfeld (2000), a origem do termo “estudo de caso” remonta à pesquisa médica e psicológica, relacionando-se à análise minuciosa de um caso individual, explicativa de patologias.

Para Rubin e Rubin (1995), os estudos de caso são explorações de um evento ou processo que objetivam entender um fenômeno maior a partir do exame mais completo de um caso particular.

Já na visão de Goldenberg (1997, p.33), “o estudo de caso não é uma técnica

específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade estudada como um todo”. Esta concepção, na prática, é esposada também por Triviños (1987, p.133), para quem “o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é a unidade que se analisa profundamente”.

O estudo de caso é, ainda, caracterizado por Oliveira (1997) como uma modalidade de pesquisa comprometida com o registro de um ou vários casos particularizados, elaborando conclusões críticas que podem, mesmo, fundamentar decisões e intervenções sobre o objeto da investigação.

Os estudos de caso, conforme Triviños (1987) dividem-se em: Histórico-organizacionais, quando tratam de um determinado sujeito ou objeto que se deseja examinar e conhecer; Observacionais, ligados à pesquisa qualitativa e participativa e na observação intensa; e, Estudos de caso caracterizados como Histórias de Vida, realizados por meio da avaliação de dados coletados em documentos e em depoimentos orais registrados pelo pesquisador ou pelo próprio entrevistado.

A presente dissertação encontra seu *locus* no Estado de Santa Catarina, especificamente em informações disponíveis em relatórios governamentais, e, particularmente, pelas informações disponíveis sobre ações encetadas pelos agentes públicos visando a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social referentes aos objetivos da Lei Nº 12.120.

### **1.5.2 Limitações da Pesquisa**

Goldenberg (1997) entende que o estudo de caso é por si só, um método que dificulta a delimitação do que deve ou não ser considerado, “já que não existe limite inerente ou intrínseco ao objeto” (p.33).

Neste trabalho, as conclusões, se bem que passíveis de generalizações,

devem ser entendidas como restritas à realidade do Estado de Santa Catarina. Além disso, deve ser também mencionado que, quanto à dimensão temporal, as conclusões a que se chegam se referem aos períodos analisados. Estudos que venham a ser feitos posteriormente poderão permitir diferentes conclusões, principalmente, se vierem a ocorrer decisões e ações vinculadas a esta dissertação.

### 1.5.3 Definições dos Principais Termos

Definição dos principais termos utilizados nesta dissertação:

**Administração Pública:** é a organização e a gerência de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo; é a arte e a ciência da gerência aplicada aos negócios de Estado.

**Burocracia:** modelo racional de organização baseado na divisão do trabalho, hierarquia e poder, especialização, regras e procedimentos, formalização e competência técnica.

**Modelo burocrático:** tipo de organização que enfatiza as dimensões da burocracia.

**Indicadores:** funções que permitem obter dados ou informações numéricas sobre as medidas relacionadas a um sistema, um processo, um produto ou uma grandeza. São utilizados para acompanhar e melhorar os resultados do objeto de estudo ao longo do tempo.

**Índice:** o mesmo que indicador; tabela; relação; lista; relação entre os valores de qualquer medida.

**Modelos de Gestão:** conjunto de doutrinas e técnicas do processo administrativo, associado muitas vezes a uma base cultural. Embora não sejam sinônimos, método



e modelo são palavras usadas de modo intercambiável.

**Eficiência:** relação entre resultados alcançados e recursos empregados; significa fazer as coisas bem e corretamente, o trabalho eficiente é um trabalho bem executado; é a relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido, uma razão entre o esforço e resultado, entre custo e benefício; grau de alcance de objetivos individuais por parte de uma pessoa.

**Eficácia:** relação entre resultados alcançados e objetivos; significa atingir objetivos e resultados, um trabalho eficaz é aquele que resulta proveitoso e bem sucedido; grau de alcance dos objetivos organizacionais.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Modelo burocrático de organização**

A Teoria Geral da Administração abrange os conhecimentos descritivos ou prescritivos que se relacionam com as organizações e o processo administrativo. Os conhecimentos que compõem sua Teoria, de acordo com Maximiano (2000) agrupam-se em três categorias principais: Enfoques, Escolas e Modelos. As fronteiras entre essas categorias não são rígidas, de forma que há sobreposição entre os conceitos.

Enfoque é um aspecto particular das organizações ou do processo administrativo, que é selecionado para estudo e produção de conhecimentos. Alguns autores preferem usar a palavra *abordagem* para a mesma idéia. (...) Escola é uma linha de pensamento ou conjunto de autores que usaram o mesmo enfoque, escolheram o mesmo aspecto específico para analisar, ou adotaram o mesmo raciocínio. (...) Dependendo da perspectiva, enfoque é o mesmo que escola (MAXIMIANO, 2000, p.38).

Modelo é um conceito com dois significados: Modelo de Gestão ou de Administração e Modelo de Organização. O Modelo de Gestão é um conjunto de doutrinas e técnicas do processo administrativo. O Modelo de Organização é um conjunto de características que definem organizações e a forma como são administradas, é o produto da utilização de determinadas doutrinas e técnicas (MAXIMIANO, 2000, p.39).

O modelo burocrático de organização caracteriza-se pela regulamentação e padronização de procedimentos. De acordo com Ramos (1983), foi Weber quem, pela primeira vez, conferiu à burocracia o significado de elementos característicos de sistemas sociais relativamente avançados, quanto ao desenvolvimento capitalista.

Weber (1944) erigiu a burocracia como sendo uma evolução positiva da administração pública. Os seus atores são regidos por regras, por regimentos e por regulamentos. A documentação, a hierarquia funcional, a busca da especialização

funcional, a profissionalização e a submissão a normas de conduta e de procedimentos, sem dúvida, são avanços apropriados ao estado democrático de direito. Estes avanços caracterizam a redução da discricionariedade, favorecendo o método, a equidade e um padrão de decisões; caracterizam a busca da justiça formal.

A burocracia foi definida por Weber como um agrupamento social em que vige o princípio da competência definida mediante regras; estatutos; regulamentos; da documentação; da hierarquia funcional; da especialização profissional; da permanência obrigatória do servidor na repartição durante determinado período de tempo; e da subordinação do exercício de cargos a normas abstratas (RAMOS, 1983, p.192).

Neste sentido, o mecanismo burocrático procura atuar com relação às demais organizações da mesma forma que uma máquina em relação aos métodos de fabricação.

Ao contrário das organizações substantivas, as organizações formais são fundadas em cálculo e, como tais, constituem sistemas projetados, criados deliberadamente para a maximização de recursos. Como tópico da teoria padrão de organização, são artefatos sociais e, nesse sentido, organizações formais de variados objetos têm existido em todas as sociedades, embora só se tenham transformado em objeto de estudo sistemático num estágio recente da história (RAMOS, 1989, p.125).

A previsão, a rapidez, univocidade, a oficialidade, a continuidade, a descrição, a uniformidade, a rigorosa observação, a economia de fricções e de custos objetivos e pessoais são infinitamente maiores em uma administração severamente burocrática, e especialmente a monoburocrática, servidas por funcionários

especializados que em todas as demais organizações de tipo colegial, honorífico ou auxiliar (WEBER, 1944, p.103).

Weber compreendeu que a sociedade moderna é sem paralelo na medida em que nela a organização formal - burocracia - se tornou um modelo social fundamental. Sua intrínseca racionalidade calculista passou a ser o padrão dominante da racionalidade para a existência humana. Graças a essa circunstância, a sociedade moderna merece a rotulação de sociedade organizacional, como tem sido propriamente chamada (RAMOS, 1989, p.125).

## **2.2 O Estado burocrático no ocidente**

O sábio chinês Chuang-tzu, que viveu no século IV a.C., conta a seguinte história: durante a viagem de Tzu-gung através da região norte do rio Han, ele viu um jardineiro trabalhando na sua horta. Tinha cavado um sulco de irrigação, deveria ir até o poço, buscar uma vasilha de água com seus braços e despejá-la dentro da valeta. Embora o seu esforço fosse tremendo, o resultado parecia ser insignificante.

Tzu-gung disse: “Existe uma forma pela qual você pode irrigar uma centena de canais em um dia, fazendo mais com o menor esforço. Gostaria de ouvir como”?

O jardineiro parou, olhou para ele e disse: “E qual seria ela”?

Tzu-gung replicou: “Você pega uma alavanca de madeira com um peso em uma das extremidades. Dessa forma é possível fazer com que a água suba tão depressa que ela irá simplesmente jorrar. Isso é chamado de bomba d’água”.

Então a raiva apareceu na face do jardineiro que disse:

“Eu escutei o meu professor dizer que aquele que usa máquina no seu trabalho faz o seu trabalho como máquina. Aquele que faz seu trabalho como máquina, desenvolve o seu coração como máquina e aquele que carrega o coração

de máquina no seu peito perde a sua simplicidade. Aquele que perdeu a sua simplicidade torna-se inseguro nas lutas da sua alma. Incerteza nas lutas da alma é alguma coisa que não está de acordo com o sentido de honestidade. Não que eu não saiba tais coisas; tenho vergonha de usá-las”.

Conforme Morgan (1996), se o jardineiro visitasse o mundo moderno, ficaria desalentado, pois, as máquinas influenciam, agora, cada aspecto da vida contemporânea. Sob a ótica do jardineiro, no que tange à invasiva influência das máquinas, a posição permanece fora de questão. Seu uso transformou a natureza da atividade produtiva, deixando seu legado através dos tempos.

As organizações planejadas e operadas como se fossem máquinas são chamadas de burocracia. Seu surgimento como instituição administrativa representou um progresso, sob o aspecto moral e de gestão na administração pública.

A administração burocrática clássica, baseada nos princípios da administração do Exército prussiano, foi implantada nos principais países europeus e nos Estados Unidos, no século XIX. Segundo Pereira (2005), a administração pública burocrática foi adotada em substituição à administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas e na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. Nesse tipo de administração, o Estado era entendido como propriedade do rei.

O nepotismo e o empreguismo, se não a corrupção, eram a norma. Esse tipo de administração revelar-se-ia incompatível com o capitalismo industrial e com as democracias parlamentares que surgiram no século XIX. É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; só pode existir democracia quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla. Tornou-se, assim, necessário

desenvolver um tipo de administração que partisse não só da clara distinção entre o público e o privado, mas, também, da separação entre o político e o administrador público. Surgiu então a administração burocrática moderna, racional-legal (PEREIRA, 2005, p. 241).

De acordo com Weber (*apud* MINTZBERG, 1995, p.176), a razão decisiva para o avanço da organização burocrática tem sido sua superioridade técnica sobre todas as outras formas de organização. O mecanismo burocrático totalmente desenvolvido compara-se com outras organizações exatamente como o faz a máquina com os modos de produção não mecanizados.

Ramos (1983) refere episódio que apresenta elementos para compreender, entre outros aspectos, as atitudes da burocracia em face da mudança social. O aparelho burocrático existente em Saskatchewan (uma província do Canadá) fora constituído sob moldes patrimonialistas e nele as práticas corruptas não eram infreqüentes. A *Cooperative Commonwealth Federation* – CCF, do movimento socialista, quando na oposição, advogou substituir servidores civis de alto nível por técnicos isentos de tendências conservadoras. Uma vez no poder, todavia, seus representantes tiveram que mudar de orientação, a maioria dos servidores de alto nível foi mantida, sendo que pessoas que serviram à situação decaída foram mesmo designadas para altos postos.

Verificou-se, neste caso, a vitória do especialista sobre o diletante. Contra os grupos que, na CCF, reclamavam a substituição dos antigos servidores por outros mais afinados com as diretrizes partidárias, opunham as novas autoridades justificativas contemporizadoras. Alegaram, por exemplo, que, afinal, os funcionários não formulavam as diretrizes, mas executavam-nas, que demitir velhos servidores seria incorrer na política de patronagem. Sem respostas para tais

problemas e pressões, sucumbiram à burocracia de velha feição, uma vez que os serviços não podiam parar. Ademais, as atividades propriamente políticas, reuniões, atendimento de correligionários, elaboração de nova legislação, entre outros afazeres, limitavam o tempo dos governantes para tratar da rotina administrativa, resultando disso maior dependência em relação aos antigos funcionários. Novos métodos que se pretendiam instaurar foram desencorajados sob a alegação de que eram difíceis.

Concordando com Ramos, Osborne (1994) cita que, em face do desempenho de chefes políticos como Boss Tweed, marcante na política de Nova Iorque, e seus contemporâneos, a sociedade norte-americana se empenhou num esforço para controlar o conteúdo da ação governamental, visando evitar que os políticos e os burocratas agissem de modo a ameaçar o interesse coletivo ou os recursos da comunidade. Ao dificultar o desvio do dinheiro público, tornou praticamente impossível administrá-lo bem. Ao tentar controlar virtualmente tudo na administração pública, o modelo de gestão tornou-se obsessivo em ditar o modo como as coisas deviam ser feitas, regulando os procedimentos e controlando os insumos, passando a ignorar os resultados.

O resultado foi o governo com um ethos especial: governo lento, ineficiente, impessoal. Essa é a imagem mental que a palavra governo inspira hoje - o que a maioria dos norte-americanos presume que seja a própria essência do governo. Durante muito tempo o modelo burocrático funcionou - não porque fosse eficiente, mas porque resolvia os problemas fundamentais que precisavam ser resolvidos. Dava segurança contra o desemprego, na velhice. Proporcionava estabilidade, um elemento muito importante depois da Depressão. Inspirava um sentimento básico de equidade e justiça (como afirmava Weber, as burocracias são concebidas para tratar todos da mesma maneira). Criava empregos e fornecia os serviços elementares, uniformes, tudo isso sem exagero, mas dentro da perspectiva de que o povo necessitava e mais esperava durante a era industrial: a construção de estradas, esgotos e escolas (OSBORNE, 1994, p.15).

Assim contextualizado, pode-se considerar que o advento dos princípios que regem a burocracia significou avanço sob o aspecto moral, para a administração pública. Substituir ações originadas das práticas patrimonialistas por regras e regulamentos supra pessoais, escritas, aplicáveis a todos caracterizam uma respeitável concessão ao estado de direito.

Como sociólogo, Weber estava, conforme Morgan (1996), interessado nas consequências sociais da proliferação da burocracia e assim como na história do sábio Chuang-tzu, preocupou-se com o efeito que isso poderia ter sobre o lado humano da sociedade.

### **2.3 O Estado burocrático brasileiro**

A idéia de uma administração pública gerencial no Brasil começou a ser delineada na primeira reforma administrativa, nos anos 30, e estava na origem da segunda reforma, ocorrida em 1967. Os princípios da administração burocrática clássica foram introduzidos no país pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Conforme Pereira (2005, p.243): “A criação do DASP representou não só a primeira reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública burocrática, mas também a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica”.

Ramos (1983) caracteriza os estratos da burocracia no Brasil, distinguindo suas diversas expressões: a burocracia política, a burocracia diretorial, a burocracia técnica e profissional, a burocracia auxiliar e a burocracia proletária. A burocracia política é constituída, no plano federal, pelo Presidente da República, pelos Ministros ou dirigentes nomeados dos departamentos. No plano estadual e municipal, o governador e o prefeito, e as autoridades político-administrativas.



A decisão tomada nesse nível da burocracia é ordinariamente coroada de eficácia, tanto no sentido negativo como no positivo. Assim é, porque os Chefes de Executivo são os portadores diretos do poder que, pó si sós, ou através de seus delegados de confiança, fazem da administração instrumento de seus propósitos. Um Chefe de Estado retrógrado freia a máquina administrativa e agrava as suas tendências para o ritualismo e para a inércia. Diversamente, são abundantes os episódios históricos que, em toda parte, comprovam a decisiva importância que assume esse escalão quando orientado para servir reformas (RAMOS, 1983, P.221).

A burocracia diretorial é transitória, seus titulares permanecem na administração enquanto dura o mandato do Chefe de Executivo. Na burocracia técnica e profissional, integram os ocupantes de cargos e funções profissionais, médicos, engenheiros, juristas, contabilistas, técnicos de administração, de educação, químicos, agrônomos, diplomatas, economistas e outros especialistas.

A burocracia auxiliar, ainda com Ramos (1983), é constituída pela grande maioria dos servidores públicos, contínuos, serventes, protocolistas, datilógrafos, escriturários, encarregados de documentação, bibliotecários, arquivistas, oficiais administrativos, e de outras carreiras análogas, e, na burocracia proletária, existe um operariado no serviço público federal, estadual e municipal, como as unidades responsáveis de limpeza pública, de cozinha, construção e conservação de estradas, atividades agrícolas, entre outros.

Estamos vivendo um momento de transição de um modelo de administração que foi inicialmente assistencialista e patrimonialista (que mais tarde deu um passo adiante, burocratizando-se, no sentido weberiano da palavra) para um novo modelo, no qual não basta mais a existência de uma burocracia competente na definição dos meios para atingir fins. Agora, o que se requer é algo muito mais profundo: um aparelho do Estado que, além de eficiente, esteja orientado por valores gerados pela própria sociedade. Um aparelho de Estado capaz de comunicar-se com o público de forma desimpedida. Essa passagem é um dos grandes desafios do mundo

contemporâneo. É uma transição à qual todos devemos nos dedicar, a fim de reorganizar o aparelho de Estado (CARDOSO, In: PEREIRA, 2005, p.17 -18).

O modelo de análise de administração pública supõe que a burocracia pode e deve ser agente de mudanças sociais. Tal pressuposto, contudo, contrapõe à idéia que fazem da burocracia não só o público leigo em geral, como também estudiosos que atribuem ao processo burocrático, características que o tornam inapto para realizar atividades inovadoras. De acordo com Ramos (1983, p.220-221): “Há, em toda burocracia elite e massa. Em toda a burocracia uma minoria tem um desempenho privilegiado na iniciativa e execução de reformas, enquanto a maioria restante se conduz de modo largamente passivo”.

A burocracia é assunto complexo, além do substantivo, seu termo assume caráter poliônimo (que tem muitos nomes) e polissêmico (que tem muitos sentidos). Tem sido focalizada sob variados ângulos, por vários autores. A contextualização deste trabalho considera duas conotações básicas que o tema suscita: uma positiva; outra negativa. Determinados autores descreveram os conceitos negativos da burocracia, entre eles, Michels (1949); Mises (1944) e Selznick (1964).

Michels (1949) sugere que, quando um agrupamento humano adquire características burocráticas, surge um círculo de membros que monopoliza o poder e as decisões, e assim tende a perpetuar-se. Já Mises (1944), afirma existir incompatibilidade entre burocracia e inovação.

Selznick (1964) refere-se ao “paradoxo da organização” como a predominância do não formal sobre o formal. Tal paradoxo consiste na modificação e até no abandono dos objetivos professados ou explícitos da organização. Os funcionários, em suas atividades cotidianas, encontram pouca ajuda das questões e problemas que lhes sucumbem tratar, encontrando pouca ajuda nas formulações

sobre fins e, assim recorrem à experiência imediata, resultando um conjunto de procedimentos, práticas e soluções que, operacionalmente, são mais relevantes para a organização.

A burocracia é, na linguagem de Talcott Parsons, um “universal evolucionário”, elemento que caracteriza um grau relativamente alto de desenvolvimento social. Ao invés de ser um mal, como os marxistas a consideram, ou um aspecto clínico da organização, como a proclamam Michels e Crozier, ela é, em Weber, fator de eficiência econômica e ingrediente indispensável de toda associação democrática (RAMOS, 1983, p.191).

Para Weber (1944), há que levar em consideração o conceito negativo de burocracia, quando se pretende conferir-lhe funções modernizantes ou atribuir-lhe atividades inovadoras. Tal conceito não é uma elaboração cerebrina. Tem fundamentos empíricos. Grande número de estudos e de observações lhe dão validade.

Drucker afirma que praticamente qualquer pessoa pode ser um empreendedor, se a organização do processo produtivo for estruturada para encorajar a inovação. Inversamente, quase todo empreendedor pode se transformar num burocrata se essa organização for estruturada de modo a estimular a conduta burocrática: “Após seis meses na direção de uma instituição destinada a servir o público, especialmente se for governamental, a pessoa mais inovativa e empreendedora passa a se comportar como um burocrata da pior espécie, lento e rotineiro, ou como um político ávido de poder” (OSBORNE, 1994, p. XIX).

Das condenações pespegadas ao modelo burocrático, o raciocínio acima transcrito é, provavelmente, o mais cáustico. Confere ao modelo burocrático a condição de inibir e desencorajar a possibilidade de inovação.

A burocracia, na opinião de Ramos (1983, p.237), intrinsecamente, “Não é nem positiva, nem negativa. Suas características refletem o meio social geral. Não emanam de uma essência metafísica. Mudam historicamente”.

A estrutura do Estado Burocrático Brasileiro, teria sido, portanto, crucialmente responsável pela nossa incapacidade de estabelecer prioridades, agirmos em decorrência dessa eleição de prioridade, nos comportar com a eficiência exigida e, finalmente, produzirmos as alterações no cenário social brasileiro, de sorte a nos transformarmos num modelo bem sucedido de desenvolvimento.

Ao estabelecer o primado do formalismo burocrático, parece inequívoco que o governo prioriza o “como fazer” em relação ao resultado pretendido. Os ganhos em termos éticos não compensam os prejuízos acumulados relativamente a políticas públicas e seus resultados, especialmente quando os dados sobre a realidade social brasileira são confrontados com os do mundo. Disto, aliás, é que trata este trabalho, em sua essência.

## **2.4 Os esforços gerenciais da Administração Pública**

O ambiente contemporâneo exige instituições extremamente flexíveis e adaptáveis; instituições que produzam bens e serviços de alta qualidade, assegurando alta produtividade aos investimentos feitos. (...) Neste ambiente, as instituições burocráticas, públicas e privadas que se desenvolveram durante a era industrial, parecem-nos cada vez mais deficientes (OSBORNE, 1994, p.16).

O próprio enunciado das críticas ao Estado Burocrático estabelece diretrizes para um novo modelo. De outra parte, os números mais elementares relativos ao cenário social de nosso País há muito demonstram expressivos fracassos em políticas públicas essenciais. Esta circunstância deve ser levada em consideração, quando se procura a explicação sociológica da hipertrofia dos quadros burocráticos no Brasil e nos outros países latino-americanos, desde o início de sua formação.

Em grande margem, tal hipertrofia, representou uma forma de cooptação, pela estrutura social, daquela parte do excedente populacional que, por ser mais diligente, provavelmente, se deixada a esmo, procuraria dedicar-se a temerárias atividades, prejudiciais à estabilidade social. Mesmo assim, o desemprego sempre foi considerável no Brasil. Por exemplo, a paisagem social de Escada, um município de Sergipe, era assim descrita, em 1877, por Tobias Barreto: "Sobre estas três mil almas, ou melhor, estes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo:

- 90% de necessitados, quase indigentes;
- 8% dos que vivem sofrivelmente;
- 1,5% dos que vivem bem;
- 0,5% dos ricos em relação (RAMOS, 1983, p. 272-273).

A eficácia do "jeito" reflete a vigência de uma estrutura de poder altamente oligarquizada. A industrialização, acarretando o surgimento de classes sociais diferenciadas e a exigência de serem adotadas normas universalísticas na elaboração de decisões governamentais, pois que a indústria não subsiste sem o predomínio da racionalidade nas relações sociais — a industrialização restringe e tende a anular a eficácia do "jeito". Por isso, o "jeito" é tanto mais eficaz quanto mais o exercício do poder público se acha submetido a interesses de famílias ou de clãs, no sentido lato do termo. Onde domina a política de clã, pode-se sempre dar um "jeito", a despeito da lei ou contra ela. Obviamente, a prática do "jeito", foi, no Brasil, mais usual ontem do que hoje". (RAMOS, 1983, p. 289)

A dualidade da economia e da sociedade no Brasil não é acidental. É exigência objetiva do modo histórico pelo qual o País se articula com o mundo, enquanto, internamente, não tiver um conteúdo econômico-social equivalente ao dominante no exterior. A cada economia dominante no mundo corresponde, no

interior do Brasil, uma economia dominante de grau inferior àquela. (RAMOS, 1983, p. 308)

A busca de um modelo gerencial capaz de traduzir em resultados positivos a sua eficiência constitui o atual desafio da administração pública. Este é o sentido da administração gerencial defendida por autores modernos. A procura do ajustamento da gestão pública a técnicas consideradas vitoriosas pela gestão privada, isto é, técnicas bem sucedidas no “Mercado”, conduzem os nossos esforços às formas modernas da administração por resultados.

Neste sentido, conforme Pereira (2005), a administração pública gerencial emergiu na segunda metade do século passado como resposta à crise do Estado, como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como um instrumento de proteção do patrimônio público contra os interesses do *rent-seeking* ou da corrupção aberta. Mais especificamente, desde a década de 1960, ou pelo menos desde o início dos anos 70, cresceu a insatisfação, amplamente disseminada, com relação à administração pública burocrática. Algumas características básicas definem a administração pública gerencial. Fundamentalmente, ela é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados.

Conforme Sartor (1996, p.156), o Estado, na administração pública patrimonialista, funciona como uma extensão do poder do soberano e os seus auxiliares – servidores – possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A *res publica* não é diferenciada das *res principis*. Os reflexos desta concepção de administração pública são a corrupção e o nepotismo

Por outro lado, Fogaça (1989, apud SARTOR, 1996, p.157) relaciona a administração pública patrimonialista ao sistema presidencialista, com sua origem e

história associadas a uma visão patrimonialista e militar do Estado. Acrescenta que a história do presidencialismo brasileiro é indelevelmente a história da presença militar no Estado, e a história de uma concepção patrimonialista, retrógrada e atrasada do Estado. Exemplifica com o fato de que quando o Marechal Deodoro da Fonseca inaugurou a República, nomeou interventores estaduais, que, por sua vez, nomearam pessoas das suas relações, isto é, a eles vinculadas, para a organização do novo estado republicano em todo o País.

As tendências favoráveis à gestão pública "testadas no mercado" baseiam-se também na possibilidade de avaliar o desempenho do aparelho de Estado. Quando se criam incentivos à eficiência, devem criar-se, também, meios de avaliar diferentes alternativas. Determinado programa funciona bem? Há alternativas melhores? A resposta a essas questões fundamentais depende basicamente de que se possa aferir resultados e adotar o critério de avaliação para orientar as decisões de política pública. Os serviços ao consumidor, sobretudo, dependem de que se possa oferecer informação suficiente para que os cidadãos-consumidores façam escolhas inteligentes. A avaliação do desempenho, portanto, é a pedra fundamental de muitas reformas.

Uma idéia ainda mais comum que circula atualmente no setor público é a de que "o cliente é o rei" – o mesmo que Theodore Levitt pregou ao setor privado na década de 60 e que Tom Peters reafirmou na década de 80. Hoje, os governos da Dinamarca e do Canadá estão tentando convencer os funcionários públicos a tratar seus clientes como clientes do setor privado, assim como o governo britânico, com sua iniciativa Direitos do Cidadão (MICKLETHWAIT; WOOLDRIDGE, 1998, p.252).

Desde meados da década de 80, os governos da Nova Zelândia e do Reino Unido vêm redefinindo drasticamente suas metas de desempenho e procedendo a avaliações de resultados. O modelo australiano é ligeiramente diferente e se

concentra na avaliação de programas. Na Suécia, as autoridades optaram por relatórios anuais auditados. Os franceses instituíram "centros de responsabilidade", nos quais estabelecem quem é responsável por quê. Outros governos tentaram ainda outras abordagens, mas em todos os casos o esforço para avaliar os resultados e usar esses dados para servir de orientação às decisões político-administrativas tem sido vital à revolução global da administração pública. (PEREIRA, 2005, p. 87)

Os traços comuns a todos esses esforços inovadores não são difíceis de identificar. A maioria dos governos empreendedores promove a competição entre os que prestam serviços ao público. Eles dão poder aos cidadãos, transferindo o controle dessas atividades da burocracia para a comunidade. Medem a atuação das suas agências, focalizando não os fatores utilizados, os insumos, mas sim, resultados. Orientam-se pelos seus objetivos — sua missão — em vez de regras e regulamentos. Redefinem seus usuários como clientes, oferecendo-lhes opções — entre escolas, programas de treinamento, tipos de moradia. Evitam o surgimento de problemas, limitando-se a oferecer serviços à guisa de correção ou remédio. Investem suas energias na produção de recursos, concentrando-se simplesmente nas despesas. Descentralizam a autoridade, promovendo o gerenciamento com participação. Preferem os mecanismos do mercado às soluções burocráticas. Detêm-se não só no fornecimento de serviços ao público, mas, também na catálise de todos os setores — público, privado e voluntário — para a ação conjunta dirigida à resolução dos problemas da comunidade. (OSBORNE, 1994, p. 20-21)

Para Pereira (2005, p. 28), o desafio de transformar instituições burocráticas em inovadoras, capazes de eleger prioridades e agir com eficiência, incorporando métodos, idéias e procedimentos novos, deve receber estímulos e motivações



mensuráveis. Se o bom ou mau resultado não for aferido objetivamente, teremos poucas chances de evoluir na administração gerencial. Por isto, Bresser salienta que a administração pública gerencial “é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados”

Conduzir a mudança da administração burocrática para uma nova gestão pública exige novas competências dos dirigentes e dos gestores públicos. E antes disso: exige gerentes públicos profissionais. A gerência no setor público deve aproveitar o que houver de melhor em tecnologia gerencial – desenvolvida no setor privado – mas é necessário adaptar este conhecimento e tecnologia gerencial para as especificidades do setor público (ALECIAN; FOUCHER, 2001, p.10).

A Administração Pública quer o melhor. Como organização, tenta conquistar uma eficácia cada vez maior. Como grupo profissional, os milhares de cidadãos inteligentes que trabalham todos os dias, anos a fio, querem construir o desenvolvimento do País e querem estar no topo da competência técnica. Como sistema, tem todas as condições para se aperfeiçoar. Chegou o momento de mudar, de dar resposta a tudo isso (SILVEIRA; TRINDADE, 1992, p.206).

A par da construção de processos de parcerias, expressões próprias de moderna visão de cidadania e participação social, as modernas técnicas de gestão subordinam os resultados tão objetivos quanto possível à avaliação de seus procedimentos e sucessos. A capacidade de tornarem objetivos e mensuráveis os resultados de uma gestão fará a administração gerencial mais compreensível e disseminada, especialmente como método de gerenciamento.

## **2.5 Modelos de Gestão**

O termo “gestão” vem se disseminando no Brasil como substituto da palavra

“administração”, para melhor interpretação do termo original norte-americano *management*. Conforme observações de Drucker (1973), a palavra *management* não é facilmente traduzida. Denota, ao mesmo tempo, a função a ser cumprida; as pessoas que a executarão; um nível hierárquico e também, uma disciplina, um campo de estudo.

Embora de origem latina, o sentido atual da expressão *management*, gerenciamento, é fixado habitualmente em inglês, para designar a atividade que consiste em conduzir, dirigir um serviço, uma instituição, uma empresa. Os múltiplos empregos deste termo remetem a idéias subjacentes na definição moderna de gerenciamento: a de treinamento, de exercício, aprender a utilizar este ou aquele instrumento com maior ou menor habilidade. (...) O gerenciamento é a atividade que consiste em conduzir, a partir de um contexto dado, um grupo de homens e mulheres que busquem o atingimento comum de um ou diversos objetivos, de acordo com as finalidades da organização (ALECIAN; FOUCHER, 2001, p.21-22).

O substantivo “modelo”, de acordo com Ferreira (2003), possui várias definições, entre elas: aquilo que serve de exemplo ou norma; molde; objeto destinado a ser reproduzido por imitação; ato que, por sua importância ou perfeição, é digno de servir de exemplo; impresso com dizeres apropriados para cada fim, utilizado em escritórios, empresas, bancos, etc.; conjunto de hipóteses sobre a estrutura ou o comportamento de um sistema físico pelo qual se procuram explicar ou prever, dentro de uma teoria científica, as propriedades do sistema.

Para o termo Modelo de Gestão, de acordo com Caulliraux e Yuki (2004, p.20) o objetivo subjacente à expressão é claro: “nomear a referência que guia o processo de ajuste e evolução de uma dada solução, para a forma de estruturar e coordenar o trabalho de gerir a organização ou parte dela”. Designa,

essencialmente, uma representação idealizada sobre como deveria ser a realidade do funcionamento da gestão a ser efetivamente praticada.

O Modelo de Gestão deve compreender soluções para melhor orientação da ação empreendedora, no âmbito da organização; deve, portanto, tratar de assegurar sua eficácia, sua capacidade de alocar e usar corretamente os recursos, dada a evolução do ambiente e da própria organização. Neste caso, o Modelo de Gestão se articula com o próprio processo de concepção e conformação da estratégia da organização, de forma dinâmica e interativa, teórica e praticamente (CAULLIRAUX; YUKI, 2004, p.21).

Pereira (1995) caracteriza Modelo de Gestão como um conjunto de conceitos e práticas que, orientadas por uma filosofia central, permite a uma organização operacionalizar todas as suas atividades, seja no seu âmbito interno como externo. No âmbito interno tem-se a organização (estrutura organizacional; cultura organizacional; relações políticas, de interesses e de poder; estilo de liderança), no âmbito externo o ambiente (ordem social; cultura; economia e política; tecnologia).

Rodrigues e Anastácio (2002) descrevem as variáveis que possuem relações com os modelos de gestão, e que não podem passar despercebidas ao se abordar o tema: Ambiente Externo ( refere-se aos fenômenos externos como tecnologia, legislação, política, economia, demografia); Ambiente Técnico e Institucional (concorrência, desempenho organizacional, normas internas, benchmarking); Estratégia (ação para alcançar os objetivos, rumo); Estrutura (oferece suporte à estratégia, refere-se às organizações enxutas e flexíveis, hierarquia reduzida); Pessoas (enfoque na competência e na habilidade); Política e Cultura Organizacional (identidade organizacional, conflitos, crenças, valores, base moral, ética); Liderança (processo de comportamento diário); Processos e tarefas (conjunto

de recursos e atividades para transformar insumos em produtos, agregando valor) e, Tecnologia (ênfase na Tecnologia da Informação – TI).

Na Gestão Pública, a dimensão estratégia da gestão é particularmente complexa. Por um lado, as questões associadas à transitoriedade dos mandatos e à limitada governabilidade sobre os andamentos das ações dos diversos atores relevantes já levaram mais de um analista a formular modelos alternativos, frente aos tradicionais. Por outro lado, o caráter empreendedor do gestor público se vê usualmente bastante limitado pelos marcos legais e normativos que regem sua ação, para não falar da usual restrição de recursos, o que o obriga a considerar, em sua estratégia, o valor para o público que sua contribuição original poderia criar além do resultado compulsório definido no âmbito destes marcos (CAULLIRAUX; YUKI, 2004, p.22).

Os estudos concernentes aos modelos de gestão demandam pelo resgate de vários autores, entre eles Kotter (1997), Collins e Porras (1995), Motta (2002), Peter e Waterman Jr.(1986), Morgan (1996), Crainer (2000), entre outros. Por intermédio da pesquisa acadêmica, análise de estudos de casos e de empresas de consultoria especializada pode-se formar um acervo de conhecimento e ser acionado pelos gestores interessados em desenvolver a gestão da organização de sua responsabilidade.

## **2.6 Gestão por resultados**

Governar ou conduzir é algo muito complexo, que não pode ser reduzido inteiramente a uma teoria, É uma arte, mas não é pura arte. Para governar requer-se cada vez mais um certo domínio teórico sobre os sistemas sociais (MATUS, 1997, p.59).

Na opinião de Osborne (1994), os governos são famosos pelos seus

formulários e pelos números que não têm fim. Vista de fora, a atividade governamental parece atribuir grande atenção à estatística. Os funcionários públicos estão sempre fazendo contas ou preparando algum relatório estatístico. No entanto, a maior parte dessas contas tem relação com insumos: quanto é despendido, quantas pessoas são atendidas e que serviços cada pessoa recebeu. Muito raramente elas se relacionam com *resultados*.

No governo, a avaliação de resultado não é tarefa simples. Avaliar um resultado, seja qual for, não é como saber qual foi o lucro de uma empresa, por exemplo. É necessário um período de tempo para desenvolver medidas, ou critérios de avaliação adequados que atendam as necessidades de maneira clara e objetiva.

A avaliação de políticas públicas não constitui um exercício formal “desinteressado”, à semelhança de um cálculo de custo-benefício. Ela está fortemente ancorada num conjunto de valores e noções sobre a realidade social partilhados pelos membros relevantes de uma maioria de governo – aí incluídos elites políticas e burocráticas -, que os permite distinguir a “boa” da “má” política (RICO et al., 1998, p.11).

Às vezes, o que se mede é o que a agência produziu não a sua utilidade, ou seja, os resultados efetivos do seu trabalho. Os resultados ora são definidos de forma limitada, levando os funcionários a se concentrar em alguns dos objetivos que a organização quer atingir, ora de forma muito ampla, com um número grande de critérios que os funcionários não sabem em que se concentrarem (OSBORNE, 1994, p.379).

Trata-se de evolução considerável: a administração pública passa a subordinar seus rumos, esforços e direção a um conjunto de informações e aferições que interagem como se constituíssem um norte. Mais do que regras e regulamentos,

são os resultados – objetivos, palpáveis, concretos – que regem o conjunto das ações de gestão, sobretudo a pública.

Para Ardant (1953), em geral, a administração ignora as condições de funcionamento e os resultados de seus serviços. Ela trabalha, quase sempre, sem plano de conjunto, sem um programa real. O controle dos serviços é raramente suficiente. E, ainda, esta lista está incompleta. Seria conveniente acrescentar a ausência de espírito científico e a insuficiência da responsabilidade.

Este conjunto de desacertos enseja a afirmação de Nieto (1988):

*A res pública* está organizada de tal maneira que torna inúteis os esforços individuais dos dirigentes mais competentes, incluindo as melhores decisões dos partidos políticos que ocupam o poder. Assim, montou-se uma excelente organização de desgoverno (p. 174).

Popovich (1998) define que um dos principais fatores que geram a necessidade de mudanças nas organizações do governo é a percepção de desperdício e ineficiência, uma vez que grande parte dos cidadãos acredita que o setor público é ineficiente e não efetivo na provisão de segurança, educação, empregos e oportunidades. Soma-se a isso um aumento da exigência dos clientes que esperam mais e demandam mais, traduzindo-se na necessidade de melhor qualidade, mais serviços e maior produtividade.

É nesse sentido que muitos governos estão introduzindo o que Drucker chamou de “administração por objetivos”: declarações de missão, descrevendo objetivos abrangentes; contratos fixos, especificando o que se espera que os funcionários façam e medidas de desempenho, medindo sua eficácia em exercer as funções esperadas (MICKLETHWAIT; WOOLDRIDGE, 1998, p.252).

Assim contextualizada, a gestão por resultados tem sido erigida como forma moderna e competente por autores como Sylvie Trosa. A noção de que, perseguindo

a evolução de indicadores objetivamente expressos toda a máquina administrativa se moverá compromissada é assumida por esta autora, discutindo a necessidade de a administração pública gerenciar-se não mais por *inputs* (recursos), mas sim por resultados, sejam eles quantificáveis, tangíveis e imediatos (serviços oferecidos) ou impactos voltados aos usuários.

As transformações do serviço público se originam cada vez menos de ideologias a priori e mais da necessidade de se enfrentar profundas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. De acordo com Trosa (2001), a gestão pública por resultados compreende os seguintes desafios:

- Os efeitos da globalização: empresas com bom desempenho funcionam em rede, podem ser multiculturais, o que lhes dá capacidade de flexibilidade, enquanto as funções públicas são, na maioria das vezes, muito nacionais em suas informações e sua sociologia;
- Diversidade crescente das expectativas dos usuários: as normas universais da função pública nem sempre permitem considerar a diversidade de usuários. Alguns funcionários foram formados com a idéia de que só existia uma boa solução e outras, ruins;
- Maturidade das análises provenientes da sociedade civil: em todos os países o debate trata da legitimidade do Estado, porque o Estado não parece mais capaz de uma redistribuição social eficaz, mas também porque seu ambiente mudou;
- Necessidade de prestar contas: numerosos serviços públicos não são mais aqueles monstros de burocracia, mas sim corpos de funcionários devotados ao serviço público. Em todos os países,

ainda hoje e certamente em graus diversos, não nos damos conta de modo realmente satisfatório quanto a: que serviços oferecemos? Em que prazos? Com que nível de qualidade?

- Os funcionários querem dispor de meios para suas responsabilidades: se os servidores devem adaptar a complexidade dos textos à diversidade dos usuários, a consequência será que cada vez mais as decisões serão tomadas em nível descentralizado. A base terá mais poder de apreciação do que a cúpula.
- O crescimento dos prestadores de serviço público: a transformação do serviço público será mais radical o que jamais o foi. Da mesma maneira que as formas de emprego se diversificam, também o serviço público irá se diversificar. O serviço público evolui da pirâmide hierárquica à constelação de atores diversificados (TROSÁ, 2001, p.37-5).

Debates têm agitado o cenário internacional sobre o que seria a gestão por resultado de um serviço público. Rydlewski e Guandalini (2005) citam o caso do Reino Unido, que vem implementando, desde 1997, uma reforma, inspirada na Holanda, visando o aumento de produtividade e à melhoria da qualidade dos serviços públicos.

A primeira etapa dessa implementação deu-se com o estabelecimento de alguns princípios. Depois, colocaram-se em prática ações pontuais e objetivas, como:

- Metas nacionais de desempenho, mensuráveis e disponíveis para comparação pelo público;



- Clara definição de responsabilidades entre as entidades públicas;
- Aumento da flexibilidade, por meio da simplificação de processo e da redução da burocracia;
- Oportunidade de escolha por parte do público em relação aos provedores de serviços.

Na Holanda, ainda com Rydlewki e Guandalini (2005), estabeleceu-se a meta de reduzir 25% dos entraves burocráticos do serviço público no prazo de quatro anos.

Ações como as do governo britânico e holandês representam a busca por melhores resultados de desempenho dos indicadores sociais e também econômicos. No Brasil, os entraves que cerceiam seu desenvolvimento merecem a atenção do poder público quanto à adoção de medidas que reverta seu desempenho.

O estudo e análise acerca do tema conduzem à necessidade de a administração pública assimilar as necessidades e os desejos dos cidadãos, e assim definir objetivos, metas e prioridades. Significa que a mensuração do desempenho deve estar inserida em um processo de avaliação de planejamento. Só assim se poderá garantir a avaliação do que é efetivamente considerado importante pelos gestores, bem como pela sociedade.

### **2.6.1 Pacto de Indicadores de atenção básica à Saúde**

Exemplo de gestão por resultados na Federação Brasileira é o Pacto de Indicadores de Atenção Básica à Saúde, concebido a partir de normas do Ministério da Saúde. Os instrumentos normativos que dispõem sobre o Pacto em questão são as portarias número 12, de 7/1/2000 e a portaria número 779, de 14/7/2000; anexas ao final deste trabalho.

Referidos instrumentos estabelecem um conjunto de 34 indicadores agrupados em oito áreas de atuação, os quais devem ser observados e analisados periodicamente pelos gestores do Sistema Único de Saúde, ou seja, Municípios, Estados e União.

#### Quadro 1 – Indicadores de Atenção Básica à Saúde

##### ▪ **Indicadores: Saúde da Criança**

###### Indicadores Principais

1. Número absoluto de óbitos em menores de um ano de idade
2. Taxa de mortalidade infantil;
3. Proporção de nascidos vivos com baixo - peso ao nascer;
4. Proporção de óbitos em menores de um ano de idade por causas mal definidas;
5. Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade;
6. Homogeneidade da cobertura vacinal por tetra valente em menores de um ano de idade.

###### Indicadores Complementares

7. Número absoluto de óbitos neonatais;
8. Taxa de mortalidade neonatal.

##### ▪ **Indicadores: Saúde da Mulher**

###### Indicadores Principais

9. Taxa de mortalidade materna;
10. Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal;
11. Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados.
12. Razão entre exames citopatológicos cervico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária;

###### Indicadores Complementares

13. Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de colo do útero;
14. Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de mama;
15. Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.

▪ **Indicadores: Controle da Hipertensão**

Indicadores Principais

- 16. Taxa de internações por acidente vascular cerebral (AVC);
- 17. Taxa de mortalidade por doenças cérebro-vasculares.

Indicador Complementar

- 18. Taxa de internações por insuficiência cardíaca congestiva (ICC)

▪ **Indicadores: Controle da Diabetes Mellitus**

Indicador Principal

- 19. Proporção de internações por cetoacidose e coma diabético mellitus

Indicador Complementar

- 20. Proporção de internações por diabetes mellitus

▪ **Indicadores: Controle da Tuberculose**

Indicador Principal

- 21. Proporção de abandono de tratamento da tuberculose.

Indicadores Complementares

- 22. Taxa de incidência de tuberculose pulmonar positiva;
- 23. Taxa de mortalidade por tuberculose.

▪ **Indicadores: Eliminação de Hanseníase**

Indicadores Principais

- 24. Proporção de abandono de tratamento da hanseníase;
- 25. Taxa de detecção de casos novos de hanseníase.

Indicadores Complementares

- 26. Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados
- 27. Taxa de prevalência da hanseníase;
- 28. Proporção do grau de incapacidade I e II registrados no momento do diagnóstico.

▪ **Indicadores: Saúde Bucal**

Indicadores Principais

- 29. Cobertura de primeira consulta odontológica;
- 30. Razão entre os procedimentos odontológicos coletivos e a população de 0 a 14 anos.

Indicador Complementar

31. Proporção de exodontias em relação às ações odontológicas básicas individuais.

▪ **Indicadores: Gerais**

Indicadores Principais

32. Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (PSF);

33. Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.

Indicador Complementar

34. Média mensal de visitas domiciliares por família.

Fonte: Ministério da Saúde, Anexo I da Portaria nº 21 de 05/01/2005.

Atenção Básica à Saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1978), é pautada em métodos práticos, cientificamente evidentes e socialmente aceita e em tecnologias tornadas acessíveis a indivíduos e famílias, na comunidade, por meios aceitáveis e a um custo que as comunidades e países possam suportar, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, num espírito de autoconfiança e autodeterminação.

Forma parte integral do sistema de serviços de saúde do qual representa sua função central e o principal foco de desenvolvimento econômico e social da comunidade. Constitui o primeiro contato de indivíduo família e comunidades com o Sistema Nacional de Saúde, trazendo os serviços o mais próximo possível aos lugares de vida e trabalho das pessoas, constituindo o primeiro elemento de um processo contínuo de atenção.

O Quadro 1 – Indicadores de Atenção Básica à Saúde, trata dos indicadores que constituem o conjunto da Atenção Básica à Saúde, descrevendo os indicadores principais e complementares da: Saúde da Criança; Saúde da Mulher; Controle da Hipertensão; Controle da Diabetes Mellitus; Controle da Tuberculose; Eliminação de

Hanseníase; Saúde Bucal e Geral.

Como inferência da aplicação deste pacto, pode-se observar as séries históricas das taxas de mortalidade infantil do Brasil, de Santa Catarina e de Florianópolis na Tabela 1, abrangendo o período de 9 anos.

Tabela 1 – Taxa de mortalidade infantil: Brasil / Santa Catarina / Florianópolis

<b>ANO</b>	<b>BRASIL *</b>	<b>SANTA CATARINA**</b>	<b>FLORIANÓPOLIS***</b>
1996	25,5	17,6	21,6
1997	23,6	17,4	14,4
1998	22,8	17,0	13,7
1999	21,3	16,3	11,7
2000	21,3	15,7	8,8
2001	19,9	15,5	9,2
2002	19,3	15,3	9,1
2003	****	13,4	9,8
2004	****	13,1	7,9

Fonte: \* Ministério da Saúde/ Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM/ Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

\*\* Secretaria de Estado da Saúde/ SIM/SINASC

\*\*\* Prefeitura Municipal de Florianópolis/Programa Capital Criança, 2004

\*\*\*\* Dados não disponíveis

As informações contidas no Quadro 1 e na Tabela 1 permitem acompanhar os sucessos e insucessos na gestão de indicador fundamental da saúde, qual seja a Taxa de Mortalidade Infantil.

## 2.7 Indicadores

De acordo com os trabalhos de autores como Sink e Tuttle (1993) ou Kaplan e Norton (1997) e com as diretrizes das organizações de premiação de qualidade

como a Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade – FPNQ (2004) há uma tendência pela crescente importância da medição de desempenho, por intermédio da utilização de indicadores.

Segundo Ratton e Macedo-Soares (1999), um exemplo corriqueiro de indicador é aquele que se usa para expressar a velocidade de deslocamento em km/h. Para uma organização, um indicador comum é o de produtividade da mão-de-obra; por exemplo, número de unidades produzidas pelo número de pessoas empregadas na produção, pela unidade de tempo.

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Os indicadores podem comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, mas também podem ser entendidos como um recurso que deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno que não seja imediatamente detectável (HAMMOND et al., 1995, apud BELLEN, 2005, p.41).

Rocha (2002) ao resgatar historicamente as teorias de avaliação de desempenho, destaca indicadores como: o balanço financeiro do sistema contábil; a contabilidade gerencial; indicadores econômico-financeiros; indicadores da qualidade, valor econômico adicional – EVA; valor de mercado adicionado – MVA; indicadores logísticos e o balanced scorecard.

Indicadores são dados ou informações numéricas que quantificam as entradas (recursos ou insumos), saídas (produtos) e o desempenho de processos, produtos e da organização como um todo. Os indicadores são utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo e podem ser classificados em: simples (uma única medição) ou compostos; diretos ou indiretos (sobre a característica medida); específicos ou globais (FPNQ, 2004, p.52).

Na opinião de Andersen (2004), os indicadores permitem um diagnóstico da realidade local e revelam a grande diversidade existente, mesmo dentro do

município e da região. A disparidade na disponibilidade de recursos financeiros dos governos municipais, por exemplo, implica em distintas capacidades de atendimento às demandas da sociedade, sendo que esse é um dos fatores que deve ser levado em conta nos estudos de avaliação de desempenho das administrações.

Os indicadores são, para Bellen (2005), um modelo da realidade, mas não podem ser considerados a própria realidade. Entretanto devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração. Eles são, conforme Hardi e Barg (1997, apud BELLEN, 2005, p.45), “sinais referentes a eventos e sistemas complexos. São pedaços de informação que apontam para características dos sistemas, realçando o que está acontecendo. Os indicadores são utilizados para simplificar informações sobre fenômenos complexos a para tornar a comunicação sobre eles mais compreensível e quantificável”.

Segundo Hard (2000, apud BELLEN, 2005), existem critérios que devem orientar na escolha dos indicadores. Decorrem da experiência prática e do conhecimento teórico acumulado pelo grupo que trabalha no desenvolvimento da ferramenta. Fornece, neste aspecto, uma orientação para a escolha dos indicadores:

- Relevância política – o indicador deve estar associado a uma ou a várias questões que são relevantes para a formulação de políticas. Para que se tornem efetivos, devem estar ligados ao processo político e de tomada de decisão, para que orientem os processos.
- Simplicidade – a informação deve ser apresentada de uma maneira compreensível e fácil para a audiência proposta. Mesmo questões de cálculos complexos devem ser apresentadas de uma maneira clara para que o público-alvo possa entendê-los.
- Validade – os indicadores devem refletir os fatos. Os dados devem

ser coletados de maneira científica, possibilitando sua verificação e reprodução.

- Série temporal de dados – deve-se procurar observar as tendências ao longo do tempo, com um número relevante de dados. Se existem apenas dois ou três dados distribuídos no tempo não é possível observar a tendência, ou direção, em que o sistema se move.
- Disponibilidade de dados de boa qualidade – devem existir, atualmente, ou no futuro próximo, dados de boa qualidade disponíveis a um custo razoável.
- Habilidade de agregar informações – indicadores referem-se às dimensões de sustentabilidade, e a lista potencial de indicadores que podem estar ligados ao desenvolvimento é infinita. Os indicadores que agreguem informações de questões amplas são preferíveis.
- Sensitividade – os indicadores selecionados devem ter a capacidade de identificar ou detectar mudanças no sistema. Eles devem determinar antecipadamente se mudanças pequenas ou grandes são relevantes para o monitoramento.
- Confiabilidade – o mesmo resultado deve ser alcançado, efetuando-se duas ou mais medidas do mesmo indicador, ou seja, dois grupos ou pesquisadores diferentes devem chegar a um mesmo resultado (HARD, 2000, apud BELLEN, 2005, p.140-141).

Para este trabalho, adota-se o conceito de que indicadores são funções que permitem obter dados ou informações numéricas sobre as medidas relacionadas a um sistema, um processo, um produto ou uma grandeza, sendo utilizados para



acompanhar e melhorar os resultados do objeto de estudo ao longo do tempo.

### **2.7.1 Indicadores de Desempenho**

Medir o desempenho organizacional consiste na avaliação dos resultados dos processos desenvolvidos por uma empresa, por meio da utilização de indicadores com objetivos previamente determinados.

O processo avaliativo no campo da administração empresarial marca sua presença pela avaliação das características e condições do mercado, situação dos concorrentes, expectativas e anseios dos consumidores, *performance* financeira, economia global e gestão de pessoas (OTANI, 2005, p.103-104).

A mensuração do desempenho deve contemplar a organização de fora para dentro. Para Tachizawa (2003), de acordo com o ambiente externo, podem-se definir indicadores voltados a: satisfação do cliente, atividades de fornecedores, desempenho financeiro, desempenho da concorrência, entre outros.

Os indicadores de desempenho fornecem dados ou informações para que a organização verifique se as melhorias implementadas estão produzindo resultados positivos, identificando como suas atividades vêm sendo realizadas, se os objetivos vêm sendo atingidos, se os processos estão sob controle e onde seriam necessárias mudanças. Segundo Osborne (1994, p.159): “se os resultados não forem avaliados, não há como distinguir sucesso de insucesso”.

Por indicadores de desempenho subentendem-se os índices numéricos estabelecidos sobre as principais causas que afetam determinado indicador de qualidade. Portanto, os resultados de um indicador de qualidade são garantidos pelo acompanhamento dos indicadores de desempenho. Os indicadores de desempenho podem ser chamados de itens de controle das causas, bem como são estabelecidos

sobre os pontos de verificação do processo (TACHIZAWA; ANDRADE, 2003, p.211).

Os indicadores de desempenho como instrumento de suporte ao processo decisório devem ser de fácil compreensão. Por exemplo, o indicador de produtividade e qualidade, sem definições detalhadas, pode ter significado diferente para diferentes funções da organização.

Para Harrington (1995), as organizações devem verificar certos aspectos quanto ao uso de indicador de desempenho: representar metas atingíveis; ser facilmente mensurados; expressar necessidades do cliente e da alta-administração; ser de fácil compreensão e alinhamento quanto às metas da organização.

Pode-se citar o Balanced Scorecard – BS - como um exemplo que trabalha com indicadores de desempenho. Idealizado por Kaplan e Norton (1996) como um modelo que integra de modo equilibrado as dimensões críticas para a gestão estratégica da organização, associa as metas organizacionais às dimensões e seu negócio. Para cada dimensão: financeira; aprendizado e crescimento; clientes e processos internos, a alta gerência determina um grupo de fatores críticos de sucesso, cada um deles gerando metas específicas e indicadores para medir o sucesso no cumprimento de tais metas.

Segundo Ardant (1953), as possibilidades de mensurar, de quantificar a utilidade de um serviço público são maiores do que se podia pensar. Os próprios dados, que pareciam vir de uma simples impressão, da avaliação qualitativa, são suscetíveis de receber uma determinação quantitativa. Mensurar o desempenho é necessário, tanto para escolher dentre o grosso das despesas públicas possíveis aquelas que são mais úteis quanto para assegurar uma verdadeira reforma administrativa.

A administração baseada no desempenho, pode, na opinião de Pereira

(2005), ajudar as pessoas envolvidas no processo a pensar mais estrategicamente. Pode ajudar os administradores públicos a se concentrarem no melhor modo de fazer seu trabalho e de explicarem aos governantes o que estão tentando fazer para traduzir em resultados os objetivos da legislatura. Pode ajudar os governantes a ponderar os pedidos que disputam recursos e a alocá-los nos projetos em que podem gerar os melhores resultados. A administração baseada no desempenho relaciona-se com a comunicação política. Pode-se perceber que, à medida que os resultados expressos por indicadores são popularizados, mais esforços para aprimorá-los são desenvolvidos.

### **2.7.2 Indicadores de desenvolvimento social**

O conceito de desenvolvimento humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas, também, outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Indicador social para Hew (apud IBGE, 1979), é uma estatística de interesse normativo direto, que facilita julgamentos concisos, globalizantes e equilibrados dos principais aspectos de uma sociedade. Ele é, em todos os casos, uma medida direta de bem-estar.

Os indicadores sociais, também chamados não-financeiros, são instrumentos básicos nas etapas do processo de formulação e implementação das políticas públicas, sejam programas voltados à educação, moradia, saúde, emprego, renda, segurança, por exemplo.

Mesmo não podendo ser considerados a própria realidade, os indicadores são utilizados como forma simplificadora de expressão de uma realidade complexa.

Favorecem, portanto a mensuração, a compreensão e a comunicação de uma situação real que se deseja reportar, analisar e fazer evoluir.

Os resultados, assim como os recursos empregados, devem ser avaliados por intermédio de indicadores específicos. Assim, a utilização de indicadores sociais potencializa, entre outros aspectos, os resultados das políticas públicas.

De acordo com Villamonte (2001), um indicador social é uma medida, em geral dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas). Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de desemprego, proporção de crianças matriculadas em escola e outras são, neste sentido, indicadores sociais ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social.

Para Jannuzi (2001), os indicadores sociais utilizados de modo responsável e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social, são, portanto, instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público.

Um exemplo de ferramenta que auxilia a repensar as estratégias de desenvolvimento e a especificação das metas, é o *dashboard of sustainability*. Suas pesquisas se iniciaram na segunda metade dos anos 1990, num esforço concentrado de várias instituições e de diversos países para se alcançar uma ferramenta de indicadores que fosse aceita internacionalmente. Esse trabalho é

liderado pelo Consultive Group on Sustainable Development Indicators – CGSDI.

Para os pesquisadores e instituições envolvidos no projeto, trata-se de um passo para a execução de um projeto global de desenvolvimento de um grupo de indicadores confiáveis e úteis. Esse processo deve mudar a maneira como a sustentabilidade vem sendo avaliada, refletindo no processo decisório (BELLEN, 2005, p.128).

Em Hardi (2000), encontra-se que o formato do *dashboard of sustainability* constitui uma ferramenta para auxiliar os tomadores de decisão, públicos e privados, a repensar suas estratégias de desenvolvimento e a especificação de suas metas. Representa uma metáfora do painel de um automóvel, os mostradores são performances da economia, da saúde social e da qualidade ambiental, para o caso de um país.

Conforme Bellen (2005), as dimensões do *dashboard of sustainability* devem abranger as seguintes questões:

- Meio ambiente: qualidade da água, ar e solo, níveis de lixo tóxico;
- Economia: emprego, investimentos, produtividade, distribuição de receitas, competitividade, inflação e utilização eficiente de materiais e energia;
- Sociedade: crime, saúde, pobreza, educação, governança, gastos militares e cooperação internacional.

O Quadro 2 descreve a dimensão social de indicadores do *dashboard of sustainability*.

Como exemplo, os resultados obtidos da aplicação do *dashboard of sustainability* para alguns países podem ser verificados no Quadro 3, adaptado de Bellen (2005). Os valores desse quadro foram obtidos utilizando a versão mais

recente do sistema, preparada para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio + 10, realizada em Johannesburg, África do Sul, em agosto de 2002.

Quadro 2 – Indicadores do *dashboard of sustainability*

<b>Dimensão Social</b>	▶ Índice de pobreza
	▶ Igualdade de gênero
	▶ Padrão nutricional
	▶ Saúde
	▶ Mortalidade
	▶ Condições sanitárias
	▶ Água potável
	▶ Nível educacional
	▶ Alfabetização
	▶ Moradia
	▶ Violência
	▶ População

Adaptado de Bellen, 2005, p.135.

A maioria das informações do Quadro 3 foi obtida através de instituições internacionais públicas, como o Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Organização Internacional do Trabalho – OIT - e World Resources Institute.

Os índices decorrem da agregação de diferentes indicadores, resultando numa escala cujos valores máximo e mínimo correspondem a 1.000 e zero pontos,

respectivamente, sendo possível obter índices para mais de 200 países.

Quadro 3 – Índice de sustentabilidade social do *dashboard of sustainability*

País	Dimensão social
Etiópia	338
Nigéria	469
Paquistão	558
Índia	573
<b>Brasil</b>	<b>623</b>
Colômbia	625
África do Sul	650
Peru	676
Venezuela	686
México	711
China	714
Chile	738
Argentina	740
Alemanha	784
Japão	787
EUA	827
Canadá	836
Suécia	850

Adaptado de Bellen, 2005, p.136.

Constata-se que, no aspecto da dimensão social, sobretudo comparado aos demais países latino-americanos, o Brasil tem muito a desenvolver ainda nesta área, requerendo, portanto, a devida atenção de seus governantes.

## 2.8 Indicadores de exclusão social do Brasil

Em conformidade com Lopes (2005), o desenvolvimento humano tem como

fundamento a remoção dos obstáculos que restringem as escolhas dos indivíduos – obstáculos sócio-econômicos, como pobreza e analfabetismo.

Uma das aferições quanto aos resultados do Brasil tem sido o conjunto de indicadores que exprimem o quadro da exclusão social. Os atestados são unânicos: o Brasil ocupa lugar de constrangedor destaque no “ranking” da desigualdade social. Tal assertiva é fundamentada em publicações como: Radar Social (2005); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU (2005) e Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, que publica o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

### **2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**

O conceito de Desenvolvimento Humano é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH e do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O enfoque de que para aferir o desenvolvimento de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outros aspectos, tais como os sociais, culturais e políticas, é preconizado por estes indicadores.

O IDH, apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975, tornando-se referência mundial. Seu trabalho consiste em propor uma agenda sobre temas relevantes relacionados ao desenvolvimento humano e reunir tabelas estatísticas e informações sobre o assunto. A cargo do PNUD, o relatório é publicado em mais de cem países.

O objetivo da elaboração do IDH, de acordo com Sen (2005), é oferecer um contraponto a outro indicador utilizado, o do Produto Interno Bruto – PIB per capita, que considera somente a questão econômica do desenvolvimento.

Além de computar o PIB per capita, o IDH também considera outros dois



componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

O IDH é um indicador-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal através do índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, que pode ser consultado no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do Brasil, os 26 Estados e o Distrito Federal.

### **2.8.2 Radar Social**

O Radar Social é publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, órgão vinculado a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministérios de Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP.

O estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em junho de 2005, intitulado Radar Social, aborda a realidade social brasileira sob o enfoque de sete tópicos setoriais: Demografia, Trabalho, Renda, Educação, Saúde, Moradia e Segurança. Trata-se de um instrumento de vigilância que afere as condições de vida da população brasileira e informa tendências das condições sociais.

Segundo constata a referida publicação, o Brasil, num universo de 130 países considerados, encontra-se no penúltimo lugar em matéria de Desigualdade. A comparação do número de pobres do Brasil com o de outros países é dificultada em razão dos diferentes critérios e métodos por vezes usados pelos países. No entanto, em termos de desigualdade, é possível afirmar que a distribuição de renda

no Brasil é uma das piores do mundo.

Considerando o índice de Gini (mede a desigualdade da distribuição de renda, em valores de 0 “igualdade absoluta” a 1 “desigualdade absoluta”) de 130 países selecionados, o Brasil é o penúltimo colocado (0,60), superado apenas por Serra Leoa (0,62).

O índice brasileiro é aproximadamente duas vezes e meia pior que o verificado na Áustria (0,23) e na Suécia (0,25), nações que estão entre as que têm a renda mais bem distribuída no mundo, e também pior que o observado em países com características semelhantes às brasileiras, como o México (0,53). Como agravante, o que distingue o caso do Brasil em termos internacionais é que os elevados níveis de pobreza não estão relacionados a uma insuficiência generalizada de recursos, mas, sim, à extrema desigualdade em sua distribuição (RADAR SOCIAL, 2005, p.60-61).

No que tange à demografia, a fecundidade no Brasil é mais alta entre as mulheres de menor escolaridade, e a mortalidade infantil é mais alta nas famílias em que predominam pessoas com menos de quatro anos de estudo.

Quanto à saúde, o diagnóstico tardio de diversas doenças, que influi decisivamente na diminuição das possibilidades de cura de vários tipos de câncer, é mais comum nos indivíduos com até oito anos de instrução. Paralelamente, no que diz respeito à renda, cada ano a mais de estudo aumenta a remuneração dos trabalhadores em aproximadamente 11%.

No que concerne à pobreza, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), os filhos de mães com pouca escolaridade, quando comparados com crianças cujas mães tenham bom nível educacional, terão sete vezes mais possibilidades de ser pobres, 11 vezes mais possibilidades de não frequentar a

escola e 23 vezes mais chances de não ser alfabetizados.

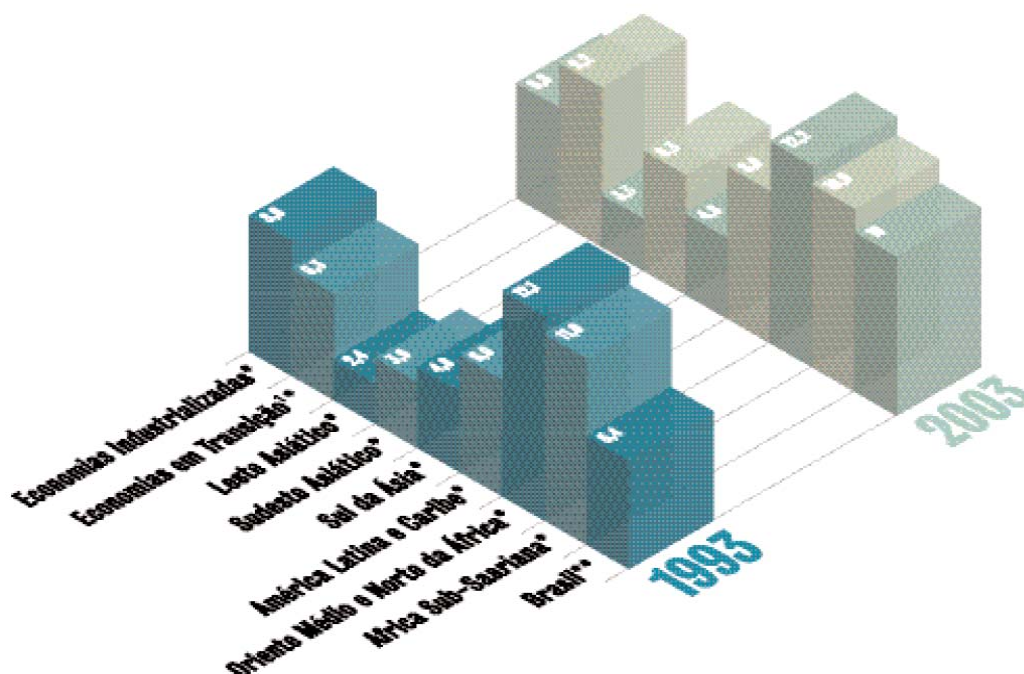


Figura 1 – Taxa de desemprego por região no mundo (em %)

Fonte: Radar Social, 2005

Quanto às variações da taxa de desemprego, a Figura 1 – Taxa de desemprego por região no mundo (em %) - revela que, de 1993 a 2003, o aumento do desemprego no Brasil é superior ao da maioria das regiões em desenvolvimento, em especial no Sudeste Asiático, nas chamadas economias em transição (nações do Leste Europeu) e na América Latina e no Caribe.

#### 2.8.2.1 Radar Social: taxa de desemprego do Brasil

No Brasil, da década de 1990 para cá, os índices relativos ao trabalho denunciam as conseqüências do descompasso entre a oferta de mão-de-obra e a oferta de ocupação.

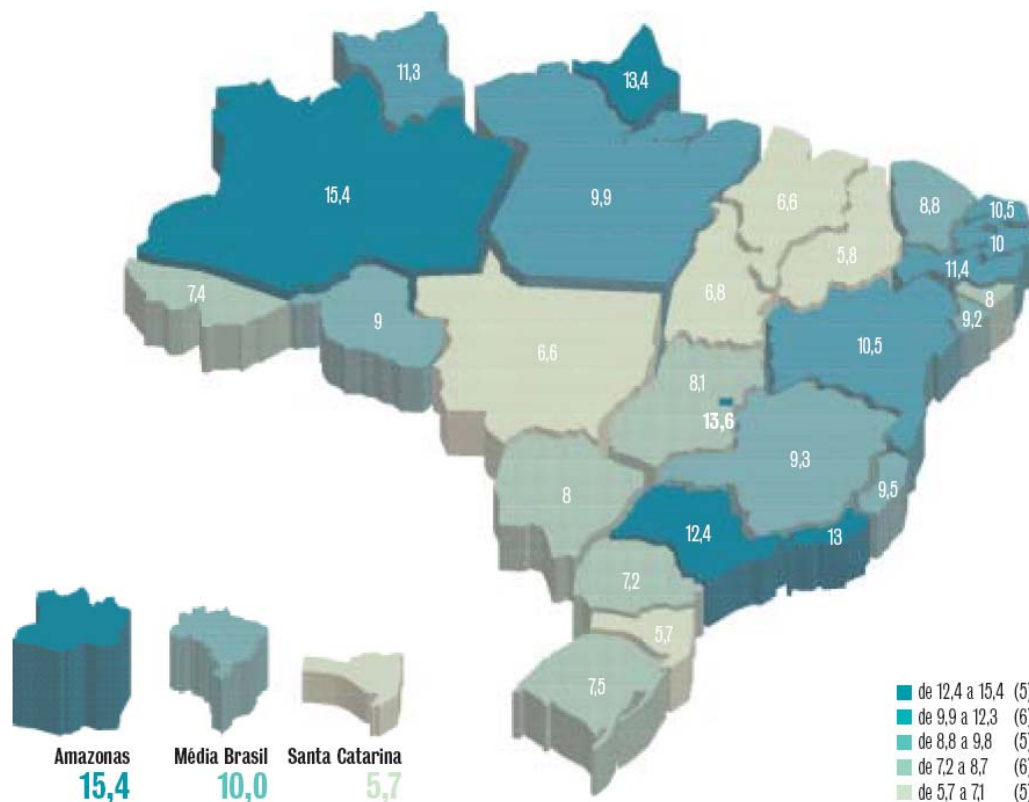


Figura 2 - Taxa de desemprego Brasil por Unidade Federal – 2003

Fonte: Radar Social, 2005

A Figura 2 – Taxa de desemprego por Brasil por Unidade Federal – 2003, mostra em percentual, a taxa de desemprego dos estados brasileiros. Amazonas, Distrito Federal, Amapá, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram, respectivamente, as maiores taxas de desemprego. Santa Catarina foi o estado cuja taxa foi a menor: 5,7% de taxa de desemprego entre pessoas de 16 a 59 anos que participam do mercado de trabalho.

### 2.8.2.2 Radar Social: desigualdade social

O Brasil é um país com alta incidência de pobreza e elevada desigualdade na distribuição de renda. Em 2003, do total de habitantes que informaram sua renda,

cerca de um terço (31,7%) é considerado pobre – 53,9 milhões de pessoas – vivendo com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo.

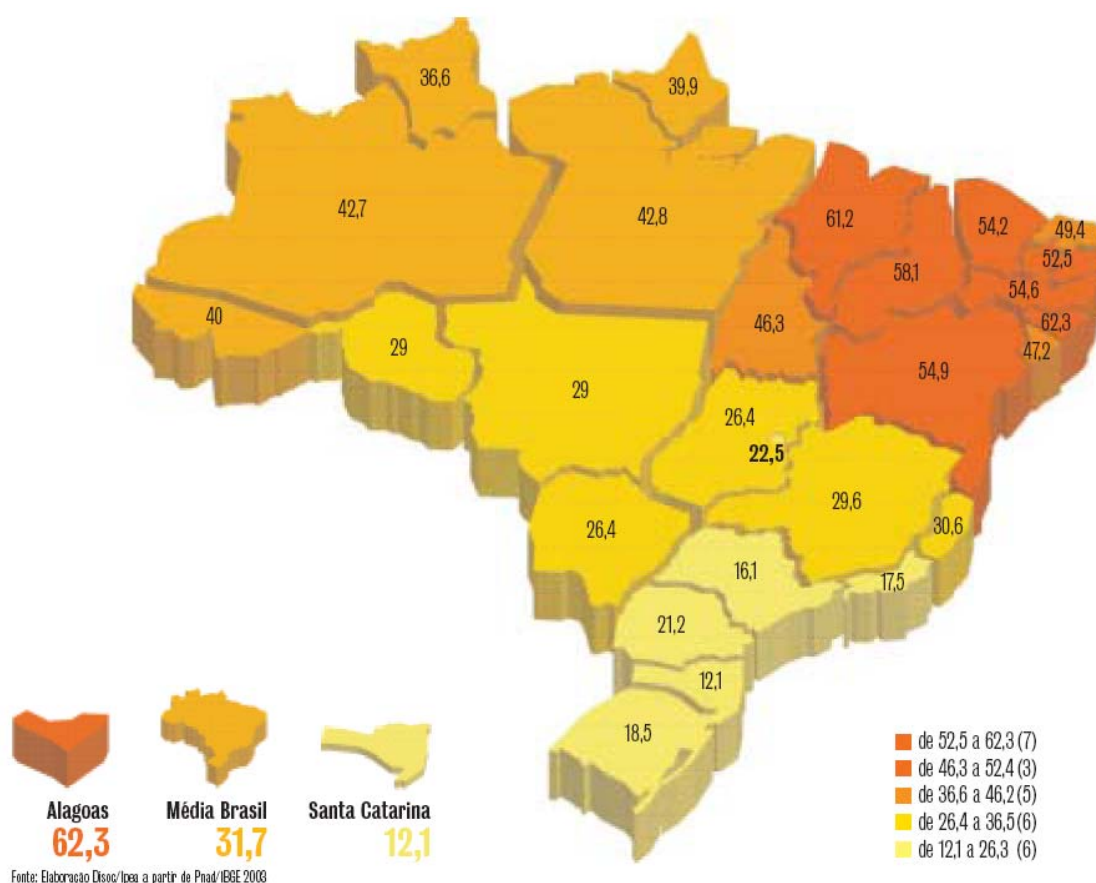


Figura 3 – Proporção da população em situação de pobreza por UF – 2003 (em %)  
Fonte: Radar Social, 2005

Entre as unidades da Federação, como se vê na Figura 3, Alagoas é o estado com maior proporção de pobreza, 62,3% de sua população. Santa Catarina tem a menor, 12,1%.

### 2.8.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU

A tendência atual é conceituar patamares de situações e atribuir índices que

retratam a referida situação. A fonte desses índices, com suas respectivas geratrizes, é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU.

O Brasil tem uma longa história de grandes desigualdades. Conforme o PNUD (2003), os 10% das famílias mais ricas têm 70 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. Nos últimos 10 anos, as diferenças entre as taxas de analfabetismo alargaram-se entre os estados mais ricos e os mais pobres. E embora a pobreza tenha começado a declinar no princípio dos anos 90, fê-lo desigualmente e não está a cair suficientemente depressa para o Brasil atingir o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. Ao ritmo de progresso atual, o Sul é a única região que se espera poder reduzir a pobreza para a metade até 2015. Mas o Nordeste, a região mais pobre, também reduziu significativamente a pobreza, tal como as regiões Central e do Sudeste.

A região Norte é a única região que viu a pobreza aumentar, subindo de 36% em 1990 para 44% em 2001. (Os dados relativos ao Norte limitam-se às áreas urbanas.) Porque é que tantas pessoas estão a ser deixadas para trás quando o crescimento global é bom? A culpa não é de uma carência média de recursos, mas da desigualdade persistentemente elevada. O Norte não só está a ver aumentar a pobreza, mas também está a atrasar-se no IDH ao contrário do Sul urbano, rico (S. Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e ao contrário do Nordeste, que conheceu significativas melhorias no seu IDH. Uma implicação política disto é a necessidade de dirigir mais recursos para as áreas mais necessitadas, o Norte, por causa das tendências adversas e o Nordeste, por causa dos seus níveis ainda baixos de desenvolvimento humano. (PNUD, 2003, p. 62)

O saldo presente revela a dramaticidade da situação social do Brasil. Com dados mais atuais, o PNUD (2005) faz uma síntese da desigualdade no Brasil,

comparando-a ao resto do mundo.

Os dados apresentados no estudo mostram que em apenas sete países os 10% mais ricos da população se apropriam de uma fatia da renda nacional maior que a dos ricos brasileiros. No Brasil, eles ficam com 46,9% da renda, menos que no Chile (47%), República Centro-Africana (47,7%), Guatemala e Lesoto (48,3%), Suazilândia (50,2%), Botsuana (56,6%) e Namíbia (64,5%).

Apenas em cinco países os 10% mais pobres ficam com uma parcela da renda menor que a dos pobres brasileiros (0,7%): Venezuela e Paraguai (0,6%), Serra Leoa, Lesoto e Namíbia (0,5%). O Brasil é o oitavo pior em outro indicador usado para medir desigualdade, o já mencionado Índice de Gini, cujo valor varia de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, todos os indivíduos têm a mesma renda) a 100 (quando apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade).

O índice brasileiro é 59,3 — melhor apenas que Guatemala (59,9), Suazilândia (60,9), República Centro-Africana (61,3), Serra Leoa (62,9), Botsuana (63,0), Lesoto (63,2) e Namíbia (70,7). O Brasil é, de acordo com o PNUD (2003), usado como exemplo para se ressaltar que uma má distribuição de renda agrava a pobreza: “A renda média é três vezes maior em um país de renda mediana e alta desigualdade como Brasil do que em um país de baixa desigualdade e baixa renda como o Vietnã. Mas a renda dos 10% mais pobres no Brasil é menor que a dos 10% mais pobres no Vietnã”. Se o IDH fosse baseado não no PIB per capita, mas na renda dos 20% mais pobres (mantendo-se as variáveis de educação e longevidade intactas), o Brasil cairia 52 posições no ranking, de 63 para 115.

Em países com condições similares às do Brasil e às do México — grande desigualdade e grande número de pobres —, uma modesta transferência de renda teria grande impacto na redução da pobreza, avalia o estudo patrocinado pelo

PNUD. No Brasil, a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos para os mais pobres teria os seguintes efeitos: cerca de 26 milhões de pessoas sairiam da linha de pobreza, reduzindo a taxa de pobreza de 22% para 7%. “Em uma sociedade que dê mais peso ao ganho de bem-estar dos pobres do que ao dos ricos, a transferência poderia ser considerada uma melhoria no bem-estar de toda a sociedade, mesmo que alguns percam” (PNUD/RDH, 2005, p. E-1-4 – E-1-5).



### **3 ESTUDO DE CASO: o Estado de Santa Catarina**

#### **3.1 Apresentação do Estado de Santa Catarina**

O Estado de Santa Catarina está localizado no centro da Região Sul do Brasil, limitado ao norte com o Paraná e ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul. Seu território fica entre os paralelos 25°57'41" e 29°23'55" de latitude Sul e entre os meridianos 48°19'37" e 53°50'00". Tem População Residente, segundo estimativa do IBGE, em 1 de julho de 2005, de 5.866.568 habitantes, distribuídos numa área de 95,3 mil km<sup>2</sup>.

##### **3.1.1 Breve resgate histórico**

O estudo do evoluir da ocupação do solo catarinense nos conduziu a uma série de raciocínios e constatações (PIAZZA, 1986, p.9).

As constatações de que a colonização de Santa Catarina - e o território catarinense foi e é de 1500 até hoje, um laboratório de experimentos sobre a ocupação do solo - gerou uma série de conseqüências. O homem, portador de cultura, na melhor concepção antropológica, veio de variada origem, em variados tempos e momentos históricos, e, por isso mesmo, produziu, aqui, uma cultura multiforme e, ainda, não devidamente dimensionada.

A ocupação do solo catarinense deu-se, inicialmente, pelo processo de apropriação pura e simples, depois legalizado, em alguns casos, na forma de concessão de terras, em nome da e pela Coroa, denominada de "sesmarias". O processo de ocupação do solo gera uma economia de subsistência, que, esporadicamente, se toma um "comércio de trocas", notadamente com as expedições que aportam a litoral catarinense nos séculos XVI, XVII e princípios do século XVIII.

No século XVIII tem-se, a implantação das "armações" para pesca da baleia. Trata-se, entretanto, de um processo exploratório, que pouco dinamiza a economia catarinense, porquanto o seu produto - o óleo ou azeite de baleia - não é comercializado em Santa Catarina, mas, no Rio de Janeiro ou em Lisboa.

Desde os primórdios da ocupação do seu solo Santa Catarina teve a exploração das suas matas, quer para reparar, quer para a construção de embarcações. Com a implantação da "Capitania da Ilha de Santa Catarina" as madeiras - "paus reais" - passam a ser monopolizadas pela Coroa Portuguesa e nomeia-se um "Administrador do Corte de Madeira", encarregado de remeter aos Arsenalis do Rio de Janeiro e de Lisboa as madeiras necessárias. Tal atividade gerava grande número de empregos e não produzia resultados válidos para a economia local.

No período colonial, salienta-se a expressiva produção de farinha de mandioca, atividade herdada do indígena e aperfeiçoada pelo luso-açoriano com a adaptação dos engenhos para o seu fabrico. Sua produção foi sem grandes resultados para o desenvolvimento econômico catarinense, pois a Coroa Portuguesa, através dos seus prepostos, requisitava-a para suprir as necessidades das suas tropas aquarteladas na Ilha de Santa Catarina ou em operações no Brasil Meridional, no século XVIII e até princípios do século XIX.

Acrescente-se a estes fatores negativos, a destruição, a mando do governo de Lisboa, dos teares manuais e o atraso, de forma crônica e desmensurada, no pagamento das tropas aquarteladas na "Capitania da Ilha de Santa Catarina", o que foi, em 1797, considerado pelo governador da Capitania de então, João Alberto de Miranda Ribeiro, como a principal causa do pequeno desenvolvimento da terra catarinense, naquele século. E, também, o aumento populacional dirigido de 6.000

açorianos para o litoral catarinense, cujo crescimento vegetativo foi tolhido pelas migrações incessantes deles e dos seus descendentes, de imediato e nas décadas seguintes a 1750 para o Rio Grande do Sul e outras partes do território brasileiro.

O século XIX, a partir da fundação da Colônia "Nova Ericeira", em 1817, é o século da ocupação pertinaz do solo catarinense, notadamente nos seus vales litorâneos. Primeiramente são as colonizações esporádicas, de 1829 a 1850. Depois são as grandes empresas colonizadoras, que trazem novos tipos humanos, novas expressões culturais, para o ambiente dominado pelo luso-açoriano.

Nesse quadro amplo em que se tem a proliferação de colônias de iniciativa particular, na primeira metade daquele século, contrapõe-se a partir da "Lei de Terras", de 1850, um novo ordenamento no processo colonizador do Império Brasileiro e daí resulta, notadamente, de 1876 a 1884 a incorporação ao regime comum das povoações brasileiras às várias colônias, até então particulares. Neste processo, entretanto, não são avaliadas as condições econômicas locais, e entram então algumas delas em processo de estagnação e até de decadência.

O grande crescimento demográfico da então província tem, como resultante político-administrativa, o aparecimento de novas unidades administrativas (especialmente municípios). De outro lado, há uma política de integração do imigrante no contexto brasileiro, a partir de 1832, com as naturalizações, o que se tem como o apressamento da incorporação do alienígena no contexto político-institucional, passando a ocupar cargos públicos, eletivos ou de nomeação.

O elemento humano quer o luso-açoriano, que formou o substrato mais ponderável da gente litorânea catarinense, quer dos demais grupos étnicos, vêm-se, desde logo, frente a frente com a problemática da ocupação do solo.

O regime da concessão de terras aos "casais" açorianos comprova que não

houve grandes concessões, mas sim pequenas glebas, ocasionando a formação de minifúndios, anti-econômicos, quer pela sua localização em terrenos de fraca pujança agrícola ou de fácil desgaste por estarem em vales quentes e úmidos do litoral, e, por outro lado, as famílias numerosas do luso-açorianos ocasionavam explosão demográfica, a necessidade de novas terras para cultivo e a conseqüente abertura de novas "frentes pioneiras".

Na fundação de colônias, quer pelos Governos Imperial e Provincial, quer por particulares, tem-se bastante diferenciado o processo de formação da propriedade rural, que se vão ressaltar em problemas de mais diversa repercussão social e econômica, principalmente em face do dimensionamento que lhes impõe a "Lei de Terras" (estabelecendo o minifúndio de até 30 hectares).

É oportuno verificar que a colonização alemã deve ser encarada, quanto ao seu elemento humano, dentro de dois quadros. Primeiramente e de modo preferencial, aqueles chegados até 1850, que é dedicado à agricultura e, portanto, de caráter rural. Estes elementos presos aos costumes tradicionais da cultura européia, ou se adaptam às técnicas da agricultura tropical, vencendo, economicamente, a duras penas, ou, então, sempre e cada vez mais, por si os seus descendentes, procurando novas terras, abrindo e consolidando novas "frentes pioneiras", e, também, em função de sua estrutura familiar, com os problemas advindos da elevada taxa de natalidade nas áreas rurais, aliada ao princípio adotado do "direito da primogenitura".

A colonização italiana, predominantemente rural, marcou a sua presença com a formação de um cinturão agrícola, primeiramente, em torno de áreas de colonização alemã, e, depois, espraiando-se em novas áreas de penetração.

Tanto a colonização alemã, quanto a italiana e das demais etnias,

basicamente apresentam-se no cenário catarinense, anterior à Revolução Industrial nos seus países de origem, e, desta forma, vão contribuir, diferentemente, no processo de "modernização" de Santa Catarina.

Ainda que de forma não categórica, a imigração européia, alemã, italiana, francesa, belga ou de qualquer outra nacionalidade, trouxe contribuição a "modernização" de Santa Catarina. Destes grupos não se pode olvidar a sua contribuição cultural, e, face ao isolamento em que viveram tem-se que enfocar a sua contribuição de maneira bastante objetiva, não só o processo aculturativo da língua, mas o papel da escola, da religião, das atividades lúdicas, etc.

A formação multi-étnica do contexto cultural catarinense resultaram inúmeros aspectos, que condicionados aos vários graus de isolamento dos grupos humanos, portadores de tais ou quais características culturais, levou-os a formarem "ilhas" ou "pequenos arquipélagos". Cada uma "ilha" produziu uma economia diversificada, primeiramente dedicada à agricultura de subsistência, depois à de exportação e daí gerou a industrialização.

Após os períodos colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889), resta o período republicano. Neste período há uma subdivisão a ser efetuada, relativas à Primeira República (1889-1930), onde se tem uma política de colonização, fomentando a formação de núcleos coloniais e entregando as terras devolutas aos Estados da federação, e numa segunda etapa fazendo com que os Estados desenvolvessem uma política própria, e à Segunda República (1930-1945), com uma forte tendência nacionalizadora.

Tal período corresponde à total integração territorial-administrativa, pois se completa o processo iniciado em 1738 com a criação da "Capitania da Ilha de Santa Catarina", ampliado em 1820, com a incorporação da vila de Lages e seu termo à

jurisdição catarinense e finaliza com a solução da "Questão do Contestado" - limites Santa Catarina e Paraná - pelo Acordo de 1917.

A integração administrativa corresponde a aspectos de ordem étnico-culturais e a aspectos de ordem econômica. Tem-se a grande migração de excedentes populacionais das antigas colônias de alemães e de italianos do Rio Grande do Sul para as terras do planalto catarinense, êxodo que se desencadeia a partir de 1910, com a abertura da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (Brazil Railway Co.), que se ordena com a estruturação da colonização ao longo da estrada de ferro, a partir de 1916, e que vai, aos poucos, se direcionando em demanda às barrancas do Peperi-Guaçu.

A migração de sul-rio-grandenses constitui uma ponderável força de trabalho que se ativa a partir de 1934, quando cessa a recessão econômica iniciada em 1929, que vai dar novos aspectos, em quatro décadas, à estrutura econômica catarinense.

A essa migração correspondem enfoques novos no contexto cultural, apesar de oriundos de áreas de minifúndios, percebem e valorizam o esforço comunitário, não só no social, mas, também, no econômico, e, desta forma, podem estabelecer o seu crescimento econômico, inicialmente tendo como base o extrativismo vegetal, madeira e mate, e depois, alicerçando a sua pujança na agricultura de exportação, graças ao solo de basalto decomposto, cuja fertilidade poder-lhes-á garantir uma posição promissora na economia regional.

Por outro lado, a verdadeira integração de Santa Catarina se faz com a circulação de riquezas e a complementação das diversas economias de suas "ilhas", tendo como espinha dorsal a BR 282 - propugnada em 1797 (pelo Governador da Capitania João Alberto de Miranda Ribeiro), defendida em 1810 (pelo autor da

“Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina”, Paulo José Miguel de Brito), proposta oficialmente em 1824 ao Governo Central, pelo 1º Presidente da Província, (o Desembargador João Antônio Rodrigues de Carvalho) e que, já está se tornando realidade num esforço do Governo Estadual, que pavimentou nos últimos quatro anos, o trecho Águas Mornas - Bom Retiro, num percurso de 80 km.

O processo colonizador em Santa Catarina é uma lição permanente. Lição permanente de como se devem orientar os fluxos migratórios, com o planejamento adequado, para que o dinheiro da Nação não seja gasto inutilmente como o foi em projetos colonizadores recentes. Lição permanente da adequação ao solo, de acordo com as normas agronômicas mais certas, para que as populações não migrem devido à exaustão à terra. Estas algumas das lições que o estudo da colonização em terras catarinenses nos induz a refletir sobre o futuro da nossa terra e da nossa gente! (PIAZZA, 1986, p. 7)

As informações do resgate da formação histórica de Santa Catarina foram baseadas em Piazza (1986) – Atlas de Santa Catarina.

### **3.1.2 Economia**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004, do IBGE, o Estado de Santa Catarina dispõe de uma população economicamente ativa de 3.280.445 habitantes, destas, 2.583.690 urbanas e 696.755 vivendo no meio rural. Apesar de contribuir com pouco mais de 3% da população brasileira e, representar 1,1% do território brasileiro, possui participação expressiva na Economia Nacional.

Dentre outros aspectos econômicos, Santa Catarina possui: um parque industrial voltado, principalmente, para o setor têxtil, agroindústria e para produtos de alta tecnologia; o maior rebanho de aves e o segundo maior de suínos do Brasil; uma agricultura organizada, principalmente, em pequenas propriedades rurais.

Tabela 2 - Dados gerais das empresas comerciais com atuação em SC, divisão e grupos de atividades - 2003

Grandes Regiões, Unidades da Federação de atuação das empresas, divisão e grupos de atividades	Dados gerais das empresas comerciais				
	Estabele- cimentos com receita de revenda	Pessoal ocupado em 31.12	Salários, retiradas e outras remunerações	Receita bruta de revenda	Margem de Comercializa- ção (1)
				1 000 R\$	
<b>Brasil</b>	<b>1 426 988</b>	<b>6 270 780</b>	<b>38 782 039</b>	<b>736 317 423</b>	<b>131 111 894</b>
<b>Região Sul</b>	<b>311 618</b>	<b>1 252 786</b>	<b>7 593 282</b>	<b>156 918 042</b>	<b>26 709 971</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>64 629</b>	<b>260 748</b>	<b>1 584 528</b>	<b>31 401 427</b>	<b>5 460 450</b>
Comércio de veículos, peças e motocicletas	6 725	35 189	234 331	4 303 083	668 110
Comércio por atacado	6 892	44 676	363 808	12 870 824	1 939 878
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1 991	14 394	100 522	2 328 178	330 370
Artigos de uso pessoal e doméstico	1 436	6 916	54 116	1 279 989	337 185
Produtos intermediários - exclusive agropecuários	1 443	10 509	92 097	4 902 089	751 925
Combustíveis	168	1 422	22 085	3 480 888	303 261
Outros produtos intermediários	1 275	9 087	70 012	1 421 201	448 664
Outros produtos	2 022	12 857	117 073	4 360 568	520 398
Comércio varejista	51 012	180 883	986 389	14 227 520	2 852 462
Comércio não-especializado	8 574	40 903	243 171	4 168 705	673 073
Hiper/supermercados	397	25 420	188 482	3 630 895	534 798
Outros tipos de comércio não-especializado	8 177	15 483	54 689	537 810	138 275
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	3 760	11 548	42 328	232 885	87 108
Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	12 576	36 424	165 621	1 125 356	309 539
Combustíveis e lubrificantes	1 780	14 016	91 609	4 019 564	748 587
Comércio de outros produtos em lojas especializ.	24 211	77 766	442 798	4 676 981	1 032 327
Artigos usados	111	226	862	4 029	1 828

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, Pesquisa Anual de Comércio 2003.

(1) Receita líquida de revenda menos o custo de mercadoria vendida. Refere-se ao resultado obtido pelo esforço de venda de mercadoria deduzidos dos custos de aquisição das mercadorias pelas empresas.

Para melhor apresentar seu desempenho econômico, podem-se analisar as tabelas 2 e 3 divulgadas pelo IBGE, com os números do Comércio e da Indústria em 2003.

Salienta-se a importância da pequena propriedade rural e da micro e pequena empresa urbana na economia do Estado de Santa Catarina. Os esforços no sentido de preservar e aprimorar este modelo têm sido desenvolvidos ao longo da história catarinense. Sua economia, mais do que programa de governos, tem sido facilitada por apoios importantes e criativos.



Tabela 3 - Dados gerais das unidades locais industriais, Brasil e Região Sul - Brasil - 2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31.12	Salários, retiradas e outras remuner.	Receita líquida de vendas	Valor bruto da Produção industrial	Custos das operações industriais	Valor da transform. industrial
			1 000 R\$				
<b>Brasil</b>	<b>154 738</b>	<b>5 850 579</b>	<b>81 721 181</b>	<b>953 058 494</b>	<b>932 195 937</b>	<b>528 574 931</b>	<b>403 621 006</b>
<b>Sul</b>	<b>41 920</b>	<b>1 542 600</b>	<b>16 642 427</b>	<b>203 316 262</b>	<b>199 074 873</b>	<b>120 479 282</b>	<b>78 595 592</b>
Paraná	13 068	443 719	4 742 766	69 804 235	66 532 842	38 913 672	27 619 170
Santa Catarina	12 626	448 730	4 548 474	42 699 406	42 414 882	23 972 281	18 442 601
Rio Grande do Sul	16 226	650 151	7 351 187	90 812 621	90 127 149	57 593 329	32 533 821

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2003.

Na área rural, a equivalência preço-produto, popularizada com a expressão “troca-troca”, tem contribuído, nos últimos vinte e dois anos, para assegurar renda ao pequeno produtor rural. “Não se trata de dádiva ou prêmio; trata-se de estímulo. Como funciona? Assim: o indispensável ao pequeno produtor ou prestador de serviços, para bem produzir ou ver frutificar o seu esforço, tem sua aquisição e financiamento assegurados pelo Governo, mediante pagamento em produto” (AMIN, 1987, p.172).

Na área urbana, esforços no sentido de assegurar crédito, associativismo, escala na compra de insumos e medidas fiscais consentâneas com a natureza das micros e das pequenas empresas. Como demonstração da referida importância dos pequenos negócios em Santa Catarina, podemos observar: em 2002, havia, no Brasil, 120 Organizações Não-Governamentais operando o microcrédito. “destas 16 ou seja, 13,33% constituem a “Rede Catarinense do Microcrédito”, o que demonstra o enorme significado social dos micro-empresendedores catarinenses. Se considerarmos que a economia catarinense não é maior do que 4% da economia nacional, fica evidente o avanço do Estado no que se refere ao microcrédito.”(AMIN; BAUER, 2002, p.117)

### 3.2 A utilização de indicadores no planejamento da Administração Pública de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina tem se distinguido quanto aos indicadores de desenvolvimento humano relativamente às demais unidades da Federação.

O diagnóstico de Santa Catarina está resumido no Atlas de Exclusão Social da seguinte forma: Santa Catarina, juntamente com São Paulo, apresenta a menor proporção de municípios em situação de exclusão social, com três focos: um localizado ao norte, na divisa com o Paraná, outro ao sul e um terceiro, a oeste, estes dois na divisa com o Rio Grande do Sul. São Paulo, por sua vez, apresenta áreas de inclusão social situada no nordeste e na área central do Estado. (POCHMANN, 2003)

Tabela 4 - Municípios referentes ao inciso I do art. 2º da Lei nº 12.120

<b>Classificação</b>	<b>Município</b>	<b>IDS</b>
238	Marema	0,793
239	Nova Itaberaba	0,792
240	Princesa	0,792
241	Ipuaçu	0,792
242	Herval D'Oeste	0,792
243	Santa Terezinha do Progresso	0,789
244	Ponte Serrada	0,788
245	Irati	0,787
246	Caxambu do Sul	0,787
247	Chapadão do Lageado	0,786
248	Capão Alto	0,785
249	Monte Carlo	0,784
250	Balneário Arroio do Silva	0,779
251	Araquari	0,778
252	Monte Castelo	0,778
253	Águas de Chapecó	0,777
254	Bocaina do Sul	0,777
255	Palmeira	0,776
256	Urubuci	0,776

257	Garuva	0,773
258	São João do Sul	0,773
259	Passo de Torres	0,772
260	Irani	0,771
261	Angelina	0,770
262	Passos Maia	0,769
263	Praia Grande	0,768
264	Pedras Grandes	0,768
265	Balneário Gaivotas	0,767
266	Entre Rios	0,764
267	Rio Rufino	0,763
268	Ibicaré	0,762
269	Bom Jesus	0,756
270	Bom Jardim da Serra	0,755
271	Alfredo Wagner	0,754
272	Irineópolis	0,752
273	Vargem	0,749

Fonte: Lei nº.12.120, de 9 de janeiro de 2002

Por sua vez os cinquenta e seis municípios catarinenses, cujos índices os faziam objeto das ações preconizadas pelo Artigo 2 da Lei eram, em 2002, os seguintes, apresentados nas Tabelas 4 e 5, com os respectivos índices.

Tabela 5 - Municípios referentes ao inciso II do art. 2º da Lei nº 12.120

<b>Classificação</b>	<b>Município</b>	<b>IDS</b>
274	Ouro Verde	0,746
275	Vitor Meireles	0,744
276	Lebon Régis	0,740
277	Imaruí	0,734
278	Saltinho	0,734
279	Anita Garibaldi	0,733
280	Abdon Bartista	0,730
281	Flor do Sertão	0,729
282	Santa Terezinha	0,726
283	Brunópolis	0,722
284	Calmon	0,722

285	Campo Belo do Sul	0,718
286	Painel	0,715
287	Matos Costa	0,713
288	Macieira	0,710
289	São José do Cerrito	0,701
290	Bela Vista do Toldo	0,698
291	Bandeirante	0,683
292	Cerro Negro	0,658
293	Timbó Grande	0,629

Fonte: Lei nº.12.120, de 9 de janeiro de 2002

### 3.3 As políticas públicas preconizadas pela Lei nº. 12.120/2002

O projeto do Estado de Santa Catarina de homogeneização social se fundamenta na Lei nº.12.120, de 9 de janeiro de 2002, que cria o Programa Catarinense de Inclusão Social. A implementação do Programa se dá através da adoção e operacionalização de Políticas Compensatórias voltadas (I) às administrações municipais com Índice de Desenvolvimento Social – IDS – igual ou inferior a 85% do índice médio do Estado; e (II) às pessoas residentes nos municípios com IDH igual ou inferior a 80% do índice médio do Estado. As políticas compensatórias de vária gama transformam-se em programas e orçamentos, em metas plurianuais (trienais e quinquenais) e planos de ação, tudo gerido e avaliado por grupo executivo e de acompanhamento. Cumpre-se aqui a proposta do Banco Mundial de que é possível erradicar a pobreza e a redução dela depende da interação de esforços dos mercados, das instituições governamentais e da Sociedade Civil (AMIN; BAUER, 2002, p.5).

A Lei nº. 12.120/2002 representa, portanto, um esforço de consolidação de políticas de inclusão social. Pode-se perceber a facilidade de visualização de situações nos municípios do Estado e, a partir da situação apurada, adotar

providências com o objetivo de promover melhorias, contribuindo para elevação do nível de vida e redução de desigualdades.

O próprio texto da lei explicita forma de gerenciamento (artigo 9º) e enuncia responsabilidades na condução de normas pertinentes. Os parâmetros que ensejam o enquadramento dos municípios no âmbito das ações preconizadas pela lei são subordinados ao confronto entre os índices do respectivo município e a média do Estado.

Um rol de ações é preconizado para os municípios com IDS igual ou inferior a 85% do índice médio do Estado. A este rol de ações sobrepõe-se outra listagem para o grupo cujo IDS esteja situado em patamar equivalente a 80% ou menos do índice médio do Estado. O primeiro grupo correspondia, no momento da aprovação da lei, a 56 municípios. O segundo grupo correspondia a 20 municípios.

### **3.3.1 Indicadores de Desenvolvimento Social: Saúde**

O Índice de Desenvolvimento Social - IDS calculado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, até o ano de 2001, utilizava os índices de mortalidade infantil, consultas pré-natal, cobertura vacinal por DPT, cobertura vacinal contra poliomielite e cobertura vacinal contra sarampo.

Com a implantação do Pacto para Avaliação dos Indicadores de Atenção Básica os 34 indicadores analisados pelos gestores do Sistema Único de Saúde, passaram a demonstrar a evolução da situação da Saúde, em Santa Catarina, conforme a Tabela 6 - Indicadores de Desenvolvimento Social: Saúde.

TABELA 6 - Indicadores de Desenvolvimento Social: Saúde

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1. Número absoluto de óbitos em < de 1 ano	1616	1490	1367	1309	1109	1107

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
2. Taxa de mortalidade infantil	16,35	15,71	15,52	15,27	13,39	13,11
3. % de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	7,26	7,23	7,8	7,9	8,1	7,7
4. % de óbitos < de 1 ano por causas mal definidas	7,61	9,26	6,44	6,95	6,49	5,69
5. Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda em < de 5 anos	44,36	47,15	41,66	37,15	34,53	30,2
6. Homogeneidade da cobertura vacinal por Tetravalente em < 1 ano	39,93	50,85	83,28	79,18	72,7	-
7. Número absoluto de óbitos neonatais	1039	907	899	851	736	725
8. Taxa de mortalidade infantil neonatal	10,51	9,56	10,2	9,93	8,89	8,59
9. Taxa de mortalidade materna	41,48	34,8	38,59	40,83	56,76	42,63
10. % de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal	-	88,31	89,4	90,89	92,26	93,1
11. % de óbitos de mulheres em idade fértil investigados	0	0	0	0	0	0
12. Razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais./População Feminina de 25 a 59 anos	-	0,08	0,04	0,25	0,2	0,2
13. Taxa de mortalidade em mulheres por câncer de colo do útero	5,49	4,95	4,61	3,97	3,91	3,82
14. Taxa de mortalidade em mulheres por câncer de mama	9,57	10,35	9,66	10,56	10,24	9,64
15. % de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	46,85	43,68	48,61	53,45	56,23	60,1
16. Taxa de internação por acidente vascular-cerebral (AVC)	59,72	51,84	50,85	51,41	47,53	46,44
17. Taxa de mortalidade por doenças cérebro-vasculares	172,02	142	132,02	128,27	129,57	134,16
18. Taxa de internação por insuficiência cardíaca congestiva	122,51	97,24	94,07	90,49	88,35	84,24
19. Proporção de internação por cetoacidose e coma diabético	3,54	2,83	1,8	8,18	8,42	9,45
20. Proporção de internação por diabetes	1,4	1,44	1,53	1,59	1,5	1,44
21. % de abandono do tratamento de tuberculose	-	8,7	8,28	0,75	7,46	7,44
22. Taxa de incidência de tuberculose pulmonar bacilífera	-	15,01	13,76	14,07	12,68	12,08
23. Taxa de mortalidade por tuberculose	1,22	1,03	1,05	1,03	0,98	0,95
24. % de abandono do tratamento de hanseníase	-	6,7	4,69	3,44	3,62	3,83
25. Taxa de detecção de casos de hanseníase	0	0,38	0,35	0,41	0,44	0,44
26. % de cura de casos novos de hanseníase	0	42,36	48,13	47,56	44,85	57,92
27. Taxa de prevalência de hanseníase	0	0,7	0,59	0,63	0,64	0,64
28. Grau de incapacidade I e II no momento do diagnóstico	0	32,84	32,45	30,22	30,77	35,2
29. Cobertura de primeira consulta odontológica	15,07	18,21	18,94	17,16	17,2	16,32
30. Procedimentos odontológicos coletivos e população < 14 anos	0,46	0,4	0,41	0,42	0,3	0,27

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004
31. % de exodontias / ações odontológicas básicas individuais	9,24	7,66	6,81	7,93	6,88	6,51
32. % da população coberta pelo Programa de Saúde da Família - PSF	5,69	18,6	34,54	41,84	50,57	58,01
33. Média anual de consultas médicas básicas por habitante	1,34	1,71	1,95	1,56	1,61	1,45
34. Média mensal de visitas domiciliares por família	0,06	0,13	0,22	0,36	0,45	0,44

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde. 2005.

A Tabela 7 apresenta o Índice do Desenvolvimento da Saúde dos Municípios de Santa Catarina, no período entre 2003 e 2004.

TABELA 7 - Índice do Desenvolvimento da Saúde 2003/04

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
78	Abdon Batista	0,955	1,000	0,835	1,000	1,000	1,000	0,925	1,000	<b>0,964</b>	alto
207	Abelardo Luz	0,901	0,882	0,848	0,847	0,937	1,000	0,862	0,984	<b>0,908</b>	médio alto
95	Agrolândia	0,951	0,971	0,971	0,923	1,000	1,000	0,852	1,000	<b>0,958</b>	alto
265	Agronômica	0,915	1,000	1,000	0,529	0,753	1,000	0,718	0,996	<b>0,864</b>	médio
244	Água Doce	0,936	0,732	0,732	0,890	1,000	0,974	0,808	0,967	<b>0,880</b>	médio
206	Águas de Chapecó	0,915	1,000	0,896	1,000	0,830	0,963	0,678	0,992	<b>0,909</b>	médio alto
82	Águas Frias	0,846	1,000	1,000	0,853	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,962</b>	alto
19	Águas Mornas	0,928	0,986	0,986	1,000	1,000	1,000	1,000	0,995	<b>0,987</b>	alto
14	Alfredo Wagner	0,979	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,980	0,951	<b>0,989</b>	alto
287	Alto Bela Vista	1,000	0,548	0,548	0,850	0,800	1,000	0,533	0,983	<b>0,783</b>	médio baixo
43	Anchieta	0,963	1,000	0,951	1,000	1,000	1,000	0,909	0,984	<b>0,976</b>	alto
243	Angelina	0,947	0,826	0,661	1,000	0,809	1,000	0,830	1,000	<b>0,884</b>	médio
74	Anita Garibaldi	0,913	0,929	0,929	1,000	1,000	1,000	0,948	1,000	<b>0,965</b>	alto
139	Anitápolis	1,000	1,000	1,000	1,000	0,855	0,833	0,873	1,000	<b>0,945</b>	médio alto
87	Antônio Carlos	0,965	0,887	0,887	1,000	1,000	1,000	0,971	0,972	<b>0,960</b>	alto
132	Apiúna	0,899	1,000	1,000	0,970	0,863	1,000	0,852	0,988	<b>0,947</b>	médio alto
218	Arabutã	0,943	1,000	0,844	1,000	0,796	1,000	0,722	0,899	<b>0,901</b>	médio alto
278	Araquari	0,920	1,000	0,984	0,095	0,698	1,000	0,892	0,991	<b>0,822</b>	médio
154	Araranguá	0,932	0,962	0,923	1,000	0,898	0,997	0,863	0,934	<b>0,939</b>	médio alto

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
63	Armazém	0,895	1,000	1,000	0,845	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,967</b>	alto
273	Arroio Trinta	0,875	1,000	1,000	0,111	0,982	0,962	0,764	0,987	<b>0,835</b>	médio
90	Arvoredo	1,000	1,000	1,000	0,677	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,960</b>	alto
114	Ascurra	0,941	1,000	1,000	1,000	0,907	1,000	0,847	0,915	<b>0,951</b>	alto
112	Atalanta	0,972	1,000	1,000	0,939	0,842	1,000	0,860	1,000	<b>0,952</b>	alto
241	Aurora	0,955	1,000	1,000	0,892	0,728	0,986	0,520	1,000	<b>0,885</b>	médio
8	Balneário Arroio do Silva	0,942	1,000	1,000	1,000	0,989	1,000	1,000	1,000	<b>0,991</b>	alto
255	Balneário Barra do Sul	0,923	1,000	1,000	0,056	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,872</b>	médio
107	Balneário Camboriú	0,907	1,000	0,992	1,000	1,000	0,867	0,936	0,925	<b>0,953</b>	alto
252	Balneário Gaivota	0,931	1,000	0,893	0,875	0,798	0,823	0,670	0,996	<b>0,873</b>	médio
39	Balneário Piçarras	0,923	1,000	1,000	1,000	0,905	1,000	1,000	0,993	<b>0,978</b>	alto
165	Bandeirante	0,975	0,795	0,795	1,000	1,000	1,000	0,897	1,000	<b>0,933</b>	médio alto
175	Barra Bonita	1,000	1,000	1,000	0,938	0,758	0,914	0,813	1,000	<b>0,928</b>	médio alto
4	Barra Velha	0,944	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,996	0,999	<b>0,992</b>	alto
99	Bela Vista do Toldo	0,929	1,000	1,000	0,951	0,951	0,980	0,852	0,993	<b>0,957</b>	alto
51	Belmonte	0,936	1,000	1,000	0,941	1,000	1,000	0,909	1,000	<b>0,973</b>	alto
118	Benedito Novo	0,925	1,000	1,000	0,874	1,000	1,000	0,842	0,964	<b>0,951</b>	alto
211	Biguaçu	0,932	0,934	0,918	1,000	0,716	1,000	0,746	0,992	<b>0,905</b>	médio alto
155	Blumenau	0,920	1,000	1,000	1,000	0,888	0,891	0,824	0,979	<b>0,938</b>	médio alto
286	Bocaina do Sul	0,839	0,664	0,664	0,196	1,000	1,000	1,000	0,983	<b>0,793</b>	médio baixo
176	Bom Jardim da Serra	0,963	0,946	0,946	0,855	1,000	1,000	0,726	0,985	<b>0,928</b>	médio alto
178	Bom Jesus	0,854	1,000	1,000	0,807	1,000	0,756	1,000	1,000	<b>0,927</b>	médio alto
191	Bom Jesus do Oeste	0,880	1,000	1,000	1,000	0,750	1,000	0,750	0,993	<b>0,922</b>	médio alto
55	Bom Retiro	1,000	1,000	1,000	1,000	0,974	0,965	0,827	1,000	<b>0,971</b>	alto
77	Bombinhas	0,943	1,000	1,000	1,000	0,830	1,000	0,961	0,983	<b>0,965</b>	alto
48	Botuverá	0,968	1,000	1,000	1,000	1,000	0,900	0,939	0,981	<b>0,973</b>	alto
121	Braço do Norte	0,927	1,000	1,000	0,868	0,983	1,000	0,835	0,974	<b>0,948</b>	médio alto
215	Braço do Trombudo	0,929	1,000	0,893	0,568	1,000	0,917	0,915	1,000	<b>0,903</b>	médio alto
290	Brunópolis	0,902	0,664	0,664	0,532	0,868	0,709	0,667	0,991	<b>0,750</b>	médio baixo
116	Brusque	0,937	0,932	0,900	1,000	1,000	0,919	0,938	0,984	<b>0,951</b>	alto
123	Caçador	0,915	0,932	0,914	0,989	1,000	0,934	1,000	0,899	<b>0,948</b>	médio alto
100	Caibi	0,958	1,000	1,000	0,974	0,938	1,000	0,779	1,000	<b>0,956</b>	alto
202	Calmon	0,941	0,963	0,963	1,000	0,698	1,000	0,748	0,996	<b>0,914</b>	médio alto
146	Camboriú	0,912	0,929	0,889	1,000	0,890	1,000	0,950	0,968	<b>0,942</b>	médio alto
250	Campo Alegre	0,862	1,000	1,000	0,790	0,775	0,807	0,770	1,000	<b>0,876</b>	médio
240	Campo Belo do Sul	0,950	1,000	1,000	0,486	0,967	1,000	0,699	0,989	<b>0,886</b>	médio
262	Campo Erê	0,879	0,741	0,638	1,000	0,979	0,822	0,873	0,996	<b>0,866</b>	médio
56	Campos Novos	0,935	0,993	0,932	1,000	1,000	0,944	1,000	0,960	<b>0,970</b>	alto
172	Canelinha	0,916	1,000	1,000	1,000	0,821	1,000	0,724	0,975	<b>0,929</b>	médio alto
66	Canoinhas	0,935	0,983	0,921	1,000	1,000	0,992	0,910	0,994	<b>0,967</b>	alto
281	Capão Alto	0,918	1,000	1,000	0,000	0,867	1,000	0,738	0,973	<b>0,812</b>	médio



Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
42	Capinzal	0,896	1,000	0,977	1,000	1,000	0,945	1,000	1,000	<b>0,977</b>	alto
219	Capivari de Baixo	0,925	0,975	0,884	0,439	1,000	1,000	1,000	0,974	<b>0,900</b>	médio alto
177	Catanduvas	0,925	1,000	0,926	0,993	0,857	1,000	0,742	0,976	<b>0,927</b>	médio alto
119	Caxambú do Sul	0,983	1,000	1,000	0,873	0,853	1,000	0,892	1,000	<b>0,950</b>	alto
167	Celso Ramos	1,000	1,000	0,743	0,931	1,000	1,000	0,851	0,925	<b>0,931</b>	médio alto
279	Cerro Negro	0,915	1,000	0,531	0,270	1,000	1,000	0,815	1,000	<b>0,816</b>	médio
282	Chapadão do Lageado	0,904	0,618	0,618	1,000	0,870	0,771	0,685	1,000	<b>0,808</b>	médio
159	Chapecó	0,903	0,934	0,897	1,000	0,963	0,955	0,875	0,966	<b>0,937</b>	médio alto
128	Cocal do Sul	0,948	0,951	0,951	1,000	0,913	1,000	0,836	0,981	<b>0,947</b>	médio alto
156	Concórdia	0,911	0,993	0,952	1,000	0,973	0,863	0,812	0,995	<b>0,937</b>	médio alto
166	Cordilheira Alta	0,919	0,771	0,771	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,933</b>	médio alto
169	Coronel Freitas	0,892	1,000	1,000	0,986	1,000	1,000	0,756	0,812	<b>0,931</b>	médio alto
212	Coronel Martins	0,969	1,000	1,000	1,000	0,608	1,000	0,660	1,000	<b>0,905</b>	médio alto
276	Correia Pinto	0,908	0,848	0,848	0,847	0,645	1,000	0,520	0,999	<b>0,827</b>	médio
30	Corupá	0,883	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,972	0,999	<b>0,982</b>	alto
151	Criciúma	0,941	0,938	0,919	1,000	0,958	0,998	0,816	0,952	<b>0,940</b>	médio alto
223	Cunha Porã	0,938	0,780	0,780	1,000	0,846	1,000	0,845	0,991	<b>0,898</b>	médio
58	Cunhataí	0,923	1,000	1,000	1,000	0,852	1,000	1,000	0,986	<b>0,970</b>	alto
47	Curitibanos	0,903	1,000	0,973	1,000	1,000	0,966	0,975	0,979	<b>0,974</b>	alto
256	Descanso	0,974	0,606	0,606	1,000	0,852	0,945	1,000	0,982	<b>0,870</b>	médio
196	Dionísio Cerqueira	0,929	0,927	0,870	1,000	0,832	0,987	0,810	0,989	<b>0,918</b>	médio alto
227	Dona Emma	0,961	0,720	0,720	0,887	0,983	0,962	0,931	1,000	<b>0,895</b>	médio
65	Doutor Pedrinho	0,976	0,881	0,881	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,967</b>	alto
147	Entre Rios	0,960	1,000	1,000	0,900	0,764	0,962	0,944	1,000	<b>0,941</b>	médio alto
89	Ermo	0,936	1,000	1,000	0,844	1,000	0,912	1,000	0,989	<b>0,960</b>	alto
187	Erval Velho	0,891	0,899	0,899	1,000	0,781	1,000	0,938	0,989	<b>0,925</b>	médio alto
125	Faxinal dos Guedes	0,925	1,000	0,903	0,842	1,000	1,000	0,934	0,978	<b>0,948</b>	médio alto
6	Flôr do Sertão	0,966	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,970	<b>0,992</b>	alto
141	Florianópolis	0,924	1,000	1,000	0,960	0,980	0,846	0,882	0,958	<b>0,944</b>	médio alto
230	Formosa do Sul	0,971	0,795	0,795	1,000	0,931	1,000	0,655	1,000	<b>0,893</b>	médio
213	Forquilha	0,952	0,911	0,862	1,000	0,798	1,000	0,710	0,996	<b>0,904</b>	médio alto
108	Fraiburgo	0,903	0,960	0,960	1,000	0,980	0,934	0,918	0,968	<b>0,953</b>	alto
261	Frei Rogério	0,820	0,920	0,920	0,959	0,773	0,841	0,697	1,000	<b>0,866</b>	médio
144	Galvão	0,964	0,925	0,925	1,000	1,000	0,922	0,805	1,000	<b>0,943</b>	médio alto
18	Garopaba	0,919	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,993	0,984	<b>0,987</b>	alto
288	Garuva	0,910	0,780	0,780	0,201	0,891	1,000	0,705	0,982	<b>0,781</b>	médio baixo
180	Gaspar	0,924	1,000	1,000	0,846	0,870	0,999	0,776	0,999	<b>0,927</b>	médio alto
209	Governador Celso Ramos	0,946	0,881	0,743	0,982	1,000	1,000	0,730	0,972	<b>0,907</b>	médio alto
201	Grão Pará	0,972	0,856	0,856	0,974	0,914	1,000	0,755	0,985	<b>0,914</b>	médio alto
268	Gravatal	0,943	1,000	1,000	0,465	0,924	0,966	0,574	0,984	<b>0,857</b>	médio
127	Guabiruba	0,899	1,000	1,000	1,000	0,929	0,909	0,844	1,000	<b>0,948</b>	médio alto

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
75	Guaraciaba	0,942	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,776	1,000	<b>0,965</b>	alto
85	Guaramirim	0,928	1,000	1,000	1,000	0,928	1,000	0,843	0,990	<b>0,961</b>	alto
60	Guarujá do Sul	0,882	0,942	0,942	1,000	1,000	1,000	1,000	0,989	<b>0,969</b>	alto
269	Guatambú	0,985	0,777	0,777	1,000	0,814	0,820	0,660	0,981	<b>0,852</b>	médio
228	Herval d'Oeste	0,886	0,847	0,847	1,000	0,834	0,967	0,779	1,000	<b>0,895</b>	médio
263	Ibiam	1,000	0,771	0,771	0,767	1,000	0,840	0,774	1,000	<b>0,865</b>	médio
162	Ibicaré	0,902	1,000	1,000	1,000	0,844	1,000	0,733	1,000	<b>0,935</b>	médio alto
35	Ibirama	0,927	1,000	1,000	1,000	1,000	0,918	1,000	0,992	<b>0,980</b>	alto
97	Içara	0,941	1,000	1,000	0,982	0,942	1,000	0,853	0,948	<b>0,958</b>	alto
92	Ilhota	0,929	1,000	0,978	0,946	0,857	1,000	0,965	1,000	<b>0,959</b>	alto
173	Imaruí	0,970	0,968	0,874	0,886	0,841	1,000	0,902	0,990	<b>0,929</b>	médio alto
103	Imbituba	0,934	1,000	0,958	1,000	0,838	1,000	0,924	0,988	<b>0,955</b>	alto
36	Imbuia	0,962	1,000	0,874	1,000	1,000	1,000	1,000	0,989	<b>0,978</b>	alto
170	Indaial	0,912	0,977	0,941	1,000	1,000	0,892	0,822	0,899	<b>0,930</b>	médio alto
5	Iomerê	0,962	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,977	<b>0,992</b>	alto
81	Ipira	0,980	1,000	1,000	0,979	1,000	0,984	0,773	0,989	<b>0,963</b>	alto
59	Iporã do Oeste	0,932	1,000	1,000	0,938	1,000	1,000	0,888	0,998	<b>0,970</b>	alto
195	Ipuação	0,888	1,000	0,998	1,000	0,805	0,935	0,720	0,998	<b>0,918</b>	médio alto
217	Ipumirim	0,946	0,905	0,905	1,000	1,000	0,750	0,750	0,954	<b>0,901</b>	médio alto
275	Iraceminha	0,966	0,661	0,165	0,971	1,000	0,878	1,000	1,000	<b>0,830</b>	médio
234	Irani	0,895	0,955	0,955	1,000	0,842	0,763	0,714	1,000	<b>0,890</b>	médio
69	Irati	1,000	1,000	1,000	1,000	0,943	0,784	1,000	1,000	<b>0,966</b>	alto
289	Irineópolis	0,870	0,664	0,418	1,000	0,850	1,000	0,675	0,724	<b>0,775</b>	médio baixo
272	Itá	0,964	0,711	0,711	1,000	0,810	0,845	0,664	1,000	<b>0,838</b>	médio
111	Itaiópolis	0,916	0,886	0,886	0,985	1,000	1,000	1,000	0,943	<b>0,952</b>	alto
53	Itajaí	0,918	0,976	0,952	1,000	0,997	0,957	1,000	0,975	<b>0,972</b>	alto
24	Itapema	0,924	0,994	0,970	1,000	1,000	1,000	1,000	0,983	<b>0,984</b>	alto
72	Itapiranga	0,969	0,997	0,997	1,000	1,000	0,910	0,852	0,997	<b>0,965</b>	alto
277	Itapoá	0,952	0,848	0,848	0,158	1,000	1,000	0,848	0,959	<b>0,827</b>	médio
54	Ituporanga	0,940	1,000	1,000	1,000	1,000	0,977	0,887	0,964	<b>0,971</b>	alto
149	Jaborá	0,870	1,000	1,000	1,000	0,695	1,000	1,000	0,961	<b>0,941</b>	médio alto
50	Jacinto Machado	0,950	0,990	0,990	1,000	1,000	1,000	0,860	0,997	<b>0,973</b>	alto
235	Jaguaruna	0,959	0,971	0,909	0,417	1,000	1,000	0,964	0,901	<b>0,890</b>	médio
25	Jaraguá do Sul	0,921	1,000	1,000	1,000	1,000	0,990	0,973	0,983	<b>0,983</b>	alto
203	Jardinópolis	1,000	1,000	1,000	0,913	0,703	0,931	0,784	0,963	<b>0,912</b>	médio alto
67	Joaçaba	0,916	0,992	0,992	1,000	1,000	0,868	1,000	0,964	<b>0,966</b>	alto
68	Joinville	0,916	1,000	1,000	1,000	1,000	0,964	0,886	0,961	<b>0,966</b>	alto
259	José Boiteux	0,906	0,775	0,521	1,000	0,811	0,931	1,000	1,000	<b>0,868</b>	médio
249	Jupia	0,862	0,757	0,757	0,966	1,000	1,000	0,775	0,900	<b>0,877</b>	médio
46	Lacerdópolis	0,966	1,000	1,000	1,000	0,833	1,000	1,000	1,000	<b>0,975</b>	alto
131	Lages	0,906	0,919	0,870	1,000	1,000	0,956	0,958	0,967	<b>0,947</b>	médio alto

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
64	Laguna	0,914	1,000	1,000	0,874	1,000	0,997	0,966	0,988	<b>0,967</b>	alto
20	Lajeado Grande	0,950	1,000	1,000	1,000	1,000	0,941	1,000	1,000	<b>0,986</b>	alto
280	Laurentino	0,901	0,664	0,664	0,787	0,975	1,000	0,524	0,997	<b>0,814</b>	médio
16	Lauro Muller	0,941	1,000	1,000	0,968	1,000	1,000	1,000	0,996	<b>0,988</b>	alto
194	Lebon Régis	0,896	1,000	1,000	1,000	0,752	1,000	0,709	0,998	<b>0,919</b>	médio alto
70	Leoberto Leal	0,839	0,973	0,973	1,000	1,000	1,000	1,000	0,941	<b>0,966</b>	alto
214	Lindóia do Sul	0,915	0,728	0,728	1,000	1,000	0,877	0,981	1,000	<b>0,904</b>	médio alto
221	Lontras	0,970	1,000	1,000	0,380	0,897	1,000	0,973	0,965	<b>0,898</b>	médio
84	Luiz Alves	0,954	0,905	0,905	0,971	1,000	1,000	0,959	0,997	<b>0,961</b>	alto
174	Luzerna	0,891	1,000	0,920	1,000	1,000	0,810	0,803	1,000	<b>0,928</b>	médio alto
1	Macieira	0,957	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,995</b>	alto
83	Mafra	0,918	0,987	0,961	1,000	1,000	1,000	0,863	0,968	<b>0,962</b>	alto
34	Major Gercino	0,849	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,990	<b>0,980</b>	alto
160	Major Vieira	0,925	1,000	1,000	1,000	0,865	1,000	0,714	0,987	<b>0,936</b>	médio alto
17	Maracajá	0,895	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,987</b>	alto
80	Maravilha	0,924	0,961	0,961	0,966	0,902	1,000	1,000	0,994	<b>0,963</b>	alto
193	Marema	1,000	1,000	1,000	1,000	0,896	0,731	0,750	0,985	<b>0,920</b>	médio alto
120	Massaranduba	0,888	1,000	1,000	1,000	0,910	1,000	0,842	0,948	<b>0,948</b>	médio alto
283	Matos Costa	0,920	0,495	0,495	1,000	0,760	1,000	0,818	0,933	<b>0,803</b>	médio
106	Meleiro	0,973	0,849	0,849	0,965	1,000	1,000	1,000	0,995	<b>0,954</b>	alto
161	Mirim Doce	1,000	1,000	1,000	0,778	1,000	0,872	0,840	1,000	<b>0,936</b>	médio alto
199	Modelo	0,909	0,970	0,970	0,982	0,882	1,000	0,624	0,997	<b>0,917</b>	médio alto
9	Mondaí	0,941	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,986	<b>0,991</b>	alto
182	Monte Carlo	0,905	0,769	0,769	0,967	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,926</b>	médio alto
10	Monte Castelo	0,930	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,993	<b>0,990</b>	alto
21	Morro da Fumaça	0,937	0,988	0,988	1,000	1,000	1,000	1,000	0,975	<b>0,986</b>	alto
258	Morro Grande	0,944	1,000	1,000	1,000	0,600	0,683	0,732	0,992	<b>0,869</b>	médio
31	Navegantes	0,930	1,000	0,996	1,000	0,933	1,000	1,000	0,996	<b>0,982</b>	alto
110	Nova Erechim	0,950	0,946	0,946	1,000	1,000	1,000	0,782	0,993	<b>0,952</b>	alto
145	Nova Itaberaba	0,912	1,000	1,000	1,000	0,964	0,897	0,786	0,981	<b>0,942</b>	médio alto
158	Nova Trento	0,925	1,000	1,000	1,000	0,915	0,991	0,676	0,987	<b>0,937</b>	médio alto
2	Nova Veneza	0,989	1,000	1,000	0,983	1,000	0,976	1,000	0,994	<b>0,993</b>	alto
73	Novo Horizonte	0,922	1,000	1,000	1,000	1,000	0,868	0,930	1,000	<b>0,965</b>	alto
76	Orleans	0,936	1,000	1,000	1,000	0,954	0,892	0,969	0,966	<b>0,965</b>	alto
226	Otacílio Costa	0,919	0,862	0,813	0,902	0,909	1,000	0,774	0,993	<b>0,897</b>	médio
79	Ouro	0,938	1,000	1,000	0,952	1,000	0,964	0,855	1,000	<b>0,964</b>	alto
257	Ouro Verde	0,938	0,728	0,728	0,593	1,000	0,968	1,000	1,000	<b>0,869</b>	médio
239	Paial	0,957	1,000	1,000	0,810	0,810	0,828	0,691	1,000	<b>0,887</b>	médio
291	Painel	0,909	0,806	0,455	0,030	1,000	1,000	0,828	0,965	<b>0,749</b>	médio baixo
198	Palhoça	0,934	1,000	1,000	0,981	0,775	1,000	0,716	0,930	<b>0,917</b>	médio alto
117	Palma Sola	0,924	1,000	1,000	1,000	1,000	0,901	0,794	0,989	<b>0,951</b>	alto

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
292	Palmeira	1,000	0,000	0,000	1,000	0,971	1,000	0,886	0,929	<b>0,723</b>	médio baixo
41	Palmitos	0,923	1,000	0,993	0,972	1,000	0,946	0,991	0,994	<b>0,977</b>	alto
38	Papanduva	0,912	1,000	1,000	1,000	0,980	0,970	0,971	0,990	<b>0,978</b>	alto
242	Paraíso	0,904	0,720	0,720	1,000	1,000	0,855	0,877	1,000	<b>0,884</b>	médio
140	Passo de Torres	1,000	1,000	1,000	1,000	0,730	1,000	0,859	0,969	<b>0,945</b>	médio alto
284	Passos Maia	0,864	0,523	0,364	1,000	0,934	1,000	0,710	0,985	<b>0,797</b>	médio baixo
181	Paulo Lopes	0,929	0,748	0,748	1,000	1,000	1,000	1,000	0,986	<b>0,926</b>	médio alto
186	Pedras Grandes	0,895	1,000	1,000	0,553	1,000	1,000	0,949	1,000	<b>0,925</b>	médio alto
71	Penha	0,945	1,000	1,000	1,000	0,867	1,000	0,911	1,000	<b>0,965</b>	alto
260	Peritiba	0,955	0,631	0,631	0,955	1,000	0,963	0,800	1,000	<b>0,867</b>	médio
122	Petrolândia	0,952	1,000	1,000	1,000	0,732	1,000	0,901	1,000	<b>0,948</b>	médio alto
23	Pinhalzinho	0,931	1,000	1,000	1,000	1,000	0,961	1,000	0,983	<b>0,984</b>	alto
32	Pinheiro Preto	0,857	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,988	<b>0,981</b>	alto
232	Piratuba	0,863	1,000	1,000	1,000	0,701	0,926	0,643	1,000	<b>0,892</b>	médio
236	Planalto Alegre	1,000	0,795	0,795	0,844	1,000	0,871	0,816	1,000	<b>0,890</b>	médio
22	Pomerode	0,916	1,000	1,000	1,000	1,000	0,981	1,000	0,988	<b>0,986</b>	alto
293	Ponte Alta	0,900	0,179	0,179	1,000	1,000	0,688	0,762	0,993	<b>0,713</b>	médio baixo
157	Ponte Alta do Norte	0,907	0,800	0,800	1,000	1,000	1,000	1,000	0,991	<b>0,937</b>	médio alto
164	Ponte Serrada	0,908	0,973	0,973	1,000	0,940	0,934	0,759	0,983	<b>0,933</b>	médio alto
197	Porto Belo	0,936	0,945	0,945	1,000	0,729	1,000	0,823	0,963	<b>0,918</b>	médio alto
179	Porto União	0,904	0,994	0,970	0,865	1,000	0,865	0,885	0,931	<b>0,927</b>	médio alto
96	Pouso Redondo	0,914	0,995	0,995	0,916	1,000	0,886	1,000	0,961	<b>0,958</b>	alto
94	Praia Grande	0,948	0,874	0,874	1,000	1,000	1,000	0,973	1,000	<b>0,959</b>	alto
102	Presidente Castello Branco	1,000	1,000	1,000	1,000	0,936	1,000	0,742	0,965	<b>0,955</b>	alto
150	Presidente Getúlio	0,916	0,905	0,842	0,978	1,000	0,960	0,954	0,971	<b>0,941</b>	médio alto
205	Presidente Nereu	0,933	1,000	1,000	0,613	1,000	1,000	0,731	1,000	<b>0,910</b>	médio alto
200	Princesa	0,766	0,881	0,881	1,000	1,000	1,000	0,795	1,000	<b>0,915</b>	médio alto
133	Quilombo	0,913	1,000	1,000	1,000	0,952	0,881	0,844	0,979	<b>0,946</b>	médio alto
264	Rancho Queimado	0,946	0,806	0,806	1,000	0,750	1,000	0,614	0,994	<b>0,864</b>	médio
245	Rio das Antas	0,921	0,694	0,539	0,947	0,966	1,000	1,000	0,964	<b>0,879</b>	médio
93	Rio do Campo	0,946	1,000	1,000	0,873	1,000	0,861	1,000	0,990	<b>0,959</b>	alto
253	Rio do Oeste	0,914	1,000	0,881	0,381	1,000	1,000	0,807	1,000	<b>0,873</b>	médio
152	Rio do Sul	0,850	0,984	0,906	1,000	0,950	0,984	0,845	0,998	<b>0,940</b>	médio alto
192	Rio dos Cedros	0,909	0,748	0,748	1,000	1,000	1,000	1,000	0,965	<b>0,921</b>	médio alto
33	Rio Fortuna	0,984	1,000	1,000	1,000	1,000	0,904	0,966	0,991	<b>0,980</b>	alto
134	Rio Negrinho	0,922	0,983	0,940	0,938	0,997	1,000	0,792	0,995	<b>0,946</b>	médio alto
113	Rio Rufino	0,897	1,000	1,000	1,000	0,846	1,000	0,868	1,000	<b>0,951</b>	alto
37	Riqueza	0,909	1,000	1,000	1,000	0,989	1,000	0,929	0,998	<b>0,978</b>	alto
231	Rodeio	0,917	1,000	1,000	0,960	0,551	1,000	0,744	0,972	<b>0,893</b>	médio
204	Romelândia	0,907	1,000	0,848	1,000	0,819	1,000	0,732	0,982	<b>0,911</b>	médio alto
248	Salete	0,878	0,684	0,684	1,000	0,993	0,975	0,810	1,000	<b>0,878</b>	médio

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
233	Saltinho	0,968	0,717	0,717	0,848	1,000	0,886	1,000	0,994	<b>0,891</b>	médio
183	Salto Veloso	0,922	1,000	1,000	1,000	0,849	0,836	0,797	1,000	<b>0,926</b>	médio alto
225	Sangão	0,917	0,962	0,962	0,773	0,983	1,000	0,679	0,901	<b>0,897</b>	médio
190	Santa Cecília	0,907	0,951	0,951	0,891	0,967	0,807	0,915	0,995	<b>0,923</b>	médio alto
142	Santa Helena	0,972	1,000	1,000	1,000	0,907	1,000	0,674	0,995	<b>0,944</b>	médio alto
274	Santa Rosa de Lima	1,000	1,000	1,000	1,000	0,438	0,769	0,449	1,000	<b>0,832</b>	médio
15	Santa Rosa do Sul	0,929	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,979	<b>0,989</b>	alto
109	Santa Terezinha	0,946	1,000	0,989	1,000	0,906	1,000	0,780	1,000	<b>0,953</b>	alto
246	Santa Terezinha do Progresso	0,913	0,905	0,905	0,978	0,870	0,726	0,750	0,982	<b>0,879</b>	médio
28	Santiago do Sul	0,857	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,982</b>	alto
45	Santo Amaro da Imperatriz	0,938	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,875	0,987	<b>0,975</b>	alto
104	São Bento do Sul	0,889	1,000	0,996	1,000	0,931	0,942	0,905	0,979	<b>0,955</b>	alto
237	São Bernardino	0,924	0,960	0,960	0,780	1,000	0,535	1,000	0,960	<b>0,890</b>	médio
220	São Bonifácio	0,939	1,000	1,000	0,949	0,698	1,000	0,605	1,000	<b>0,899</b>	médio
129	São Carlos	0,933	1,000	0,783	1,000	1,000	1,000	0,879	0,983	<b>0,947</b>	médio alto
130	São Cristóvão do Sul	0,967	1,000	1,000	0,867	0,922	1,000	0,832	0,989	<b>0,947</b>	médio alto
44	São Domingos	0,960	1,000	1,000	0,857	1,000	1,000	1,000	0,984	<b>0,975</b>	alto
101	São Francisco do Sul	0,906	1,000	1,000	0,821	1,000	1,000	0,973	0,949	<b>0,956</b>	alto
62	São João Batista	0,972	0,901	0,901	1,000	1,000	0,983	1,000	0,992	<b>0,969</b>	alto
26	São João do Itaperiú	0,908	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,963	0,994	<b>0,983</b>	alto
7	São João do Oeste	0,938	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,997	<b>0,992</b>	alto
88	São João do Sul	0,967	1,000	1,000	1,000	0,912	1,000	0,807	0,996	<b>0,960</b>	alto
143	São Joaquim	0,903	0,928	0,928	1,000	1,000	0,941	0,862	0,979	<b>0,943</b>	médio alto
49	São José	0,931	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,958	0,897	<b>0,973</b>	alto
138	São José do Cedro	0,931	1,000	1,000	1,000	1,000	0,804	0,827	0,999	<b>0,945</b>	médio alto
271	São José do Cerrito	0,903	1,000	1,000	0,386	0,721	1,000	0,740	0,980	<b>0,841</b>	médio
91	São Lourenço d'Oeste	0,921	1,000	1,000	0,855	1,000	0,933	0,979	0,989	<b>0,960</b>	alto
13	São Ludgero	0,953	1,000	1,000	1,000	0,968	1,000	1,000	0,990	<b>0,989</b>	alto
254	São Martinho	0,917	1,000	1,000	0,750	1,000	0,743	0,580	0,992	<b>0,873</b>	médio
184	São Miguel da Boa Vista	0,971	1,000	1,000	1,000	0,794	1,000	0,636	1,000	<b>0,925</b>	médio alto
40	São Miguel d'Oeste	0,908	1,000	0,962	1,000	1,000	1,000	0,964	0,988	<b>0,978</b>	alto
224	São Pedro de Alcântara	0,936	1,000	0,711	0,720	0,868	1,000	0,943	1,000	<b>0,897</b>	médio
163	Saudades	0,968	0,938	0,938	1,000	0,808	0,991	0,831	0,995	<b>0,934</b>	médio alto
168	Schroeder	0,911	1,000	0,996	1,000	0,827	0,982	0,766	0,968	<b>0,931</b>	médio alto
135	Seara	0,954	0,944	0,891	0,982	1,000	0,917	0,886	0,992	<b>0,946</b>	médio alto
29	Serra Alta	0,897	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,958	1,000	<b>0,982</b>	alto
105	Siderópolis	0,950	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,686	1,000	<b>0,954</b>	alto
136	Sombrio	0,948	1,000	0,913	1,000	0,886	0,941	0,876	1,000	<b>0,945</b>	médio alto
115	Sul Brasil	0,978	0,960	0,960	0,868	1,000	1,000	1,000	0,843	<b>0,951</b>	alto
3	Taió	0,951	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,990	<b>0,993</b>	alto
124	Tangará	0,882	0,946	0,946	0,909	0,905	1,000	1,000	0,994	<b>0,948</b>	médio alto

Lugar SC	Municípios	Nascidos vivos abaixo do peso	Mortalidade infantil menor de 1 ano	Mortalidade infantil menor de 5 anos	Vacina BCG tuberculose	Vacina DTP-coqueluche	Vacina poliomielite	Vacina Sarampo	Gestantes assistidas	ÍNDICE SAÚDE	NÍVEL
98	Tigrinhos	1,000	1,000	1,000	0,696	1,000	0,968	1,000	1,000	<b>0,958</b>	alto
11	Tijucas	0,938	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,982	<b>0,990</b>	alto
185	Timbé do Sul	0,965	0,806	0,806	1,000	0,953	1,000	0,871	1,000	<b>0,925</b>	médio alto
57	Timbó	0,927	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,845	0,991	<b>0,970</b>	alto
208	Timbó Grande	0,904	0,867	0,771	1,000	1,000	0,993	0,727	0,998	<b>0,908</b>	médio alto
27	Três Barras	0,912	1,000	1,000	1,000	0,963	1,000	1,000	0,984	<b>0,982</b>	alto
210	Treviso	0,971	1,000	1,000	0,542	1,000	1,000	0,733	1,000	<b>0,906</b>	médio alto
270	Treze de Maio	0,934	0,835	0,835	0,528	0,838	1,000	0,830	0,995	<b>0,849</b>	médio
189	Treze Tilias	0,933	1,000	1,000	0,698	0,857	1,000	0,906	0,997	<b>0,924</b>	médio alto
285	Trombudo Central	0,870	0,674	0,674	0,569	0,943	0,741	0,944	0,955	<b>0,796</b>	médio baixo
137	Tubarão	0,923	0,948	0,909	1,000	0,993	0,938	0,857	0,992	<b>0,945</b>	médio alto
247	Tunápolis	0,970	0,789	0,789	0,921	0,885	0,920	0,753	0,997	<b>0,878</b>	médio
188	Turvo	0,964	0,736	0,736	0,994	1,000	1,000	1,000	0,963	<b>0,924</b>	médio alto
153	União do Oeste	0,951	0,860	0,860	1,000	1,000	1,000	0,841	1,000	<b>0,939</b>	médio alto
222	Urubici	0,916	0,950	0,950	0,982	0,817	0,961	0,609	0,998	<b>0,898</b>	médio
216	Urupema	0,927	1,000	1,000	0,286	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,902</b>	médio alto
12	Urussanga	0,938	1,000	1,000	1,000	1,000	0,979	1,000	0,994	<b>0,989</b>	alto
266	Vargeão	0,966	0,476	0,476	1,000	1,000	1,000	1,000	0,978	<b>0,862</b>	médio
251	Vargem	0,851	0,703	0,476	0,962	1,000	1,000	1,000	1,000	<b>0,874</b>	médio
267	Vargem Bonita	0,896	0,728	0,585	1,000	0,927	0,970	0,805	0,978	<b>0,861</b>	médio
229	Vidal Ramos	0,988	0,720	0,720	1,000	0,820	1,000	0,906	1,000	<b>0,894</b>	médio
52	Videira	0,918	1,000	0,971	0,980	1,000	0,993	0,922	0,993	<b>0,972</b>	alto
86	Vitor Meireles	0,949	1,000	1,000	1,000	0,824	1,000	0,916	0,996	<b>0,961</b>	alto
148	Witmarsum	0,938	1,000	1,000	1,000	0,807	0,960	0,825	1,000	<b>0,941</b>	médio alto
171	Xanxerê	0,919	0,997	0,980	1,000	0,850	0,878	0,832	0,983	<b>0,930</b>	médio alto
238	Xavantina	0,957	1,000	0,267	1,000	1,000	0,881	1,000	0,993	<b>0,887</b>	médio
61	Xaxim	0,932	0,961	0,961	0,933	0,972	1,000	1,000	0,995	<b>0,969</b>	alto
126	Zortéa	0,912	0,844	0,844	1,000	0,982	1,000	1,000	1,000	<b>0,948</b>	médio alto
-	SANTA CATARINA	0,920	0,930	0,970	1,000	0,990	1,000	0,900	0,970	<b>0,960</b>	alto

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde, 2005

Considera a Tabela 7, a colocação do município em Santa Catarina, o município, os nascidos vivos abaixo do peso, a mortalidade infantil menor de um ano, a mortalidade infantil menor de cinco anos, o índice de aplicação das vacinas BCG tuberculose, DTP coqueluche, poliomielite, sarampo e s gestantes assistidas.

O Índice Saúde refere-se ao índice geral de saúde do município. O Nível relaciona-se a classificação do município, que pode receber conceitos entre: alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo.

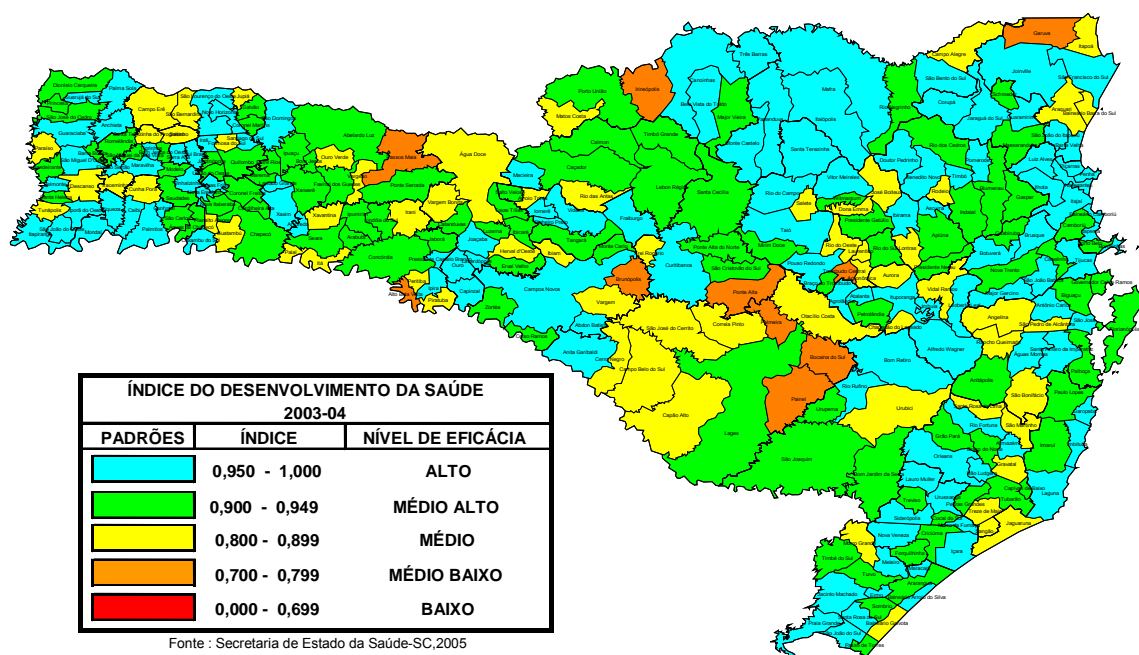


Figura 4 – Mapa do índice do desenvolvimento da Saúde – 2003/2004

Com a aplicação do nível de cada município no mapa de Santa Catarina - Figura 4, tem-se o mapa do Índice do Desenvolvimento da Saúde – 2003/2004, com os respectivos níveis de eficácia.

### 3.3.2 Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação

Podem-se identificar as regiões mais e menos desenvolvidas na Figura 5, mostrada a seguir, em forma de mapa, ilustrando o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de Santa Catarina no ano de 1998.



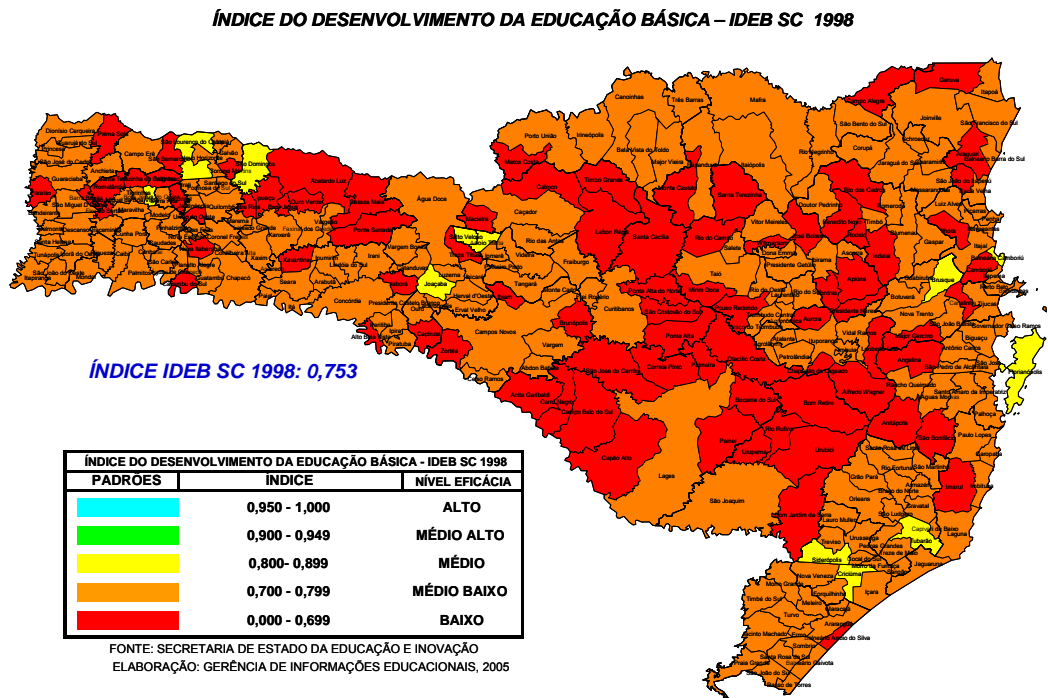


Figura 5 – Mapa do índice do desenvolvimento da Educação Básica – 1998

Na Figura 6, o mapa ilustra o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica do Estado de Santa Catarina no ano de 2004.

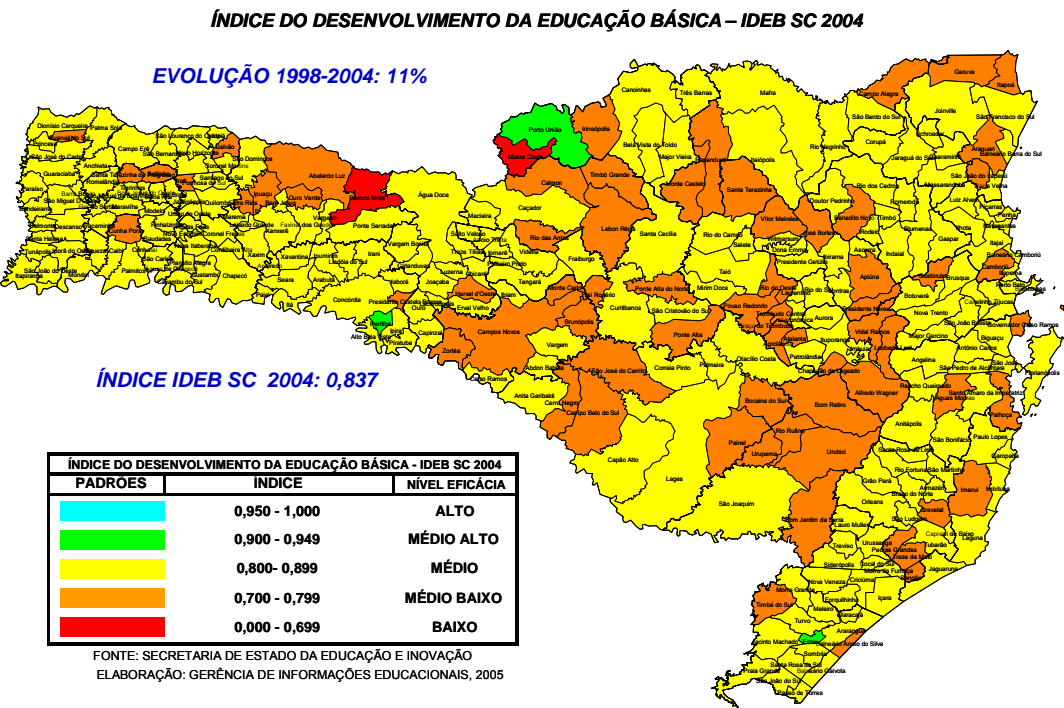


Figura 6 – Mapa do índice do desenvolvimento da Educação Básica – 2004



A visualização é feita pelas cores dos padrões de classificação em conformidade com o índice (entre zero e um) e o nível de eficácia: alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo.

A Tabela 8 apresenta a síntese do Histórico dos Indicadores de Desenvolvimento Social da Educação de Santa Catarina, entre 1998 e 2004.

TABELA 8 – Histórico dos Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação

**SÍNTESE HISTÓRICA DO ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB SC - 1998-2004**

**Educação básica - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio**  
**Evolução dos indicadores da educação básica, segundo o estado de Santa Catarina - 1998-2002-03-04**

Indicadores da educação básica	1998		2002		Variação do índice - 2002/1998	2003		Variação do índice - 2003/2002	2004		Variação do índice - 2004/2003	Variação do índice - 2004/1998
	Taxa (%)	Índice (1,00-0,00)	Taxa (%)	Índice (1,00-0,00)	%	Taxa (%)	Índice (1,00-0,00)	%	Taxa (%)	Índice (1,00-0,00)	%	%
Atendimento - infantil - 0 a 6 anos	24,28	0,24	32,45	0,32	33,67	32,72	0,33	0,83	33,43	0,33	2,17	37,70
Docente curso médio/superior - infantil - 0 a 4 anos	78,64	0,79	88,50	0,88	12,54	91,52	0,92	3,42	95,52	0,95	4,01	21,04
Docente curso médio/superior - infantil - 5 a 6 anos	94,68	0,95	96,92	0,97	2,37	97,43	0,97	0,53	98,48	0,98	1,08	4,02
Atendimento - fundamental - 7a 14 anos	99,84	1,00	99,72	1,00	-0,12	97,99	0,98	-1,73	96,78	0,97	-1,01	-2,84
Repetência - fundamental	12,32	0,88	8,22	0,92	4,68	9,27	0,91	-1,15	7,58	0,92	1,87	5,41
Afastados por abandono - fundamental	4,53	0,95	1,84	0,98	2,82	1,18	0,99	0,67	1,23	0,99	-0,05	3,45
Reprovação - fundamental	12,06	0,88	9,31	0,91	3,13	9,60	0,90	-0,32	9,30	0,91	0,33	3,14
Distorção idade/série - fundamental	26,94	0,73	18,14	0,82	12,05	16,73	0,83	1,72	10,65	0,89	7,30	22,30
Docente curso superior - fundamental - 1a. a 4a. série	31,11	0,31	47,83	0,48	53,73	54,84	0,55	14,65	62,78	0,63	14,48	101,79
Docente curso superior - fundamental - 5a. a 8a. série	72,92	0,73	77,76	0,78	6,63	78,40	0,78	0,82	83,26	0,83	6,20	14,18
Atendimento - médio - 15 a 17 anos	42,15	0,42	54,59	0,55	29,51	57,22	0,57	4,82	59,71	0,60	4,35	41,65
Afastados por abandono - médio	11,22	0,89	8,94	0,91	2,57	10,27	0,90	-1,46	7,45	0,93	3,14	4,25
Reprovação - médio	8,22	0,92	10,45	0,90	-2,43	10,02	0,90	0,48	8,57	0,92	2,65	0,64
Docente curso superior - médio	79,87	0,80	81,94	0,82	2,58	81,23	0,81	-1,14	86,02	0,86	6,20	7,70
IDEB SC	-	0,753	-	0,802	6,48	-	0,811	1,07	-	0,837	3,24	11,11

Fonte : Censo Escolar

Elaboração: Gerência de Informações Educacionais-Secretaria de Estado da Educação e Inovação/SC, 2005

Na Tabela 9 os Indicadores de Desenvolvimento Social da Educação de Santa Catarina, estão detalhados por município, discriminando a evolução do índice do desenvolvimento da educação básica - IDEB, segundo o Estado, entre 1998 e 2004.

TABELA 9 – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação

Evolução do índice do desenvolvimento da educação básica - IDEB, segundo o Estado, Região e Municípios - 1998-2004							
LUGAR SC 2004	Estado, Região e Municípios	SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 1998-2004 - %
-	MELHOR VALOR	-	1,000	-	1,000	-	-
-	SANTA CATARINA	-	0,753	Médio baixo	0,837	Médio	11,11
1	Porto União	26 - Canoinhas	0,775	Médio baixo	0,914	Médio alto	17,89
2	Peritiba	06 - Concórdia	0,721	Médio baixo	0,910	Médio alto	26,13
3	Ermo	22 - Araranguá	0,769	Médio baixo	0,905	Médio alto	17,63
4	São Ludgero	20 - Tubarão	0,782	Médio baixo	0,898	Médio	14,82
5	Itapiranga	01 - São M. D'Oeste	0,750	Médio baixo	0,897	Médio	19,62
6	Antônio Carlos	18 - Grande Fpolis	0,784	Médio baixo	0,896	Médio	14,38
7	Joaçaba	07 - Joaçaba	0,836	Médio	0,893	Médio	6,83
8	Anchieta	30 - Dionísio Cerqueira	0,748	Médio baixo	0,890	Médio	18,97
9	Princesa	30 - Dionísio Cerqueira	0,708	Médio baixo	0,889	Médio	25,55
10	Macieira	10 - Caçador	0,692	Baixo	0,888	Médio	28,41
11	São Miguel d'Oeste	01 - São M. D'Oeste	0,798	Médio baixo	0,887	Médio	11,09
12	Planalto Alegre	04 - Chapecó	0,777	Médio baixo	0,886	Médio	13,92
13	Rio do Sul	12 - Rio do Sul	0,794	Médio baixo	0,884	Médio	11,32
14	Concórdia	06 - Concórdia	0,761	Médio baixo	0,881	Médio	15,75
15	Sombrio	22 - Araranguá	0,747	Médio baixo	0,881	Médio	17,96
16	São Lourenço d'Oeste	03 - São Lço. D'Oeste	0,807	Médio	0,880	Médio	9,06
17	Rancho Queimado	18 - Grande Fpolis	0,742	Médio baixo	0,880	Médio	18,64
18	Saudades	02 - Maravilha	0,794	Médio baixo	0,880	Médio	10,82
19	Pinhalzinho	02 - Maravilha	0,747	Médio baixo	0,880	Médio	17,70
20	Luzerna	07 - Joaçaba	0,787	Médio baixo	0,879	Médio	11,69
21	Bombinhas	17 - Itajaí	0,764	Médio baixo	0,877	Médio	14,79
22	São Domingos	05 - Xanxerê	0,809	Médio	0,876	Médio	8,26
23	São João do Oeste	01 - São M. D'Oeste	0,753	Médio baixo	0,875	Médio	16,28
24	Ibiam	08 - Campos Novos	0,697	Baixo	0,875	Médio	25,57
25	Nova Erechim	04 - Chapecó	0,765	Médio baixo	0,874	Médio	14,33
26	Alto Bela Vista	06 - Concórdia	0,684	Baixo	0,874	Médio	27,73
27	Araranguá	22 - Araranguá	0,796	Médio baixo	0,873	Médio	9,66
28	Anitápolis	18 - Grande Fpolis	0,694	Baixo	0,872	Médio	25,68
29	Coronel Martins	03 - São Lço. D'Oeste	0,680	Baixo	0,872	Médio	28,32
30	Cordilheira Alta	04 - Chapecó	0,733	Médio baixo	0,871	Médio	18,82
31	Xanxerê	05 - Xanxerê	0,782	Médio baixo	0,870	Médio	11,30
32	Itajaí	17 - Itajaí	0,795	Médio baixo	0,869	Médio	9,31
33	Balneário Camboriú	17 - Itajaí	0,804	Médio	0,869	Médio	8,20
34	Descanso	01 - São M. D'Oeste	0,775	Médio baixo	0,869	Médio	12,10
35	Barra Bonita	01 - São M. D'Oeste	0,683	Baixo	0,869	Médio	27,19
36	Arroio Trinta	09 - Videira	0,829	Médio	0,869	Médio	4,80
37	Criciúma	21 - Criciúma	0,814	Médio	0,868	Médio	6,65
38	Laurentino	12 - Rio do Sul	0,735	Médio baixo	0,868	Médio	18,12
39	Tijucas	16 - Brusque	0,789	Médio baixo	0,868	Médio	9,93

40	Timbó	15 - Blumenau	0,733	Médio baixo	0,867	Médio	18,24
41	Blumenau	15 - Blumenau	0,761	Médio baixo	0,867	Médio	13,91
42	Urussanga	21 - Criciúma	0,790	Médio baixo	0,866	Médio	9,60
43	Águas Frias	04 - Chapecó	0,751	Médio baixo	0,864	Médio	14,99
44	São Martinho	20 - Tubarão	0,791	Médio baixo	0,863	Médio	9,08
45	São José do Cedro	30 - Dionísio Cerqueira	0,763	Médio baixo	0,862	Médio	13,01
46	Armazém	20 - Tubarão	0,770	Médio baixo	0,862	Médio	11,90
47	Modelo	02 - Maravilha	0,794	Médio baixo	0,862	Médio	8,52
48	Nova Trento	16 - Brusque	0,774	Médio baixo	0,861	Médio	11,29
49	Itá	06 - Concórdia	0,781	Médio baixo	0,861	Médio	10,19
50	Santo Amaro da Imperatriz	18 - Grande Fpolis	0,716	Médio baixo	0,861	Médio	20,14
51	Maravilha	02 - Maravilha	0,753	Médio baixo	0,859	Médio	14,04
52	Turvo	22 - Araranguá	0,782	Médio baixo	0,859	Médio	9,72
53	Jaraguá do Sul	24 - Jaraguá do Sul	0,757	Médio baixo	0,858	Médio	13,31
54	Chapecó	04 - Chapecó	0,770	Médio baixo	0,858	Médio	11,36
55	Ipumirim	06 - Concórdia	0,742	Médio baixo	0,857	Médio	15,57
56	São João do Sul	22 - Araranguá	0,751	Médio baixo	0,857	Médio	14,12
57	Brusque	16 - Brusque	0,809	Médio	0,856	Médio	5,87
58	Campo Erê	03 - São Lço. D'Oeste	0,722	Médio baixo	0,856	Médio	18,63
59	Mirim Doce	12 - Rio do Sul	0,659	Baixo	0,856	Médio	29,92
60	Pinheiro Preto	09 - Videira	0,786	Médio baixo	0,856	Médio	8,85
61	Paraíso	01 - São M. D'Oeste	0,689	Baixo	0,856	Médio	24,09
62	Cocal do Sul	21 - Criciúma	0,770	Médio baixo	0,854	Médio	10,96
63	Angelina	18 - Grande Fpolis	0,697	Baixo	0,854	Médio	22,48
64	Canoinhas	26 - Canoinhas	0,790	Médio baixo	0,854	Médio	8,07
65	Tubarão	20 - Tubarão	0,802	Médio	0,854	Médio	6,47
66	Florianópolis	18 - Grande Fpolis	0,808	Médio	0,854	Médio	5,62
67	Maracajá	22 - Araranguá	0,714	Médio baixo	0,853	Médio	19,50
68	Iomerê	09 - Videira	0,737	Médio baixo	0,852	Médio	15,58
69	Laguna	19 - Laguna	0,754	Médio baixo	0,852	Médio	12,92
70	Grão Pará	20 - Tubarão	0,774	Médio baixo	0,852	Médio	10,02
71	Mafra	25 - Mafra	0,784	Médio baixo	0,851	Médio	8,59
72	Rio Fortuna	20 - Tubarão	0,792	Médio baixo	0,851	Médio	7,44
73	Vargem	08 - Campos Novos	0,701	Médio baixo	0,851	Médio	21,42
74	Nova Veneza	21 - Criciúma	0,783	Médio baixo	0,850	Médio	8,61
75	Serra Alta	04 - Chapecó	0,767	Médio baixo	0,850	Médio	10,76
76	Santa Rosa de Lima	20 - Tubarão	0,753	Médio baixo	0,850	Médio	12,90
77	Lages	27 - Lages	0,769	Médio baixo	0,850	Médio	10,52
78	Novo Horizonte	03 - São Lço. D'Oeste	0,716	Médio baixo	0,849	Médio	18,66
79	Videira	09 - Videira	0,769	Médio baixo	0,849	Médio	10,37
80	Pomerode	15 - Blumenau	0,761	Médio baixo	0,849	Médio	11,51
81	Meleiro	22 - Araranguá	0,763	Médio baixo	0,849	Médio	11,20
82	Guaraciaba	01 - São M. D'Oeste	0,780	Médio baixo	0,849	Médio	8,83
83	Bom Jesus do Oeste	02 - Maravilha	0,815	Médio	0,848	Médio	4,10
84	Marema	05 - Xanxerê	0,706	Médio baixo	0,848	Médio	20,15
85	Quilombo	03 - São Lço. D'Oeste	0,730	Médio baixo	0,848	Médio	16,16
86	Treze Tílias	07 - Joaçaba	0,687	Baixo	0,848	Médio	23,32
87	Porto Belo	17 - Itajaí	0,746	Médio baixo	0,848	Médio	13,68
88	Iraceminha	02 - Maravilha	0,713	Médio baixo	0,848	Médio	18,82
89	Palmitos	29 - Palmitos	0,716	Médio baixo	0,847	Médio	18,35
90	Palmeira	27 - Lages	0,690	Baixo	0,846	Médio	22,70
91	Morro Grande	22 - Araranguá	0,791	Médio baixo	0,846	Médio	6,94
92	Salete	12 - Rio do Sul	0,792	Médio baixo	0,845	Médio	6,68
93	Nova Itaberaba	04 - Chapecó	0,681	Baixo	0,845	Médio	24,08
94	Taió	12 - Rio do Sul	0,751	Médio baixo	0,845	Médio	12,57
95	Cunhataí	29 - Palmitos	0,727	Médio baixo	0,845	Médio	16,24
96	Mondaí	29 - Palmitos	0,726	Médio baixo	0,845	Médio	16,40
97	Presidente Getúlio	14 - Ibirama	0,729	Médio baixo	0,845	Médio	15,89
98	Luiz Alves	17 - Itajaí	0,751	Médio baixo	0,844	Médio	12,43
99	Caibi	29 - Palmitos	0,769	Médio baixo	0,844	Médio	9,74

100	Braço do Norte	20 - Tubarão	0,755	Médio baixo	0,844	Médio	11,82
101	Joinville	23 - Joinville	0,786	Médio baixo	0,844	Médio	7,34
102	União do Oeste	03 - São Lço. D'Oeste	0,693	Baixo	0,844	Médio	21,74
103	Rio dos Cedros	15 - Blumenau	0,665	Baixo	0,844	Médio	26,90
104	Imbuia	13 - Ituporanga	0,724	Médio baixo	0,844	Médio	16,48
105	Botuverá	16 - Brusque	0,719	Médio baixo	0,843	Médio	17,20
106	Formosa do Sul	03 - São Lço. D'Oeste	0,726	Médio baixo	0,843	Médio	16,16
107	Irani	06 - Concórdia	0,706	Médio baixo	0,843	Médio	19,39
108	Lindóia do Sul	06 - Concórdia	0,748	Médio baixo	0,842	Médio	12,58
109	São Bonifácio	18 - Grande Fpolis	0,683	Baixo	0,842	Médio	23,19
110	Gaspar	15 - Blumenau	0,742	Médio baixo	0,841	Médio	13,36
111	Xaxim	05 - Xanxerê	0,756	Médio baixo	0,841	Médio	11,34
112	Garopaba	19 - Laguna	0,731	Médio baixo	0,841	Médio	14,97
113	Penha	17 - Itajaí	0,723	Médio baixo	0,841	Médio	16,35
114	São Carlos	29 - Palmitos	0,786	Médio baixo	0,840	Médio	6,96
115	São João Batista	16 - Brusque	0,730	Médio baixo	0,840	Médio	15,00
116	Imbituba	19 - Laguna	0,728	Médio baixo	0,839	Médio	15,27
117	São Miguel da Boa Vista	02 - Maravilha	0,745	Médio baixo	0,839	Médio	12,62
118	São Pedro de Alcântara	18 - Grande Fpolis	0,739	Médio baixo	0,839	Médio	13,58
119	Arabitã	06 - Concórdia	0,748	Médio baixo	0,839	Médio	12,10
120	São Bento do Sul	25 - Mafra	0,729	Médio baixo	0,838	Médio	15,04
121	Santa Helena	01 - São M. D'Oeste	0,728	Médio baixo	0,838	Médio	15,17
122	Forquilha	21 - Criciúma	0,761	Médio baixo	0,838	Médio	10,14
123	Belmonte	01 - São M. D'Oeste	0,779	Médio baixo	0,837	Médio	7,43
124	Santa Rosa do Sul	22 - Araranguá	0,793	Médio baixo	0,837	Médio	5,57
125	Tunápolis	01 - São M. D'Oeste	0,753	Médio baixo	0,836	Médio	11,06
126	Lontras	14 - Ibirama	0,674	Baixo	0,836	Médio	24,16
127	Itapema	17 - Itajaí	0,747	Médio baixo	0,836	Médio	11,93
128	Coronel Freitas	04 - Chapecó	0,762	Médio baixo	0,836	Médio	9,72
129	Fraiburgo	09 - Videira	0,742	Médio baixo	0,836	Médio	12,63
130	Dona Emma	14 - Ibirama	0,750	Médio baixo	0,836	Médio	11,47
131	Seara	06 - Concórdia	0,766	Médio baixo	0,835	Médio	9,06
132	Aurora	13 - Ituporanga	0,695	Baixo	0,835	Médio	20,11
133	Xavantina	06 - Concórdia	0,696	Baixo	0,835	Médio	19,98
134	Lacerdópolis	07 - Joaçaba	0,757	Médio baixo	0,835	Médio	10,31
135	Piratuba	06 - Concórdia	0,749	Médio baixo	0,835	Médio	11,48
136	Witmarsum	14 - Ibirama	0,636	Baixo	0,834	Médio	31,16
137	Içara	21 - Criciúma	0,764	Médio baixo	0,833	Médio	9,07
138	Erval Velho	07 - Joaçaba	0,731	Médio baixo	0,833	Médio	13,91
139	São Cristóvão do Sul	11 - Curitiba	0,642	Baixo	0,832	Médio	29,66
140	Doutor Pedrinho	15 - Blumenau	0,770	Médio baixo	0,830	Médio	7,76
141	Massaranduba	24 - Jaraguá do Sul	0,707	Médio baixo	0,830	Médio	17,39
142	Praia Grande	22 - Araranguá	0,745	Médio baixo	0,829	Médio	11,20
143	Schroeder	24 - Jaraguá do Sul	0,706	Médio baixo	0,828	Médio	17,36
144	Otacílio Costa	27 - Lages	0,667	Baixo	0,828	Médio	24,09
145	Correia Pinto	27 - Lages	0,661	Baixo	0,827	Médio	25,01
146	Ascurra	14 - Ibirama	0,797	Médio baixo	0,827	Médio	3,64
147	São José	18 - Grande Fpolis	0,729	Médio baixo	0,826	Médio	13,31
148	Palma Sola	30 - Dionísio Cerqueira	0,694	Baixo	0,826	Médio	19,13
149	Ituporanga	13 - Ituporanga	0,721	Médio baixo	0,826	Médio	14,61
150	Santiago do Sul	03 - São Lço. D'Oeste	0,719	Médio baixo	0,825	Médio	14,75
151	Vargeão	05 - Xanxerê	0,782	Médio baixo	0,825	Médio	5,51
152	Barra Velha	23 - Joinville	0,739	Médio baixo	0,825	Médio	11,74
153	Abdon Batista	08 - Campos Novos	0,747	Médio baixo	0,825	Médio	10,52
154	Corupá	24 - Jaraguá do Sul	0,713	Médio baixo	0,825	Médio	15,65
155	Curitiba	11 - Curitiba	0,706	Médio baixo	0,824	Médio	16,82
156	Ibirama	14 - Ibirama	0,776	Médio baixo	0,824	Médio	6,11
157	Romelândia	02 - Maravilha	0,686	Baixo	0,823	Médio	19,96
158	Canelinha	16 - Brusque	0,675	Baixo	0,823	Médio	21,86
159	Agronômica	12 - Rio do Sul	0,700	Médio baixo	0,823	Médio	17,52

160	São Joaquim	28 - São Joaquim	0,738	Médio baixo	0,823	Médio	11,54
161	Siderópolis	21 - Criciúma	0,820	Médio	0,823	Médio	0,38
162	Itaiópolis	25 - Mafra	0,746	Médio baixo	0,823	Médio	10,35
163	Jacinto Machado	22 - Araranguá	0,719	Médio baixo	0,823	Médio	14,42
164	Tangará	09 - Videira	0,726	Médio baixo	0,822	Médio	13,19
165	Balneário Barra do Sul	23 - Joinville	0,715	Médio baixo	0,821	Médio	14,85
166	Tigrinhos	02 - Maravilha	0,752	Médio baixo	0,821	Médio	9,13
167	Orleans	21 - Criciúma	0,754	Médio baixo	0,820	Médio	8,71
168	Água Doce	07 - Joaçaba	0,762	Médio baixo	0,819	Médio	7,55
169	Águas de Chapecó	29 - Palmitos	0,716	Médio baixo	0,819	Médio	14,44
170	Caçador	10 - Caçador	0,740	Médio baixo	0,819	Médio	10,64
171	Treviso	21 - Criciúma	0,727	Médio baixo	0,819	Médio	12,59
172	Celso Ramos	08 - Campos Novos	0,702	Médio baixo	0,818	Médio	16,55
173	Vargem Bonita	07 - Joaçaba	0,703	Médio baixo	0,818	Médio	16,28
174	Bela Vista do Toldo	26 - Canoinhas	0,709	Médio baixo	0,817	Médio	15,35
175	Salto Veloso	09 - Videira	0,819	Médio	0,816	Médio	-0,32
176	Passo de Torres	22 - Araranguá	0,716	Médio baixo	0,816	Médio	14,03
177	Lajeado Grande	05 - Xanxerê	0,782	Médio baixo	0,816	Médio	4,34
178	Anita Garibaldi	27 - Lages	0,647	Baixo	0,816	Médio	25,98
179	Arvoredo	06 - Concórdia	0,720	Médio baixo	0,815	Médio	13,18
180	Petrolândia	13 - Ituporanga	0,701	Médio baixo	0,815	Médio	16,23
181	Navegantes	17 - Itajaí	0,749	Médio baixo	0,815	Médio	8,84
182	Rio Negrinho	25 - Mafra	0,733	Médio baixo	0,815	Médio	11,14
183	Balneário Gaivota	22 - Araranguá	0,734	Médio baixo	0,814	Médio	11,01
184	Ilhota	17 - Itajaí	0,680	Baixo	0,814	Médio	19,80
185	Paulo Lopes	19 - Laguna	0,725	Médio baixo	0,814	Médio	12,21
186	Riqueza	29 - Palmitos	0,714	Médio baixo	0,814	Médio	13,98
187	Jaborá	06 - Concórdia	0,668	Baixo	0,813	Médio	21,77
188	Ouro	07 - Joaçaba	0,724	Médio baixo	0,813	Médio	12,26
189	Iporã do Oeste	01 - São M. D'Oeste	0,773	Médio baixo	0,813	Médio	5,14
190	Indaial	15 - Blumenau	0,680	Baixo	0,812	Médio	19,37
191	Ponte Serrada	05 - Xanxerê	0,681	Baixo	0,811	Médio	19,09
192	Balneário Piçarras	17 - Itajaí	0,743	Médio baixo	0,811	Médio	9,17
193	Major Gercino	16 - Brusque	0,649	Baixo	0,811	Médio	24,97
194	Capinzal	07 - Joaçaba	0,677	Baixo	0,811	Médio	19,72
195	Santa Cecília	11 - Curitiba	0,684	Baixo	0,810	Médio	18,48
196	Jupia	03 - São Lço. D'Oeste	0,753	Médio baixo	0,809	Médio	7,51
197	Ibicaré	07 - Joaçaba	0,700	Médio baixo	0,809	Médio	15,54
198	São Bernardino	03 - São Lço. D'Oeste	0,670	Baixo	0,809	Médio	20,73
199	Lauro Muller	21 - Criciúma	0,764	Médio baixo	0,808	Médio	5,82
200	Dionísio Cerqueira	30 - Dionísio Cerqueira	0,727	Médio baixo	0,808	Médio	11,10
201	Jardinópolis	03 - São Lço. D'Oeste	0,750	Médio baixo	0,808	Médio	7,72
202	Jaguaruna	19 - Laguna	0,739	Médio baixo	0,808	Médio	9,24
203	Capão Alto	27 - Lages	0,582	Baixo	0,807	Médio	38,78
204	Três Barras	26 - Canoinhas	0,715	Médio baixo	0,806	Médio	12,72
205	Biguaçu	18 - Grande Fpolis	0,706	Médio baixo	0,806	Médio	14,16
206	Capivari de Baixo	20 - Tubarão	0,730	Médio baixo	0,805	Médio	10,36
207	Flôr do Sertão	02 - Maravilha	0,663	Baixo	0,805	Médio	21,35
208	Faxinal dos Guedes	05 - Xanxerê	0,752	Médio baixo	0,804	Médio	6,91
209	Rio do Campo	12 - Rio do Sul	0,675	Baixo	0,804	Médio	19,18
210	Guaramirim	24 - Jaraguá do Sul	0,712	Médio baixo	0,804	Médio	12,96
211	Major Vieira	26 - Canoinhas	0,702	Médio baixo	0,804	Médio	14,48
212	Bom Jesus	05 - Xanxerê	0,656	Baixo	0,804	Médio	22,52
213	Sul Brasil	04 - Chapecó	0,698	Baixo	0,803	Médio	15,04
214	Paial	06 - Concórdia	0,760	Médio baixo	0,803	Médio	5,57
215	Morro da Fumaça	21 - Criciúma	0,771	Médio baixo	0,803	Médio	4,05
216	Rodeio	15 - Blumenau	0,676	Baixo	0,802	Médio	18,65
217	Bandeirante	01 - São M. D'Oeste	0,757	Médio baixo	0,802	Médio	5,92
218	Guatambú	04 - Chapecó	0,706	Médio baixo	0,802	Médio	13,65
219	São Francisco do Sul	23 - Joinville	0,747	Médio baixo	0,802	Médio	7,26



220	Catanduvas	07 - Joaçaba	0,717	Médio baixo	0,801	Médio	11,75
221	Caxambú do Sul	04 - Chapecó	0,694	Baixo	0,801	Médio	15,40
222	Ipira	06 - Concórdia	0,758	Médio baixo	0,800	Médio	5,54
223	Urubici	28 - São Joaquim	0,673	Baixo	0,799	Médio baixo	18,72
224	Vidal Ramos	13 - Ituporanga	0,703	Médio baixo	0,799	Médio baixo	13,65
225	Monte Castelo	25 - Mafra	0,669	Baixo	0,798	Médio baixo	19,33
226	Campos Novos	08 - Campos Novos	0,710	Médio baixo	0,798	Médio baixo	12,46
227	Zortéa	08 - Campos Novos	0,636	Baixo	0,798	Médio baixo	25,45
228	Pedras Grandes	20 - Tubarão	0,737	Médio baixo	0,796	Médio baixo	8,02
229	Galvão	03 - São Lço. D'Oeste	0,767	Médio baixo	0,795	Médio baixo	3,59
230	Guarujá do Sul	30 - Dionísio Cerqueira	0,761	Médio baixo	0,795	Médio baixo	4,52
231	Timbé do Sul	22 - Araranguá	0,711	Médio baixo	0,795	Médio baixo	11,73
232	Irineópolis	26 - Canoinhas	0,706	Médio baixo	0,795	Médio baixo	12,48
233	Papanduva	25 - Mafra	0,755	Médio baixo	0,794	Médio baixo	5,25
234	Treze de Maio	20 - Tubarão	0,761	Médio baixo	0,794	Médio baixo	4,39
235	Guabiruba	16 - Brusque	0,736	Médio baixo	0,794	Médio baixo	7,87
236	Atalanta	13 - Ituporanga	0,753	Médio baixo	0,793	Médio baixo	5,38
237	São João do Itaperiú	23 - Joinville	0,664	Baixo	0,791	Médio baixo	19,16
238	Agrolândia	13 - Ituporanga	0,764	Médio baixo	0,791	Médio baixo	3,50
239	Herval d'Oeste	07 - Joaçaba	0,764	Médio baixo	0,791	Médio baixo	3,44
240	São José do Cerrito	27 - Lages	0,587	Baixo	0,791	Médio baixo	34,79
241	Benedito Novo	15 - Blumenau	0,698	Baixo	0,790	Médio baixo	13,19
242	Braço do Trombudo	12 - Rio do Sul	0,708	Médio baixo	0,789	Médio baixo	11,46
243	Frei Rogério	11 - Curitibaanos	0,703	Médio baixo	0,789	Médio baixo	12,21
244	Imaruí	19 - Laguna	0,692	Baixo	0,788	Médio baixo	13,84
245	Trombudo Central	12 - Rio do Sul	0,720	Médio baixo	0,788	Médio baixo	9,41
246	Gravatal	20 - Tubarão	0,718	Médio baixo	0,786	Médio baixo	9,47
247	Presidente Castello Branco	06 - Concórdia	0,725	Médio baixo	0,785	Médio baixo	8,39
248	Ouro Verde	05 - Xanxerê	0,693	Baixo	0,785	Médio baixo	13,39
249	Lebon Régis	10 - Caçador	0,610	Baixo	0,785	Médio baixo	28,69
250	Itapoá	23 - Joinville	0,751	Médio baixo	0,784	Médio baixo	4,33
251	Irati	03 - São Lço. D'Oeste	0,700	Médio baixo	0,783	Médio baixo	11,74
252	Pouso Redondo	12 - Rio do Sul	0,686	Baixo	0,783	Médio baixo	14,15
253	Araquari	23 - Joinville	0,689	Baixo	0,782	Médio baixo	13,61
254	Santa Terezinha	12 - Rio do Sul	0,619	Baixo	0,782	Médio baixo	26,27
255	Sangão	20 - Tubarão	0,705	Médio baixo	0,782	Médio baixo	10,85
256	Saltinho	02 - Maravilha	0,645	Baixo	0,782	Médio baixo	21,12
257	Garuva	23 - Joinville	0,697	Baixo	0,781	Médio baixo	12,06
258	Rio do Oeste	12 - Rio do Sul	0,752	Médio baixo	0,781	Médio baixo	3,91
259	Monte Carlo	08 - Campos Novos	0,705	Médio baixo	0,774	Médio baixo	9,88
260	Águas Mornas	18 - Grande Fpolis	0,715	Médio baixo	0,770	Médio baixo	7,74
261	Vítor Meireles	14 - Ibirama	0,705	Médio baixo	0,769	Médio baixo	9,13
262	Campo Belo do Sul	27 - Lages	0,635	Baixo	0,766	Médio baixo	20,58
263	Cerro Negro	27 - Lages	0,590	Baixo	0,765	Médio baixo	29,65
264	Palhoça	18 - Grande Fpolis	0,706	Médio baixo	0,765	Médio baixo	8,43
265	Governador Celso Ramos	18 - Grande Fpolis	0,706	Médio baixo	0,763	Médio baixo	8,11
266	Urupema	28 - São Joaquim	0,640	Baixo	0,763	Médio baixo	19,29
267	Bom Retiro	28 - São Joaquim	0,673	Baixo	0,762	Médio baixo	13,24
268	Entre Rios	05 - Xanxerê	0,681	Baixo	0,760	Médio baixo	11,72
269	Rio das Antas	10 - Caçador	0,730	Médio baixo	0,759	Médio baixo	4,05
270	Campo Alegre	25 - Mafra	0,679	Baixo	0,759	Médio baixo	11,72
271	Cunha Porã	29 - Palmitos	0,785	Médio baixo	0,759	Médio baixo	-3,36
272	Balneário Arroio do Silva	22 - Araranguá	0,682	Baixo	0,757	Médio baixo	10,98
273	Abelardo Luz	05 - Xanxerê	0,660	Baixo	0,754	Médio baixo	14,28
274	Bocaina do Sul	27 - Lages	0,631	Baixo	0,753	Médio baixo	19,38
275	Santa Terezinha do Progresso	02 - Maravilha	0,666	Baixo	0,753	Médio baixo	12,99
276	Apiúna	14 - Ibirama	0,658	Baixo	0,747	Médio baixo	13,50
277	Camboriú	17 - Itajaí	0,690	Baixo	0,746	Médio baixo	8,08
278	José Boiteux	14 - Ibirama	0,676	Baixo	0,746	Médio baixo	10,38
279	Painel	27 - Lages	0,620	Baixo	0,741	Médio baixo	19,53

280	Ponte Alta	27 - Lages	0,683	Baixo	0,740	Médio baixo	8,39
281	Brunópolis	08 - Campos Novos	0,596	Baixo	0,739	Médio baixo	23,93
282	Timbó Grande	10 - Caçador	0,606	Baixo	0,734	Médio baixo	21,25
283	Ponte Alta do Norte	11 - Curitiba	0,651	Baixo	0,732	Médio baixo	12,39
284	Rio Rufino	28 - São Joaquim	0,635	Baixo	0,731	Médio baixo	15,25
285	Presidente Nereu	14 - Ibirama	0,654	Baixo	0,727	Médio baixo	11,29
286	Alfredo Wagner	13 - Ituporanga	0,695	Baixo	0,727	Médio baixo	4,56
287	Bom Jardim da Serra	28 - São Joaquim	0,572	Baixo	0,721	Médio baixo	25,98
288	Leoberto Leal	13 - Ituporanga	0,615	Baixo	0,720	Médio baixo	17,09
289	Chapadão do Lageado	13 - Ituporanga	0,642	Baixo	0,710	Médio baixo	10,53
290	Calmon	10 - Caçador	0,655	Baixo	0,703	Médio baixo	7,23
291	Ipuaçu	05 - Xanxerê	0,649	Baixo	0,702	Médio baixo	8,15
292	Passos Maia	05 - Xanxerê	0,698	Baixo	0,696	Baixo	-0,39
293	Matos Costa	26 - Canoinhas	0,614	Baixo	0,664	Baixo	8,18
-	<b>PIOR VALOR</b>	-	<b>0,000</b>	-	<b>0,000</b>	-	-

Fonte: Censo Escolar - Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia-SC, 2005

### 3.3.3 Indicadores de Desenvolvimento Social: Economia

A Tabela 10 refere-se aos Indicadores de Desenvolvimento Econômico quanto à evolução do Produto Interno Bruto-PIB, per capita, a preços constantes de 2003 - segundo o Estado, Região e Municípios de Santa Catarina, analisados entre 1998 a 2003.

TABELA 10 – Indicadores de Desenvolvimento econômico

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/98 (%)
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	
-	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>10.054</b>	<b>9.894</b>	<b>10.780</b>	<b>10.821</b>	<b>10.785</b>	<b>11.095</b>	<b>10,36</b>
1	São Francisco do Sul	15.502	18.262	23.792	33.345	40.650	<b>45.572</b>	193,97
2	Presidente Castello Branco	28.472	27.184	27.296	26.644	39.598	<b>41.864</b>	47,04
3	Vargem Bonita	16.576	19.108	21.519	24.574	29.517	<b>36.650</b>	121,10
4	Seara	20.139	21.553	26.641	32.842	35.502	<b>31.236</b>	55,10
5	Catanduvas	23.562	24.333	27.734	26.661	27.575	<b>29.819</b>	26,56
6	Itá	20.594	16.036	16.848	16.201	21.891	<b>29.124</b>	41,42
7	Treze Tílias	15.355	19.118	24.570	25.862	25.499	<b>28.774</b>	87,39
8	Antônio Carlos	18.095	14.926	18.071	20.798	21.444	<b>25.785</b>	42,50
9	Capinzal	25.193	22.319	23.004	27.622	26.002	<b>24.508</b>	<b>-2,72</b>
10	Xavantina	16.389	17.660	18.692	22.126	20.552	<b>23.404</b>	42,80

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
11	Nova Veneza	14.071	13.392	16.372	18.058	18.250	22.923	62,91
12	Salto Veloso	23.958	24.673	28.257	26.543	22.489	22.901	-4,41
13	Itapiranga	12.495	12.975	15.601	20.339	19.467	22.567	80,61
14	Videira	23.277	22.139	22.554	21.771	21.477	22.116	-4,99
15	Lacerdópolis	9.429	14.425	16.064	17.431	19.192	21.434	127,33
16	Ponte Alta do Norte	8.453	5.960	6.290	17.802	22.697	21.062	149,17
17	Ipumirim	11.695	13.077	15.081	17.337	18.402	21.005	79,61
18	Piratuba	7.016	5.098	29.148	24.917	18.920	20.994	199,23
19	Iomerê	13.429	16.202	16.653	18.676	16.954	20.751	54,52
20	São Ludgero	14.590	16.060	18.840	19.696	18.072	20.527	40,69
21	Jaraguá do Sul	20.631	19.170	20.717	21.143	19.339	20.497	-0,65
22	Otacílio Costa	15.198	16.620	18.695	17.614	18.467	20.361	33,97
23	Ouro Verde	9.778	12.861	13.603	13.216	13.903	19.830	102,80
24	Concórdia	17.850	15.918	17.539	18.025	18.463	18.804	5,35
25	Correia Pinto	18.249	15.523	16.842	17.881	19.135	18.422	0,95
26	Cordilheira Alta	11.457	10.821	12.048	12.007	15.751	18.301	59,74
27	Ermo	9.647	10.414	10.185	11.617	13.593	18.216	88,83
28	Treviso	18.477	15.093	21.919	17.653	18.122	18.187	-1,57
29	Joaçaba	15.596	15.293	16.838	16.638	17.891	18.082	15,94
30	São Cristóvão do Sul	8.243	9.118	15.439	13.991	18.564	17.729	115,09
31	Turvo	10.606	11.384	11.683	11.680	13.090	17.373	63,81
32	Jaborá	10.663	11.894	12.832	15.218	17.277	17.254	61,81
33	Trombudo Central	10.448	11.282	13.748	14.424	14.519	16.936	62,10
34	Pinheiro Preto	14.531	16.103	18.209	19.160	15.462	16.671	14,73
35	Alto Bela Vista	7.519	8.696	10.414	12.345	13.926	16.548	120,07
36	Tangará	11.011	11.298	12.517	12.438	12.810	16.346	48,46
37	Meleiro	9.744	9.328	9.361	10.299	11.162	16.266	66,93
38	Faxinal dos Guedes	13.052	15.273	17.033	14.718	14.483	15.933	22,08
39	Três Barras	9.641	10.826	13.210	13.779	14.239	15.772	63,60
40	Água Doce	10.163	10.173	11.247	13.399	13.689	15.686	54,34
41	Timbó	15.681	14.971	16.542	16.761	15.334	15.414	-1,70
42	Marema	9.863	12.240	13.041	13.355	14.999	15.173	53,84
43	Lindóia do Sul	10.796	11.924	12.280	12.926	14.190	15.151	40,35
44	Lajeado Grande	8.976	10.263	11.351	10.985	12.838	15.078	67,97
45	Saudades	8.368	12.028	13.330	12.567	12.826	15.064	80,03



Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
46	Arvoredo	6.599	7.392	9.254	12.392	11.618	15.041	127,93
47	Braço do Trombudo	15.767	19.894	18.181	16.263	13.860	15.030	-4,68
48	São Bento do Sul	12.983	13.187	14.116	13.541	14.221	14.899	14,75
49	Nova Itaberaba	6.204	7.457	9.792	10.494	13.320	14.886	139,95
50	Chapecó	12.928	17.970	13.527	14.244	14.124	14.715	13,82
51	Arabutã	8.581	10.220	11.221	12.167	13.562	14.548	69,54
52	Ibiam	10.248	10.823	11.115	11.398	12.417	14.452	41,02
53	Erval Velho	8.151	8.794	9.916	10.868	11.828	14.391	76,55
54	Massaranduba	9.893	10.640	10.804	11.411	11.942	14.233	43,87
55	São Lourenço d'Oeste	9.219	9.675	10.442	11.251	13.367	14.228	54,34
56	Pomerode	12.380	13.543	15.545	15.562	14.797	14.194	14,65
57	Quilombo	11.260	10.889	11.133	11.539	13.199	14.113	25,33
58	Ibicaré	8.839	9.674	10.706	11.313	12.184	14.070	59,18
59	Forquilha	10.528	10.124	12.472	12.611	11.934	14.053	33,49
60	Rio das Antas	11.555	10.919	11.486	11.539	11.830	14.042	21,51
61	Cocal do Sul	14.628	11.375	11.449	12.322	12.957	13.915	-4,87
62	Luiz Alves	9.437	10.534	12.657	13.459	13.128	13.854	46,80
63	Presidente Getúlio	11.231	10.550	11.616	12.973	13.728	13.711	22,09
64	Ouro	9.002	9.915	10.528	10.872	12.741	13.611	51,20
65	Brusque	13.967	13.726	14.704	14.025	13.903	13.592	-2,68
66	Agronômica	10.275	8.997	9.561	9.393	11.190	13.536	31,74
67	Ilhota	4.482	4.218	4.935	6.251	9.907	13.434	199,76
68	Indaial	11.954	11.502	13.327	13.543	13.138	13.343	11,62
69	Guatambú	8.653	8.252	9.475	10.958	11.264	13.175	52,26
70	Joinville	13.794	12.883	14.429	14.190	13.159	13.142	-4,73
71	Bom Jesus	7.913	8.388	9.292	9.538	10.147	13.023	64,59
72	São João do Oeste	7.859	8.362	10.197	12.460	11.070	12.971	65,05
73	Campos Novos	9.132	10.033	10.932	11.519	11.845	12.871	40,95
74	Morro da Fumaça	11.122	10.625	11.860	11.696	11.718	12.626	13,52
75	Gaspar	14.448	12.526	12.630	12.388	11.551	12.538	-13,22
76	Blumenau	15.598	15.475	16.245	15.176	13.375	12.473	-20,04
77	Apiúna	8.645	9.737	10.419	12.640	11.973	12.471	44,26
78	Laurentino	9.832	8.766	9.925	9.429	10.168	12.170	23,77
79	Guaramirim	13.819	11.889	12.128	11.751	10.808	12.046	-12,83
80	Vargeão	8.260	8.394	9.875	9.675	9.914	12.011	45,41

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
81	Caxambú do Sul	5.111	6.521	7.200	7.118	7.271	11.979	134,36
82	Palmeira	10.891	10.668	10.378	13.402	11.604	11.947	9,69
83	Tijucas	14.552	12.331	11.604	12.383	12.058	11.793	-18,96
84	Itajaí	9.249	9.094	9.450	9.674	11.633	11.766	27,21
85	Planalto Alegre	5.142	5.606	6.507	6.514	6.520	11.688	127,32
86	Santiago do Sul	8.071	9.148	9.769	9.097	9.617	11.642	44,24
87	Campo Erê	6.830	8.426	8.338	8.089	8.779	11.600	69,84
88	Caçador	8.931	9.729	10.386	11.236	10.988	11.592	29,79
89	Orleans	9.265	9.829	11.257	10.984	10.836	11.548	24,64
90	Xanxerê	9.728	8.690	10.076	11.812	10.979	11.517	18,39
91	Peritiba	8.263	8.592	9.266	9.634	9.711	11.512	39,32
92	Balneário Arroio do Silva	5.177	4.795	4.821	2.994	4.243	11.493	122,00
93	Herval d'Oeste	10.426	10.386	11.063	11.598	10.666	11.331	8,68
94	Cunhataí	7.907	8.547	9.260	9.962	8.906	11.289	42,78
95	Pinhalzinho	7.497	7.699	8.995	9.163	10.991	11.282	50,48
96	Maravilha	8.132	8.107	9.484	9.508	10.127	11.225	38,03
97	Tunápolis	6.794	7.334	8.965	8.749	10.305	11.186	64,64
98	Nova Erechim	8.053	8.915	9.699	9.518	10.011	11.154	38,51
99	União do Oeste	6.767	8.198	8.468	8.843	9.188	11.114	64,23
100	Mondaí	7.069	7.554	10.294	9.817	9.346	11.065	56,53
101	Timbó Grande	5.425	6.513	13.822	10.782	9.249	10.947	101,80
102	Bom Retiro	6.050	7.420	9.003	11.753	12.401	10.919	80,49
103	Urussanga	10.349	9.734	11.814	11.469	11.151	10.864	4,98
104	Jacinto Machado	6.753	6.568	6.951	6.655	7.564	10.863	60,86
105	Ponte Alta	6.016	6.588	7.350	8.337	10.037	10.772	79,06
106	Xaxim	12.897	12.904	14.824	16.667	17.298	10.770	-16,49
107	Galvão	5.065	5.559	7.301	7.000	9.638	10.730	111,85
108	Major Vieira	5.018	5.125	6.224	6.098	9.030	10.647	112,18
109	Coronel Freitas	7.929	8.149	9.051	9.014	9.623	10.634	34,12
110	Bocaina do Sul	8.626	11.249	10.622	11.187	12.985	10.633	23,26
111	Jardinópolis	6.423	7.571	8.114	8.326	9.002	10.601	65,06
112	Arroio Trinta	8.102	8.862	9.181	11.811	9.031	10.577	30,54
113	São Miguel d'Oeste	8.632	7.752	8.596	8.588	9.307	10.563	22,37
114	Pouso Redondo	6.709	6.717	7.452	7.908	8.628	10.482	56,24
115	Siderópolis	6.589	8.428	11.676	11.425	11.299	10.468	58,86

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
116	Luzerna	7.127	7.544	8.214	8.114	9.565	10.467	46,85
117	Novo Horizonte	6.454	7.779	8.743	8.277	9.151	10.439	61,74
118	Rio Fortuna	7.166	7.570	8.929	9.835	8.949	10.404	45,20
119	São João do Itaperiú	8.257	9.669	9.079	10.594	9.739	10.391	25,84
120	Irineópolis	5.207	6.139	6.997	6.917	8.565	10.351	98,79
121	Iporã do Oeste	5.988	7.079	7.818	8.712	8.700	10.341	72,69
122	Ipuaçu	6.134	6.737	6.647	12.349	13.184	10.297	67,88
123	Mafra	7.371	8.183	9.011	9.278	9.703	10.255	39,12
124	Bom Jesus do Oeste	5.669	6.586	7.952	7.880	8.991	10.240	80,61
125	Águas Frias	5.361	6.567	7.473	7.378	8.606	10.237	90,95
126	Rio do Sul	8.836	8.769	9.600	9.391	10.788	10.198	15,42
127	Morro Grande	9.139	8.604	8.354	8.727	8.906	10.113	10,66
128	Santa Cecília	7.306	7.224	8.215	7.688	8.701	10.071	37,84
129	Grão Pará	8.860	9.402	10.548	10.310	10.288	10.055	13,49
130	Bela Vista do Toldo	5.139	4.633	6.330	6.884	8.276	10.012	94,83
131	Campo Alegre	7.718	7.841	8.195	7.705	10.254	10.000	29,57
132	Agrolândia	7.283	8.195	8.275	8.365	8.034	9.930	36,36
133	Florianópolis	11.579	10.575	10.953	10.397	10.428	9.912	-14,40
134	Fraiburgo	11.576	10.525	12.496	11.235	10.120	9.865	-14,78
135	Coronel Martins	6.074	6.596	7.356	6.958	7.475	9.798	61,30
136	Rio do Oeste	7.236	7.695	8.673	8.287	8.425	9.790	35,30
137	Paial	6.015	7.287	7.732	9.234	8.233	9.756	62,20
138	Mirim Doce	8.170	7.784	8.257	7.683	7.546	9.691	18,61
139	Irani	7.323	7.242	7.730	7.859	8.636	9.684	32,24
140	São Domingos	6.087	6.143	7.227	7.019	7.560	9.680	59,05
141	Rio dos Cedros	8.270	10.100	9.765	9.090	10.139	9.663	16,84
142	Aurora	6.488	7.873	8.952	8.466	8.357	9.482	46,16
143	Descanso	6.128	6.663	7.572	7.869	7.712	9.413	53,61
144	Palmitos	5.903	6.159	7.056	6.850	7.332	9.384	58,99
145	Rio Negrinho	8.164	8.813	9.595	9.868	10.135	9.333	14,32
146	Braço do Norte	9.562	9.639	10.627	10.725	10.554	9.274	-3,01
147	Abelardo Luz	7.470	7.574	7.609	7.980	9.634	9.262	23,98
148	Cunha Porã	5.847	6.025	6.621	6.263	6.671	9.239	58,02
149	Nova Trento	8.159	7.983	8.978	7.997	7.907	9.235	13,19
150	Itaiópolis	6.629	6.893	8.320	8.888	8.365	9.184	38,56

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
151	Anitápolis	7.088	6.100	7.366	6.993	7.227	9.166	29,32
152	Caibi	5.843	6.240	7.474	7.348	7.482	9.162	56,80
153	Taió	7.341	6.945	8.494	8.153	8.162	9.111	24,11
154	Pedras Grandes	4.978	5.850	5.999	6.164	6.576	9.010	81,01
155	São Carlos	5.905	6.640	7.465	7.645	8.132	9.006	52,53
156	Zortéa	6.909	6.578	7.655	7.375	7.760	8.986	30,06
157	São José do Cedro	6.657	6.853	7.900	8.313	7.610	8.954	34,50
158	Papanduva	5.919	5.830	6.459	7.124	8.046	8.934	50,93
159	Botuverá	6.503	5.923	7.813	7.644	7.895	8.843	35,98
160	Palma Sola	5.574	6.382	6.815	6.324	7.119	8.841	58,61
161	Chapadão do Lageado	6.060	6.294	6.677	6.324	7.048	8.835	45,78
162	Bom Jardim da Serra	6.541	6.779	7.678	7.775	7.293	8.824	34,90
163	Witmarsum	6.064	6.850	7.362	6.942	7.870	8.685	43,20
164	Iraceminha	5.345	5.847	6.644	6.243	6.640	8.681	62,41
165	Santa Helena	5.402	6.097	7.237	7.621	7.719	8.675	60,60
166	Ituporanga	6.626	7.729	8.682	7.278	8.065	8.612	29,96
167	Benedito Novo	6.559	6.837	6.762	6.732	7.307	8.592	30,98
168	Schroeder	7.937	9.221	10.308	10.288	8.859	8.585	8,16
169	Brunópolis	5.670	6.589	6.692	7.560	7.730	8.556	50,91
170	Salete	7.485	7.677	8.033	7.961	8.783	8.505	13,63
171	Canoinhas	7.004	6.937	7.841	7.808	8.132	8.497	21,31
172	Corupá	8.084	7.285	8.382	8.897	8.527	8.495	5,09
173	Vidal Ramos	5.624	6.839	7.140	6.347	7.423	8.468	50,57
174	Leoberto Leal	5.099	6.128	6.538	7.540	8.145	8.461	65,94
175	Criciúma	8.584	8.347	9.232	9.184	9.073	8.413	-1,99
176	Belmonte	5.256	5.826	6.484	5.885	5.782	8.413	60,06
177	Sul Brasil	4.422	5.593	5.817	6.397	6.898	8.402	90,00
178	Capão Alto	7.829	7.568	8.544	8.062	8.095	8.352	6,68
179	Painel	8.520	8.729	9.162	8.594	8.480	8.277	-2,85
180	São João Batista	6.299	6.269	8.033	7.483	7.399	8.264	31,19
181	Monte Carlo	8.256	7.848	8.912	8.309	7.495	8.252	-0,04
182	Atalanta	6.350	7.237	7.835	9.096	7.414	8.114	27,78
183	Rio do Campo	5.971	6.313	7.028	6.580	7.710	8.113	35,87
184	Serra Alta	5.672	5.855	6.489	6.463	6.754	8.020	41,39
185	Treze de Maio	6.771	6.903	6.754	6.397	7.030	8.008	18,26

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
186	Alfredo Wagner	5.994	7.228	7.929	8.169	8.243	7.999	33,45
187	Jupia	5.471	6.714	7.243	6.904	6.387	7.994	46,12
188	Timbé do Sul	6.523	6.871	6.681	6.447	7.207	7.930	21,57
189	Frei Rogério	8.744	9.183	8.801	8.632	6.663	7.916	-9,47
190	Tubarão	8.293	8.442	9.428	9.612	9.174	7.902	-4,71
191	Petrolândia	6.114	6.447	7.130	6.485	6.941	7.899	29,19
192	Lages	8.233	6.679	7.391	7.587	7.456	7.854	-4,60
193	Dona Emma	5.554	6.266	6.373	5.773	6.589	7.809	40,61
194	Guarujá do Sul	7.473	7.000	6.833	6.840	7.078	7.757	3,80
195	Flôr do Sertão	4.968	5.902	6.802	6.042	5.963	7.737	55,76
196	Guaraciaba	5.870	6.645	6.816	7.501	6.659	7.737	31,81
197	Biguaçu	8.494	7.712	8.519	8.140	7.370	7.735	-8,94
198	São José	9.105	7.701	8.598	7.659	7.928	7.725	-15,16
199	Imbuia	5.287	6.099	6.657	6.947	7.431	7.718	45,98
200	Barra Bonita	5.451	6.250	6.736	6.426	5.822	7.698	41,20
201	Presidente Nereu	6.277	6.371	6.904	6.419	7.202	7.672	22,23
202	Içara	6.749	6.609	7.852	7.312	7.432	7.659	13,48
203	Barra Velha	5.484	4.846	5.130	5.233	5.730	7.583	38,28
204	Guabiruba	7.873	7.638	8.064	7.882	7.912	7.562	-3,96
205	São Bernardino	4.917	5.507	6.082	5.899	6.258	7.546	53,46
206	Anchieta	5.109	5.779	6.474	6.189	6.320	7.524	47,26
207	Ipira	6.754	6.840	6.559	6.655	6.607	7.518	11,32
208	Tigrinhos	6.192	6.556	6.864	6.048	6.548	7.492	20,98
209	Riqueza	5.057	5.274	5.990	6.165	6.089	7.460	47,50
210	Campo Belo do Sul	4.718	5.299	5.450	6.183	7.438	7.437	57,65
211	Ponte Serrada	7.926	7.733	8.708	6.316	6.923	7.420	-6,39
212	Santa Terezinha	6.058	6.060	6.224	5.382	6.785	7.417	22,44
213	Formosa do Sul	5.446	6.029	6.245	5.933	7.871	7.406	35,99
214	São Martinho	5.848	5.817	6.292	6.126	6.023	7.350	25,69
215	Irati	5.090	5.331	6.797	6.051	6.604	7.346	44,32
216	Santa Rosa de Lima	6.437	6.639	7.159	8.196	7.425	7.344	14,09
217	Maracajá	8.041	8.033	7.887	7.346	6.698	7.330	-8,85
218	Vargem	4.576	5.446	6.161	6.871	6.852	7.318	59,91
219	Saltinho	3.748	4.148	5.294	5.189	5.919	7.316	95,20
220	Paraíso	5.241	5.617	6.226	6.010	6.122	7.293	39,15

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
221	Passos Maia	6.537	6.097	6.211	6.634	6.932	7.256	11,00
222	São Miguel da Boa Vista	8.116	8.283	6.217	6.053	6.191	7.197	-11,32
223	Garuva	4.607	4.890	5.316	5.981	5.965	7.134	54,84
224	Rancho Queimado	7.763	6.602	6.475	6.077	6.208	7.111	-8,39
225	Modelo	5.214	5.590	6.232	6.033	6.403	7.016	34,56
226	Ascurra	8.670	7.743	8.370	6.670	7.506	6.950	-19,84
227	Curitibanos	5.857	6.391	6.813	6.691	6.809	6.917	18,09
228	Águas Mornas	5.517	4.806	5.456	5.440	5.330	6.881	24,72
229	Jaguaruna	7.368	7.928	8.579	7.712	6.809	6.852	-7,00
230	Celso Ramos	4.651	6.759	5.592	6.029	6.504	6.810	46,44
231	São Bonifácio	5.684	5.616	5.461	5.315	5.841	6.788	19,42
232	São João do Sul	5.211	5.342	5.101	4.931	5.532	6.777	30,05
233	Águas de Chapecó	4.277	4.988	5.646	5.338	5.629	6.708	56,85
234	São Joaquim	7.690	6.961	8.334	8.155	6.422	6.683	-13,09
235	Ibirama	9.676	7.970	8.834	8.220	7.005	6.678	-30,98
236	Balneário Piçarras	7.896	6.044	6.492	6.314	6.418	6.655	-15,72
237	Balneário Gaivota	5.080	4.380	4.769	4.622	5.085	6.563	29,20
238	Abdon Batista	5.094	5.535	5.288	5.573	5.794	6.518	27,95
239	Doutor Pedrinho	6.570	6.011	6.239	6.124	5.825	6.501	-1,04
240	Romelândia	4.275	4.923	5.485	5.517	5.608	6.467	51,28
241	Princesa	5.825	5.978	6.784	6.791	5.954	6.444	10,62
242	Araquari	5.418	5.848	6.287	5.867	5.924	6.433	18,74
243	Urupema	6.194	5.311	6.815	7.467	6.150	6.342	2,39
244	Passo de Torres	6.588	6.531	6.819	5.468	4.842	6.314	-4,15
245	Bandeirante	3.830	4.851	4.741	4.671	4.593	6.296	64,39
246	Macieira	5.574	5.583	5.665	4.854	5.248	6.278	12,62
247	Vítor Meireles	5.224	5.289	5.480	12.963	5.797	6.270	20,03
248	Rodeio	11.573	10.073	10.142	8.677	6.910	6.266	-45,85
249	Major Gercino	4.905	4.819	5.239	5.043	5.674	6.223	26,86
250	Imbituba	5.633	4.970	5.210	6.076	5.821	6.202	10,11
251	Calmon	6.425	3.930	4.345	4.917	3.836	6.173	-3,92
252	Lontras	5.368	5.347	5.912	5.705	5.780	6.110	13,82
253	Porto Belo	7.371	5.823	6.321	6.520	6.409	6.064	-17,73
254	Urubici	4.666	4.290	4.807	4.926	4.650	6.061	29,90
255	Santa Terezinha do Progresso	3.741	3.550	4.124	4.750	5.178	6.034	61,28

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	2003/98 (%)
256	Angelina	4.654	4.641	5.034	4.867	5.103	6.029	29,54
257	Araranguá	5.366	5.359	5.557	5.433	5.357	6.005	11,89
258	Lauro Muller	5.026	4.445	5.785	6.220	6.041	5.979	18,97
259	Lebon Régis	5.637	5.561	6.031	5.859	5.271	5.842	3,63
260	Praia Grande	5.075	4.625	4.884	4.971	4.887	5.830	14,87
261	Balneário Camboriú	7.695	6.639	6.531	7.022	6.473	5.806	-24,55
262	São Pedro de Alcântara	3.571	3.668	3.888	4.186	3.881	5.757	61,20
263	Rio Rufino	5.375	5.470	5.931	5.979	6.522	5.694	5,94
264	Bombinhas	7.987	6.030	6.355	6.368	6.222	5.675	-28,95
265	Itapema	12.094	10.264	6.830	6.628	6.291	5.634	-53,42
266	Sangão	5.315	5.103	5.501	5.202	5.031	5.620	5,74
267	José Boiteux	4.700	5.085	4.911	4.662	5.015	5.604	19,24
268	Sombrio	5.066	5.170	5.336	5.140	5.278	5.484	8,24
269	Navegantes	6.755	5.717	6.198	6.177	5.814	5.374	-20,44
270	Armazém	6.216	6.342	7.036	6.859	5.078	5.288	-14,93
271	Monte Castelo	4.726	4.659	4.214	4.320	4.619	5.243	10,94
272	Santo Amaro da Imperatriz	4.953	4.511	4.977	4.952	5.334	5.118	3,33
273	Entre Rios	4.472	4.289	4.478	4.808	4.876	5.106	14,17
274	Garopaba	4.778	4.857	5.230	5.548	5.130	5.061	5,93
275	Canelinha	4.351	4.480	5.011	4.911	5.012	5.044	15,93
276	Dionísio Cerqueira	4.560	4.498	4.710	4.882	4.656	4.994	9,53
277	Cerro Negro	3.888	4.003	4.132	4.802	4.796	4.943	27,12
278	Paulo Lopes	4.087	3.843	4.478	4.478	4.280	4.879	19,39
279	São José do Cerrito	5.498	4.891	4.631	6.251	4.657	4.787	-12,93
280	Capivari de Baixo	4.242	4.048	4.549	4.806	4.722	4.668	10,05
281	Santa Rosa do Sul	4.317	4.178	4.011	3.849	4.117	4.666	8,08
282	Itapoá	7.240	5.418	5.455	4.923	5.120	4.633	-36,01
283	Palhoça	6.095	5.103	5.431	5.134	4.749	4.565	-25,10
284	Porto União	4.021	4.144	4.617	4.015	3.963	4.417	9,86
285	Imaruí	3.752	3.568	3.628	3.714	3.650	4.412	17,59
286	Anita Garibaldi	3.439	3.275	3.534	3.856	4.514	4.195	22,01
287	Balneário Barra do Sul	5.805	4.643	14.220	4.487	4.367	4.098	-29,40
288	Gravatal	4.083	3.942	3.858	3.594	3.506	3.788	-7,21
289	Penha	4.598	4.243	4.491	4.382	4.097	3.642	-20,80
290	Matos Costa	3.749	3.628	3.605	3.515	3.233	3.310	-11,72

Col. SC 2003	Município	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Variação 2003/98 (%)
		R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	R\$/hab	
291	Camboriú	4.154	3.610	3.647	3.522	3.422	3.292	-20,76
292	Laguna	4.021	3.528	3.686	3.528	3.395	3.262	-18,88
293	Governador Celso Ramos	3.271	3.156	3.209	3.214	3.029	3.002	-8,20

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SC

OBS: Na correção dos valores para 2003, utilizou-se o deflator implícito do PIB, Conjuntura Econômica - FGV, Agosto 2005

Com os dados da Tabela 10, pode-se visualizar a mapa da Figura 6, com o PIB per capita dos municípios em 2003. A visualização é feita pelas cores dos padrões de classificação em conformidade com o índice entre R\$ 3.000,00 à R\$ 46.000,00 por habitante e o nível: alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo.

### PIB PER CAPITA MUNICIPAL - 2003

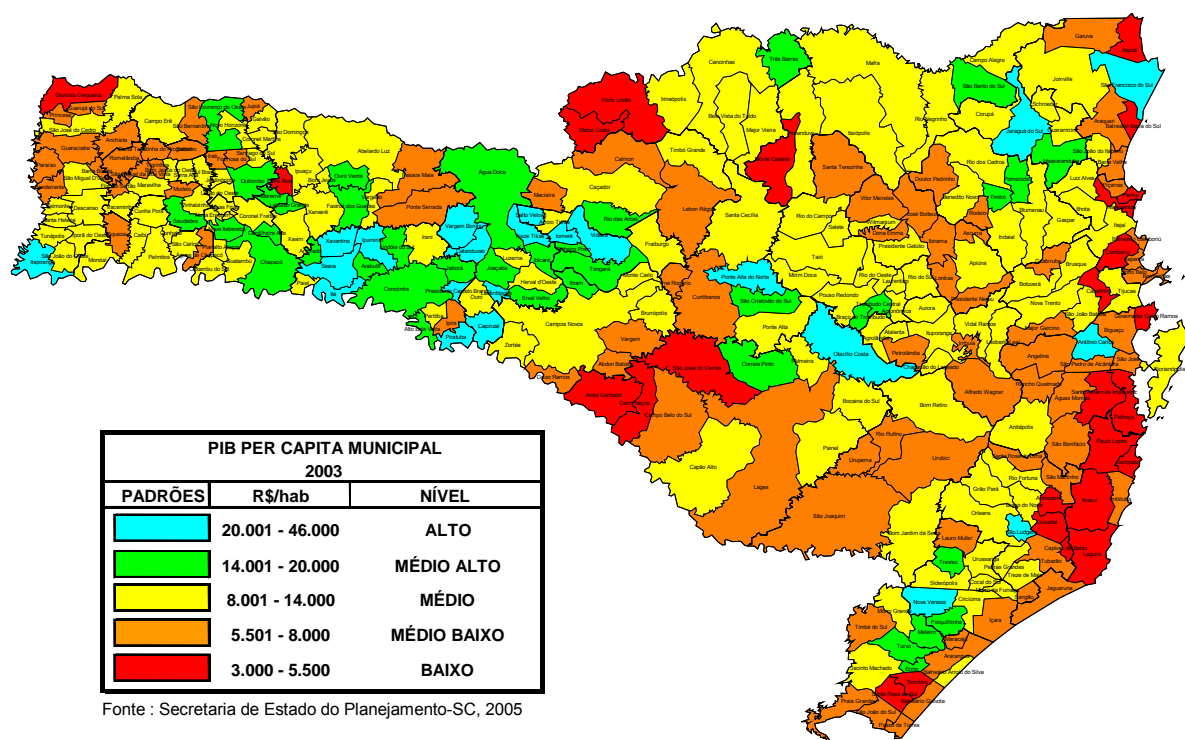


Figura 7 – Mapa do PIB per capita municipal – 2003



## 4 CONCLUSÕES

A realidade brasileira é marcada pela desigualdade social que constrange o nosso País e a nossa cidadania. Ao focalizar os índices de desenvolvimento social e outros indicadores de desenvolvimento, a Gestão Pública pode alcançar resultados que repercutam sobre a sociedade reduzindo os níveis de desigualdade que a caracterizam. As políticas públicas centradas na melhoria dos indicadores representam objetivamente o atingimento de níveis superiores de qualidade de vida.

É possível comparar a gestão por indicadores ao vôo por instrumentos. Ao pautar a sua conduta e os seus procedimentos pelos informes que obtém dos instrumentos de navegação, o piloto reduz a participação do instinto e da habilidade pessoal na condução do vôo e se subordina a um instrumento científico, cujo resultado final tende a ser o sucesso da navegação. Portanto, mais do que ações instintivas baseadas no sentimento e na percepção pessoal, a gestão por indicadores representa uma evolução qualitativa na gestão pública. Propicia medir constantemente os resultados em questões cruciais para o bem estar social.

Em conformidade com Osborne, “se os resultados não forem avaliados, não há como distinguir sucesso de insucesso” (1994, p.159). No caso concreto, é a própria prática, isto é, a utilização reiterada de indicadores de desenvolvimento social que assegura sua validade. Esta prática já significa um forte fator de emulação para os gestores e contribui para a evolução da cidadania, eis que imprensa, organizações não governamentais e a própria sociedade já empregam índices e indicadores para expressar uma realidade. Assim, no âmbito da pesquisa, procurou-se, dentro da abordagem proposta, investigar o arcabouço teórico das práticas de medição dos indicadores de desempenho nos órgãos públicos, com planejamento de melhoria de resultados orientados para a sociedade brasileira.

Embora a pesquisa seja bibliográfica, as conclusões são congruentes e alinhadas com os referenciais de indicadores sociais apresentados neste trabalho. Dentre essas conclusões e, com vistas aos objetivos específicos desta pesquisa, destacam-se:

- Os conceitos dos indicadores convergem para consolidar sua condição de referência para os órgãos públicos no Brasil;
- Os resultados apurados na avaliação da situação catarinense demonstram compatibilidade entre os indicadores apreciados e a situação do estado no contexto da Federação; e,
- Os indicadores sociais apurados no Estado de Santa Catarina revelam uma posição diferenciada do Estado em relação ao conjunto da Federação e demonstram que a Lei Estadual nº 12.120/2002 enseja uma efetiva mudança de paradigma de gestão.

Neste sentido, pode-se considerar que este trabalho pretendeu oferecer uma visão do modelo de gestão oferecido pela utilização de indicadores e índices, sob a ótica de se tentar criar um nível mínimo de comparabilidade nas medidas e, como tais ferramentas são aplicadas na contemporaneidade.

Para Marcel Proust, “A verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas terras, mas em vê-las com novos olhos”. Alicerçado sob esta paráfrase, considero que o processo de desenvolvimento da Nação passa pela formação e informação de seus cidadãos. No Brasil, onde a burocracia é inconclusa, a tarefa de transformá-la é desafiadora. Os servidores públicos, além do cumprimento de formalidades, devem engajar-se no compromisso com resultados de qualidade, compatíveis com as políticas orientadas para o crescimento local.

Tenho a consciência das dificuldades contextualizadas no universo das

instituições públicas, não só brasileira, mas também mundial. Ao abordar o tema, sob a égide da cientificidade, objetivei contribuir para a disseminação da utilização de indicadores sociais pelos gestores públicos e para a reflexão pontual no assunto.

E, ao final deste prazeroso trabalho, que há muito tem me norteado, entendo ser possível remover os obstáculos que permeiam o desenvolvimento social, econômico, cultural e político, partes indissociáveis ao futuro do País.

Mais do que nunca, fica claro que a Educação é o fundamento essencial para o sucesso de todas as intervenções que se pretendam encetar na Administração Pública.

#### **4.1 Recomendações e sugestões para trabalhos futuros**

Dentre as perspectivas concernentes ao tema, parece inevitável a adoção deste modelo de gestão e sua conseqüente avaliação num grande leque de setores vitais do serviço público, ampliando sua aplicação nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Habitação, Renda e Serviços Públicos (abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica, entre outros).

Tão ampla quanto o emprego dos indicadores nestes segmentos, há de ser sua rotina: busca de melhores práticas nacionais e internacionais; adaptação das ferramentas (indicadores) às especificidades de modelos de gestão e características das áreas; implementação; manutenção e constante aperfeiçoamento.

Os resultados do estudo sugerem a continuidade das investigações a respeito de tópicos não aprofundados no escopo desta dissertação. Sugestões para novas pesquisas na área podem ser as seguintes:

- Quais são as causas da tradicional resistência dos governantes à utilização de indicadores sociais como um instrumento de avaliação objetiva de resultados?

- Dentre as alternativas disponíveis para a avaliação de políticas públicas e do desempenho governamental, quais têm sido efetivamente utilizadas com o intuito de medir o desempenho organizacional da Administração Pública?
- De que forma tem sido conduzida a discussão da utilização de indicadores em cursos de graduação e pós-graduação em administração pública?

Recomenda-se, ainda, às instituições de ensino superior das áreas de Administração, Direito e Economia que passem a abordar com maior ênfase os indicadores sociais, particularmente no que tange à sua utilização como instrumentos de gestão que permitem a otimização do desempenho da Administração Pública.

## REFERÊNCIAS

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. 392 p.

ALVES, Maria Bernadete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br>. Acesso em 26 outubro 2005.

AMIN, Esperidião Helou Filho. **Resposta à carta dos catarinenses**. Florianópolis, 1987.

AMIN, Esperidião Helou Filho; BAUER, Paulo. **Santa Catarina: o bom exemplo**. Florianópolis/SC: Santa Catarina, 2002. 528 p.

ANDERSEN, João Fernando. **Os indicadores sociais como instrumento de promoção do desenvolvimento intramunicipal**. 2004. 62 p.. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

ARDANT, G. **Technique de l'État**. Paris/França: PUF, 1953.

BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 256 p.

CAULLIRAUX, Heitor; YUKI, Mauro (orgs.). **Gestão pública e reforma administrativa**: conceitos e casos: a experiência de Florianópolis. Rio de Janeiro: Ed.Lucerna, 2004. 287 p.

COELHO, Rita H. A. et al. **Programa Capital Criança**: resgatando a cidadania. Florianópolis: Insular, 2004.

COLLINS, James C.; PORRAS, Jerry I. **Feitas para durar**: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

CRAINER, S. **Grandes pensadores da administração**. São Paulo: Futura, 2000.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Management**: tasks, responsibilities and practices. Nova York: Harper & Row, 1973.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**: século XXI. São Paulo. Editora Nova Fronteira, 2003.

FPNQ - FUNDAÇÃO PARA O PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE. **Critérios de excelência**: o estado da arte da gestão para a excelência do desempenho e o aumento da competitividade. São Paulo: FPNQ, 2004. 61 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HARDI, P. **The dashboard of sustainability**. Winnipeg, 2000. (Working paper).

HARRINGTON, H.James. **Total improvement management**: the next generation in performance improvement. New York: McGraw-Hill Inc., 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico 2000**: agregados de setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOTTER, John P. **Liderando mudança**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOPES, Carlos. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**: racismo, pobreza e violência. São Paulo: PNUD Brasil, 2005.

MATUS, Carlos. **Política, planejamento & governo**. Tomo I. 3.ed. Brasília: IPEA, 1997. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Política, planejamento & governo**. Tomo II. 3.ed. Brasília: IPEA, 1997. 299 p.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 530 p.

MICHELS, Robert. **Political parties**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1949.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **Os bruxos da administração**: como entender a Babel dos gurus empresariais. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Ministério da Saúde do Brasil. Secretaria de Atenção Básica. **Pacto de Atenção Básica 2005**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 11 novembro 2005.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.

MISES, Ludwig von. **Bureaucracy**. New Haven, Conn: Yale University Press. 1944.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando C.P. **Teoria geral da administração**: uma introdução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NIETO, Alejandro. **La organizacion del desgobierno**. 4.ed. Barcelona: Ariel, 1988.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

Organização Mundial da Saúde – OMS. **Declaração de Alma-Ata**. URSS, 1978.

OSBORNE, David. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994. 436 p.

OTANI, Nilo. **A educação corporativa como estratégia competitiva**: a universidade da Caixa Econômica Federal. 2005. 178 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 314 p.

PETERS, Thomas J.; WATERMAN JR., Robert H. **Vencendo a crise**: como o bom senso pode superá-la. São Paulo: Editora Harbra, 1986.

PIAZZA, Walter Fernando. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Córtes, 2003.

POPOVICH, M. G. **Creating high-performance government organizations**: a practical guide for public managers. 1.Ed. Califórnia: Jossey-Bass, 1998.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2003**: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> . Acesso em: 7 novembro 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005**: Racismo, pobreza e violência. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> . Acesso em: 8 dezembro 2005.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> . Acesso em: 8 novembro 2005.

**Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 210 p.

\_\_\_\_\_. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1983. 350 p.

RATTON, Cláudio A.; MACEDO-SOARES, Diana. Medição de desempenho e estratégias orientadas para o cliente: resultados de uma pesquisa de empresas líderes no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.39, n.4, p. 46-59, out/dez.1999.

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998. 155 p.

ROCHA, Augusto C.B. **Configuração de um sistema de avaliação de desempenho alicerçado no balanced scorecard para uma indústria de confecções de porte médio**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

ROCHA, J.A.Oliveira. **Princípios de gestão pública**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. 206 p.

RODRIGUES, Cláudia Cimorelli; ANASTÁCIO, Mari Regina. **Concepções para modelos de gestão**. Revista SPEI. Curitiba/PR, v. 3, n.1, p. 49-63, jan/jun, 2002.

ROSENBERG, Bernard. **Sociological theory**: a book of readings. New York: Macmillan, 1964.

RUBIN, H.J.; RUBIN, I.S. **Qualitative interviewing**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

RYDLEWSKI, Carlos; GUANDALINI, Giuliano. O grande salto. **Revista Veja**. Edição 1934 – Ano 38 - nº.49 - Pág.148-157 – 07/12/2005.

SANTA CATARINA. Decreto Lei n.12.120, de 09 de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social. DO.16.823 de 11.01.2002.

SARTOR, Vicente Volnei de Bona. **Reforma administrativa do aparelho estatal**. 1996. 235 p.. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina. Diretoria de Desenvolvimento das Cidades. **Programa de Inclusão Social**. Disponível em: <<http://www.sds.sc.gov.br/>>. Acesso em 6 novembro 2005.

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Diretoria de Ensino Básico e Profissional. **Índice de desenvolvimento da educação básica** - IDEB/SC - 1998-2004. Disponível em: <<http://www.sed.rct-sc.br>>. Acesso em 6 dezembro 2005.

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina. Diretoria de Estatística e Cartografia. **PIB municipal**. Disponível em: <[http://www.spg.sc.gov.br/menu/estatistica/dados\\_munic.htm](http://www.spg.sc.gov.br/menu/estatistica/dados_munic.htm)>. Acesso em 6 dezembro 2005.



Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. Diretoria de Planejamento e Coordenação. **Pacto de Indicadores da Atenção Básica**. Disponível em: <<http://portalweb04.saude.gov.br/pacto2005>>. Acesso em 6 dezembro 2005.

SELZNICK, Philip. An approach to a theory of bureaucracy. In: COSER, Lewis A.; ROSENBERG, Bernard. **Sociological theory: a book of readings**. New York: Macmillan, 1964.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em 30 novembro 2005.

SILVEIRA, Paula; TRINDADE, Nelson. **A gestão da administração pública: usos e costumes, manias e anomalias**. Lisboa: Editorial Presença, 1992. 209 p.

SINK, D.Scott; TUTTLE, Thomas C. **Planejamento e medição para a performance**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Tecnologia da informação aplicada às instituições de ensino e às universidades corporativas**. São Paulo: Atlas, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. 320 p.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

## **ANEXOS**

ANEXO A – Lei 12.120/2002 – Programa Catarinense de Inclusão Social

ANEXO B – Resumo da Lei 12.120/2002 – Programa Catarinense de Inclusão Social

ANEXO C - Pacto de Indicadores de Atenção Básica à Saúde

ANEXO D – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Brasil – 1991/ 2000

ANEXO E – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1970

ANEXO F – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1980

ANEXO G – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1991

ANEXO H – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 2000

ANEXO I – Indicadores de Desenvolvimento Social: Mortalidade

ANEXO J – Indicadores de Desenvolvimento Social: IDH / PNUD

ANEXO K – Indicadores de Desenvolvimento Social: Mortalidade Infantil

ANEXO L – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação fundamental

ANEXO M – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação (SC por municípios)

## ANEXOS

### ANEXO A – Lei 12.120/2002 – Programa Catarinense de Inclusão Social

LEI N° 12.120, de 09 de janeiro de 2002

Procedência – Governamental  
Natureza – PL 558/01  
DO. 16.823 de 11/01/02  
\* Ver Leis: [12.381/02](#) (municípios Arts. 46 e 47); [13.095/04](#); [13.454/05](#)  
Fonte – ALESC/Div. Documentação

Cria o Programa Catarinense de Inclusão Social e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina o Programa de Inclusão Social com o objetivo de elevar os níveis de desenvolvimento social e econômico dos municípios e das populações menos favorecidas do Estado.

Art. 2º O Programa de Inclusão Social dar-se-á através da implementação de políticas compensatórias voltadas:

I - às administrações municipais dos municípios com índice de Desenvolvimento Social - IDS - igual ou inferior a oitenta e cinco por cento do índice médio do Estado; e

II - às pessoas residentes nos municípios com índice de Desenvolvimento Social igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio do Estado.

Parágrafo único. Para efeito da classificação referida neste artigo será adotado o índice de Desenvolvimento Social calculado anualmente, no mês de novembro, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com base em informações socioeconômicas divulgadas por instituições oficiais.

Art. 3º Entende-se por políticas compensatórias a redistribuição dos recursos públicos do Estado com índices diferenciados para os municípios a que se refere o inciso I do artigo anterior e para a prestação de serviços públicos voltados às pessoas a que se refere o inciso II do mesmo artigo.

Art. 4º As políticas compensatórias referidas no inciso I do art. 2º compreenderão:

I - redistribuição de um adicional de dez por cento sobre a respectiva parcela, nos repasses feitos pelo Estado ao município, relacionados ao Salário Educação, Transporte Escolar e nos programas sociais implementados com recursos estaduais, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família;

II - eliminação da necessidade de contra partida financeira em todos os convênios a serem firmados pelo Estado com os respectivos municípios para a transferência de recursos estaduais;

III - eliminação dos juros e redução de cinquenta por cento nos encargos de atualização da moeda, nos financiamentos efetuados pela Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal;

IV - eliminação dos juros, redução de cinquenta por cento nos encargos de atualização da moeda e ampliação, em cinquenta por cento do prazo usual, nas operações relacionadas aos incentivos previstos no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC;

V - repasse de recursos financeiros, equivalentes aos custos pré-operacionais, para as entidades comunitárias que implementarem Programas de Microcrédito, sob a supervisão da Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A;

VI - desenvolvimento de programas específicos voltados à gradual adequação dos sistemas de transportes de responsabilidade do município;

VII - desenvolvimento de programas específicos voltados à qualificação profissional dos servidores municipais e à melhoria da gestão pública nos respectivos municípios;

VIII - desenvolvimento de programas de geração de trabalho e renda através da criação, pela Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, de linhas de crédito específicas para empreendimentos econômicos, tanto urbanos quanto rurais; c

IX - prioridade absoluta na implementação dos programas:

a) Crédito Fundiário (Programa Banco da Terra);

b) Geração de Oportunidades de Trabalho e Renda (Programas de Reflorestamento e de Agregação de Valor);

c) saneamento ambiental rural e melhoria da qualidade da vida no meio rural (Programa Micro Bacias II); e

d) Microcrédito (Programa Crédito de Confiança).

Art. 5º As políticas compensatórias referidas no inciso II do art. 2º compreenderão:

I - na área da Saúde Pública:

a) ampliação, até alcançar, num prazo de três anos, a universalização do atendimento através do Programa de Saúde da Família cabendo ao Estado arcar com as despesas complementares, necessárias à manutenção das respectivas equipes;

b) distribuição gratuita, para todos os segmentos populacionais, de medicamentos voltados à hipertensão e diabetes, bem como de outros medicamentos a serem definidos de acordo com o perfil epidemiológico de cada município;

c) desenvolvimento de programas de saneamento básico em nível unifamiliar; e

d) desenvolvimento de programas de suplementação alimentar para gestantes, nutrízes e para crianças na faixa etária de zero a seis anos, até alcançar a respectiva universalização num prazo de três anos;

II - na área da Educação:

a) ampliação, até alcançar, num prazo de três anos, a universalização do Programa Bolsa Escola, no Ensino Fundamental, concorrendo o Estado com os recursos necessários à complementação de idêntico programa implementado pelo Governo Federal;

b) constituição de classes especiais voltadas à aceleração da aprendizagem e à redução da repetência;

c) implementação de programas voltados à formação e à requalificação dos professores das redes estadual e municipal de ensino;

d) atendimento gradual, até alcançar, num prazo de três anos, a cem por cento da demanda relacionada a material escolar e demais complementos necessários à frequência à escola, no ensino fundamental, tanto na rede estadual quanto na municipal; e

e) universalização, no prazo de dois anos do acesso à *INTERNET-2* para todas as unidades escolares das redes estadual e municipal de ensino;

III - na área social:

a) ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, universalizando o atendimento, num prazo de três anos;

b) manutenção de programas permanentes voltados ao Apoio Sócio-Educativo de crianças e adolescentes em situação de risco social; e

c) instituição gradual, até alcançar a universalização num prazo de cinco anos, de programas de renda mínima destinados a famílias não atingidas por qualquer dos programas previstos neste artigo e que possuam renda mensal inferior a meio salário mínimo.

Art. 6º Os recursos necessários à implementação das políticas compensatórias previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei serão destacados das dotações orçamentárias destinadas aos municípios e/ou a programas específicos.

Art. 7º Na implementação do Programa de Inclusão Social será observado:

I - no projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias serão listados, separadamente, os municípios a que se referem os incisos I e II do art. 2º desta Lei;

II - no projeto de lei do Orçamento Anual serão especificadas, separadamente, as dotações orçamentárias destinadas à execução do Programa; e

III - na Mensagem Anual, a que se refere o inciso X do art. 71 da Constituição Estadual, será apresentado, como anexo, relatório circunstanciado sobre o desenvolvimento do Programa no respectivo exercício.

Parágrafo único. Até o dia 28 de fevereiro de 2002, o Chefe do Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado propondo as alterações orçamentárias necessárias à execução do Programa no decorrer do referido exercício.

Art. 8º A execução das ações do Programa de Inclusão Social será feita em parceria com as prefeituras municipais e respectivas comunidades, dando-se preferência ao desenvolvimento daquelas ações e/ou serviços que contarem com maior aporte de recursos locais, quer financeiros, quer humanos, quer materiais.

Art. 9º No prazo de sessenta dias contados da vigência desta Lei o Chefe do Poder Executivo promoverá a sua regulamentação, considerando:

I - a execução do Programa obedecerá ao que dispuser o respectivo Plano de Ação, a ser elaborado por grupo de trabalho, de caráter permanente, constituído por ato do Chefe do Poder Executivo e integrado por representantes de todos os órgãos da

Administração Estadual envolvidos com a sua execução e mais um representante indicado pela Federação Catarinense das Associações dos Municípios - FECAM;

II - o Plano de Ação referido no inciso anterior será aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo e encaminhado, para conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado, como anexo do projeto de lei do Orçamento Anual;

III - o Estado apoiará a constituição de Organizações Não-Governamentais nos municípios beneficiários do Programa, cabendo às mesmas a assessoria na elaboração dos Planos de Ação, o acompanhamento da execução e a avaliação dos respectivos resultados;

IV - os serviços voluntários decorrentes da aplicação do art. 170 da Constituição do Estado serão dirigidos, preferencialmente, aos municípios e às organizações sociais das áreas abrangidas pelo Programa;

V - o Estado promoverá gestões junto ao Governo Federal objetivando a captação de recursos complementares ao desenvolvimento das ações previstas na presente Lei; e

VI - a classificação de todos os municípios do Estado pelo seu respectivo índice de Desenvolvimento Social; os Planos de Ação bem como os respectivos relatórios de avaliação serão disponibilizados para o conhecimento da população, através de meio eletrônico, em site específico.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2002.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
Governador do Estado

## **ANEXO B – Resumo da Lei 12.120/2002 – Programa Catarinense de Inclusão Social**

### **Resumo da Lei Estadual No 12.120, de 9/1/2002.**

Os objetivos fundamentais da Lei Catarinense de Homogeneização Social, que cria o Programa Catarinense de Inclusão Social, visam promover a operacionalização de políticas compensatórias voltadas:

1. às administrações municipais com Índice de Desenvolvimento Social – IDS – igual ou inferior a oitenta e cinco por cento do índice médio do Estado;
2. às pessoas residentes nos municípios com Índice de Desenvolvimento Social igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio do Estado.

#### Municípios

As políticas compensatórias voltadas aos municípios compreendem:

- I. redistribuição de um adicional de 10% sobre respectiva parcela, nos repasses feitos pelo Estado ao município, relacionados ao Salário Educação, Transporte Escolar e nos programas sociais implementados com recursos estaduais, no âmbito da Secretária do Desenvolvimento Social e da Família. As características de cada uma dessas ações estão descritas a seguir:
  - I.1. Salário Educação: A Lei Federal determina que do retorno do Salário Educação, 50% pertencerá ao Estado e os restantes 50% devem ser redistribuídos, proporcionalmente ao número de alunos, entre o Estado e os Municípios. A Lei Estadual beneficia ainda mais os municípios: ela define que o total do retorno (100%) será redistribuído entre o Estado e os Municípios, proporcionalmente ao número de alunos de cada rede. Os municípios integrantes do ProCIS recebem, além da quota redistribuída conforme critério especificado acima, mais um adicional de 10% sobre o respectivo valor;
  - I.2. Transporte Escolar: Como ressarcimento das despesas dos municípios com o transporte escolar o Estado repassa aos municípios:
    - R\$100,00/ano por aluno transportado em trajetos de 6 a 12 km;
    - R\$150,00/ano por aluno transportado em trajetos superiores a 12 Km.
 Para municípios integrantes do ProCIS, os repasses são, respectivamente, de R\$ 120,00 e R\$ 200,00. Adicionalmente a esses valores o Estado doou, no exercício de 2002, um veículo para transporte escolar para cada um dos 16 municípios de menor IDS do Estado.
  - I.3. Programas Sociais: São os seguintes os Programas Sociais implementados em favor dos municípios de Santa Catarina:
    - I.3.1. PAC: Programa de Atenção à Criança de zero a 6 anos: objetiva o atendimento às crianças da faixa etária oriundas de famílias de extrema carência e/ou em situação de risco pessoal ou social.

- I.3.2. API: Programa de Apoio à Pessoa Idosa: o programa se destina às pessoas idosas acima de 60 anos e seus familiares, vulnerabilizados pela pobreza e/ou em situação de risco pessoal e/ou social.
- I.3.3. PPD: Programa de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência: o objetivo é prestar atendimento em instituições especializadas, de forma sistematizada e continuada.
- I.3.4. PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: o objetivo do programa é a erradicação do trabalho infantil tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.
- I.3.5. ASEMA: Programa de Apoio Sócio Educativo em Meio Ambiente: o programa é implementado através da realização de atividades voltadas à proteção, desenvolvimento e socialização de crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 18 anos.
- I.3.6. AGENTE JOVEM: O programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano objetiva atender, através de um conjunto articulado de ações, adolescentes de 15 a 17 anos, em situação de risco social.
- I.3.7. Benefícios Eventuais: Auxílio natalidade e auxílio funeral às famílias absolutamente carentes.
- II. Eliminação da necessidade de contra partida financeira em todos os convênios a serem firmados pelo Estado com os respectivos municípios para a transferência de recursos estaduais.
- III. Eliminação dos juros e redução de cinquenta por cento nos encargos de atualização da moeda, nos financiamentos efetuados pela Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal.
- IV. Eliminação dos juros, redução de cinquenta por cento nos encargos de atualização da moeda e ampliação em cinquenta por cento do prazo usual, nas operações relacionadas aos incentivos previstos no Programa Catarinense de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC.
- V. Repasse dos recursos financeiros equivalentes aos custos pré-operacionais para as entidades comunitárias que implementarem Programas de Microcrédito, sob a supervisão da Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A.
- VI. Desenvolvimento de Programas específicos voltados à gradual adequação dos sistemas de transportes de responsabilidade do município.
- VII. Desenvolvimento de programas específicos voltados à qualificação profissional dos servidores municipais e à melhoria da gestão pública nos respectivos municípios.
- VIII. Desenvolvimento de Programas de geração de trabalho e renda através da criação, pela Agência de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, de linhas de crédito específicas para empreendimentos econômicos tanto urbanos quanto rurais.
- IX. Prioridade absoluta na implementação de Programas:
  - a - Crédito Fundiário (Programa Banco da Terra);



- b - Geração de Oportunidades de Trabalho e Renda (Programas de Reflorestamento e Agregação de Valor);
- c - Saneamento Ambiental Rural e Melhoria da qualidade de vida no meio rural (Programa Micro bacias II)

### Pessoal

#### I. Na área da Saúde Pública:

- a - ampliação até alcançar num prazo de 3 anos, a universalização do atendimento através do Programa de Saúde da Família cabendo ao Estado arcar com as despesas complementares, necessárias à manutenção das respectivas equipes;
- b - distribuição gratuita, para todos os segmentos populacionais, de medicamentos voltados à hipertensão e diabetes, bem como de outros medicamentos a serem definidos de acordo com o perfil epidemiológico de cada município;
- c - desenvolvimento de programas de saneamento básico em nível unifamiliar;
- d - desenvolvimento de programas de suplementação alimentar para gestantes, nutrizes e para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, até alcançar a respectiva universalização num prazo de três anos.

#### II. Na área da Educação:

- a - ampliação, até alcançar, num prazo de três anos, a universalização do Programa Bolsa Escola, no Ensino Fundamental, concorrendo o Estado com os recursos necessários à complementação de idêntico programa implementado pelo Governo Federal;
- b - constituição de classes especiais voltadas à aceleração de aprendizagem e à redução de repetência;
- c - implementação de programas voltados à formação e a requalificação dos professores das redes estadual e municipal de ensino;
- d - atendimento, até alcançar num prazo de três anos, a cem por cento da demanda relacionada a material escolar e demais complementos necessários à frequência escolar no ensino fundamental, tanto da rede estadual quanto da municipal;
- e - universalização, no prazo de dois anos do acesso à INTERNET-2 para todas as unidades escolares das redes estadual e municipal d ensino.

#### III. Na área Social:

- a - ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, universalizando o atendimento, num prazo de três anos;
- b - manutenção de programas permanentes voltados ao Apoio Sócio Educativo de crianças e adolescentes em situação de risco social;
- c - universalização gradual, até alcançar 100%, num prazo de cinco anos, de programas de renda mínima destinados às famílias não atingidas por qualquer dos programas previstos neste artigo e que possuam renda mensal inferior a meio salário mínimo.

### Princípios garantidores do Programa

A Lei estabelece (artigo 7) três princípios que garantem o Programa:

- a - listagem obrigatória e separada dos municípios integrantes do Programa na Lei das Diretrizes Orçamentárias;
- b - especificação, separadamente, das dotações orçamentárias destinadas à execução do Programa no Projeto e Lei do orçamento anual;
- c - apresentação, em anexo à Mensagem Anual do Governador à Assembléia Legislativa do Estado, de relatório do desenvolvimento do Programa no exercício anterior.

#### Parceria

A execução das ações do Programa de Inclusão Social será feita em parceria com as prefeituras municipais e respectivas comunidades, dando-se preferência ao desenvolvimento daquelas ações e/ou serviços que contarem com maior aporte de recursos locais, quer financeiros, quer humanos, quer matérias.

#### Elaboração, execução e acompanhamento do Programa

Da legislação de infere que:

- a - Plano de Ação: anualmente será elaborado um Plano de Ação que disporá sobre a execução do Programa. O chefe do Poder Executivo é quem adota;
- b - Grupo Permanente: haverá um Grupo Permanente de Trabalho integrado por representantes de todos os órgãos da administração estadual envolvidos com a sua execução, mais um representante indicado pela FECAM e a quem cabe elaborar o Plano de Ação;
- c - Grupo Executivo e Grupo de Acompanhamento: o Grupo Permanente se subdivide em Executivo e de Acompanhamento;
- d - Grupo Executivo: ficará incumbido da elaboração e implementação do Plano de Ação;
- e - Grupo de Acompanhamento: será responsável pela avaliação do programa e pelo monitoramento do respectivo IDS. A este grupo caberá todo o acompanhamento estatístico necessário ao cálculo do IDS de todos os municípios do Estado.
- f - Composição dos grupos Executivo e de Acompanhamento: O Grupo Executivo será integrado por dois representante de cada órgão – um titular e um suplente – e mais um representante da FECAM. O Grupo de Acompanhamento será integrado por um representante de cada órgão do Estado cuja ação possa ter reflexos no IDS e mais um representante da FECAM. O chefe do Poder Executivo é que designa os integrantes dos grupos.

#### Coordenação Geral do Programa

Haverá um Coordenador Geral do Programa, designado pelo Governador.

**Santa Catarina – O Bom Exemplo: relatório de governo do quadriênio 1999/2002. pag. 33-36.**

É interessante ressaltar a preocupação com o cumprimento da lei em foco na proposta orçamentária para o ano 2004.

“Art. 50. Para os efeitos do disposto no inciso I do art. 7º da Lei nº 12.190, de 9 de janeiro de 2002, o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício fiscal de 2004 contemplará dotações para a implementação de ações do Programa de Inclusão Social nos seguintes municípios:

I – municípios a que se refere o inciso I do art. 2º da Lei nº 12.120, de 9 de janeiro de 2002:

Classificação	Município	IDS
238	Marema	0,793
239	Nova Itaberaba	0,792
240	Princesa	0,792
241	Ipuacu	0,792
242	Herval D'Oeste	0,792
243	Santa Terezinha do Progresso	0,789
244	Ponte Serrada	0,788
245	Irati	0,787
246	Caxambu do Sul	0,787
247	Chapadão do Lageado	0,786
248	Capão Alto	0,785
249	Monte Carlo	0,784
250	Balneário Arroio do Silva	0,779
251	Araquari	0,778
252	Monte Castelo	0,778
253	Águas de Chapecó	0,777
254	Bocaina do Sul	0,777
255	Palmeira	0,776
256	Urubuci	0,776
257	Garuva	0,773
258	São João do Sul	0,773
259	Passo de Torres	0,772
260	Irani	0,771

261	Angelina	0,770
262	Passos Maia	0,769
263	Praia Grande	0,768
264	Pedras Grandes	0,768
265	Balneário Gaivotas	0,767
266	Entre Rios	0,764
267	Rio Rufino	0,763
268	Ibicaré	0,762
269	Bom Jesus	0,756
270	Bom Jardim da Serra	0,755
271	Alfredo Wagner	0,754
272	Irineópolis	0,752
273	Vargem	0,749

---

*II – municípios a que se refere o inciso II da Lei nº 12.120, de 9 de janeiro de 2002:*

Classificação	Município	IDS
274	Ouro Verde	0,746
275	Vitor Meireles	0,744
276	Lebon Régis	0,740
277	Imaruí	0,734
278	Saltinho	0,734
279	Anita Garibaldi	0,733
280	Abdon Bartista	0,730
281	Flor do Sertão	0,729
282	Santa Terezinha	0,726
283	Brunópolis	0,722
284	Calmon	0,722
285	Campo Belo do Sul	0,718
286	Painel	0,715
287	Matos Costa	0,713
288	Macieira	0,710
289	São José do Cerrito	0,701

290	Bela Vista do Toldo	0,698
291	Bandeirante	0,683
292	Cerro Negro	0658
293	Timbó Grande	0,629

---

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente

”

**ANEXO C - Pacto de Indicadores de Atenção Básica à Saúde****Portaria nº12/GM Em 07 de janeiro de 2000.**

O Ministro de Estado da Saúde, Interino, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de avaliação da Atenção Básica, estabelecido pela Portaria GM/MS n.º 3.925, de 13 de novembro de 1998;

considerando que a Comissão Intergestores Tripartite delegou a seleção dos indicadores de acompanhamento da atenção básica para o ano 2000 aos representantes técnicos das três esferas de governo, reunidos em Brasília durante os dias 13 e 14 de dezembro de 1999, e

considerando as conclusões dessa reunião, resolve:

Art. 1º Definir que no ano 2000 o processo de pactuação entre os estados e os municípios e entre o Ministério da Saúde e os estados, para a melhoria dos indicadores de Atenção Básica, obedecerá a mesma sistemática estabelecida na Portaria GM/MS nº 832, de 28 de junho de 1999.

Art. 2º Aprovar os indicadores para o acompanhamento da Atenção Básica no ano 2000, constantes do Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Definir que as metas propostas por estados e municípios para o ano 2000, estejam sempre de acordo com os parâmetros estabelecidos nos Anexos I e II desta portaria.

Art. 4º Estabelecer que o Ministério da Saúde, por intermédio da Comissão de Acompanhamento dos Indicadores da Atenção Básica, criada pela Portaria GM/MS nº 832, de 28 de junho de 1999, sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde, remeterá, às Secretarias Estaduais de Saúde, as informações disponíveis

referentes aos indicadores selecionados para 2000, do último ano disponível, até 30 de março de 2000.

Art. 5º Recomendar que os estados definam indicadores de avaliação da atenção básica, de âmbito estadual, como estratégia de acompanhamento de políticas e prioridades específicas.

§ 1º Os formulários referentes ao Termo de Compromisso, a ser firmado entre os gestores estaduais e municipais, e à Planilha de Metas, são os constantes dos Anexos I e II desta Portaria.

§ 2º Os formulários de que trata o Parágrafo 1º deste Artigo deverão ser enviados à Fundação Nacional de Saúde, até 30 de abril de 2000, por meio magnético.

Art. 5º Definir que a capacidade instalada nos municípios para a prestação da assistência básica, informada pelo gestor municipal no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA-SUS, seja conferida pela Secretaria Estadual de Saúde, por meio de vistoria, a ser realizada durante o primeiro trimestre de 2000.

Parágrafo Único. Nos casos em que as informações encontradas no cadastro do SIA/SUS não estiverem de acordo com as encontradas pela secretaria estadual, o cadastro deverá ser alterado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BARJAS NEGRI

**Portaria nº 779/GM    Em 14 de julho de 2000.**

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições,

considerando a necessidade de incorporar ao processo de avaliação da Atenção Básica, estabelecido pela Portaria GM/MS n.º 3.925, de 13 de novembro de 1998, as recomendações da Oficina de Avaliação do Pacto da Atenção Básica, realizada no período de 3 a 5 de maio de 2.000 com a participação de representantes da Secretaria de Políticas de Saúde/MS, Secretaria de Assistência à Saúde e Centro Nacional de Epidemiologia /FNS/MS, de representantes dos conselhos Estaduais de Secretários Municipais de Saúde e de representantes das Secretarias Estaduais de Saúde, resolve:

Art. 1º Revogar o Art. 3º da Portaria GM/MS nº 12 de 7 de janeiro de 2.000.

Art. 2º Publicar no Anexo I desta Portaria a relação de indicadores a serem pactuados no ano 2.000 pelos municípios e no Anexo II a relação dos indicadores a serem pactuados no ano 2.000 pelos estados.

Art. 3º Publicar no Anexo III desta Portaria as Normas Técnicas que definem parâmetro, fonte e método de cálculo de cada indicador e que deverão orientar a produção e análise dos indicadores aprovados.

Art. 4º Definir que os estados deverão remeter para o Ministério da Saúde em meio magnético, até o dia 31/07/2.000, a avaliação do processo de pactuação referente ao ano de 1.999 e a planilha de metas para o ano 2.000, de acordo com o modelo disponibilizado pelo Ministério da Saúde na referida Oficina.



Art. 5º Definir que os estados deverão remeter para o Ministério da Saúde até o dia 31/07/2.000 (data de postagem) a Planilha de Metas do Estado com assinatura do Secretário Estadual de Saúde, conforme modelo apresentado no Anexo IV desta Portaria.

Art. 6º Revogar o Art. 6º da Portaria GM/MS nº 12 de 7 de janeiro de 2.000 publicada no DOU de 12/01/2.000.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ SERRA

**Portaria nº 21 de 5 de janeiro de 2005**

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando que o Pacto dos Indicadores da Atenção Básica constitui instrumento nacional de monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde referentes a esse nível de atenção;

Considerando que esse Pacto é base para negociação de metas, com vistas à melhoria no desempenho dos serviços da atenção básica e situação de saúde da população, a serem alcançadas por municípios e estados tendo como referencial legal a Norma Operacional de Assistência à Saúde – NOAS SUS 01/2002, aprovada pela portaria nº 373/GM, de 27 de fevereiro de 2002 e da portaria nº 384/GM, de 04 de abril de 2003;

Considerando que a Programação Pactuada e Integrada da Vigilância em Saúde PPI-VS foi aprovada em 9 de dezembro de 2004;

Considerando a necessidade da realização da pactuação de metas do Pacto da Atenção Básica no mesmo período da Programação Pactuada e Integrada da Vigilância em Saúde;

Considerando que a Comissão Intergestores Tripartite - CIT adiou, para a reunião de 17/02/05, a discussão da portaria que regulamentará a portaria nº 2.023/GM de 23 de setembro de 2004,

resolve:

Art. 1º Aprovar a Relação de Indicadores da Atenção Básica – 2005, constante no Anexo I desta portaria, cujos indicadores deverão ser pactuados entre municípios, estados e Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Os indicadores de que trata este artigo deverão ser calculados e analisados conforme as orientações constantes da nota técnica no Anexo II desta portaria.

Art. 2º Estabelecer as orientações, fluxos e prazos para a avaliação das metas pactuadas por municípios e estados, no ano de 2004, no Anexo III desta Portaria.

Art. 3º Estabelecer os mecanismos, fluxos e prazos para o processo de pactuação das metas para o ano de 2005, por município e estado, nos Anexos IV e V desta Portaria.

Art. 4º Constituir Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, composto por representantes das áreas técnicas para negociação das metas a serem pactuadas com os estados na efetivação do Processo de Pactuação dos Indicadores da Atenção Básica.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Humberto Costa

Ministro da Saúde

## ANEXO I da Portaria nº 21 de 5 de janeiro de 2005

**Relação dos Indicadores do Pacto da Atenção Básica 2005, para município segundo número de habitantes e Estado.**

<b><u>Saúde da Criança</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>	<b><u>Município c/ menos de 80 mil habitantes</u></b>	<b><u>Município c/ 80 mil ou mais habitantes</u></b>	<b><u>Estado</u></b>
Número absoluto de óbitos em menores de um ano de idade	X	-	-
Taxa de mortalidade infantil;	X	X	X
Proporção de nascidos vivos com baixo - peso ao nascer;	X	X	X
Proporção de óbitos em menores de um ano de idade por causas mal definidas;	X	X	X
Taxa de internações por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos de idade;	X	X	X
Homogeneidade da cobertura vacinal por tetra valente em menores de um ano de idade.	-	-	X
<b><u>Indicadores Complementares</u></b>			
Número absoluto de óbitos neonatais;	X	-	-
Taxa de mortalidade neonatal.	X	X	X
<b><u>Saúde da Mulher</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>			
Taxa de mortalidade materna;	-	X	X
Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal;	X	X	X
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados.	-	X	X
Razão entre exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária;	X	X	X
<b><u>Indicadores Complementares</u></b>			
Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de colo do útero;	X	X	X
Taxa de mortalidade de mulheres por câncer de mama;	X	X	X
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	X	X	X
<b><u>Controle da Hipertensão</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>			
Taxa de internações por acidente vascular cerebral (AVC);	X	X	X
Taxa de mortalidade por doenças cérebro-vasculares.	X	X	X

<b><u>Indicador Complementar</u></b>			
Taxa de internações por insuficiência cardíaca congestiva (ICC)	X	X	X
<b><u>Controle da Diabetes Mellitus</u></b>			
<b><u>Indicador Principal</u></b>			
Proporção de internações por cetoacidose e coma diabético mellitus	X	X	X
<b><u>Indicador Complementar</u></b>			
Proporção de internações por diabetes mellitus	X	X	X
<b><u>Controle da Tuberculose</u></b>			
Proporção de abandono de tratamento da tuberculose.	X	X	X
<b><u>Indicadores Complementares</u></b>			
Taxa de incidência de tuberculose pulmonar positiva;	X	X	X
Taxa de mortalidade por tuberculose.	X	X	X
<b><u>Eliminação de Hanseníase</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>			
Proporção de abandono de tratamento da hanseníase;	X	X	X
Taxa de detecção de casos novos de hanseníase.	X	X	X
<b><u>Indicadores Complementares</u></b>			
Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados	X	X	X
Taxa de prevalência da hanseníase;	X	X	X
Proporção do grau de incapacidade I e II registrados no momento do diagnóstico.	X	X	X
<b><u>Saúde Bucal</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>			
Cobertura de primeira consulta odontológica;	X	X	X
Razão entre os procedimentos odontológicos coletivos e a população de 0 a 14 anos.	X	X	X
<b><u>Indicador Complementar</u></b>			
Proporção de exodontias em relação às ações odontológicas básicas individuais.	X	X	X
<b><u>Gerais</u></b>			
<b><u>Indicadores Principais</u></b>			
Proporção da população coberta pelo programa de saúde da família (PSF);	X	X	X
Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.	X	X	X

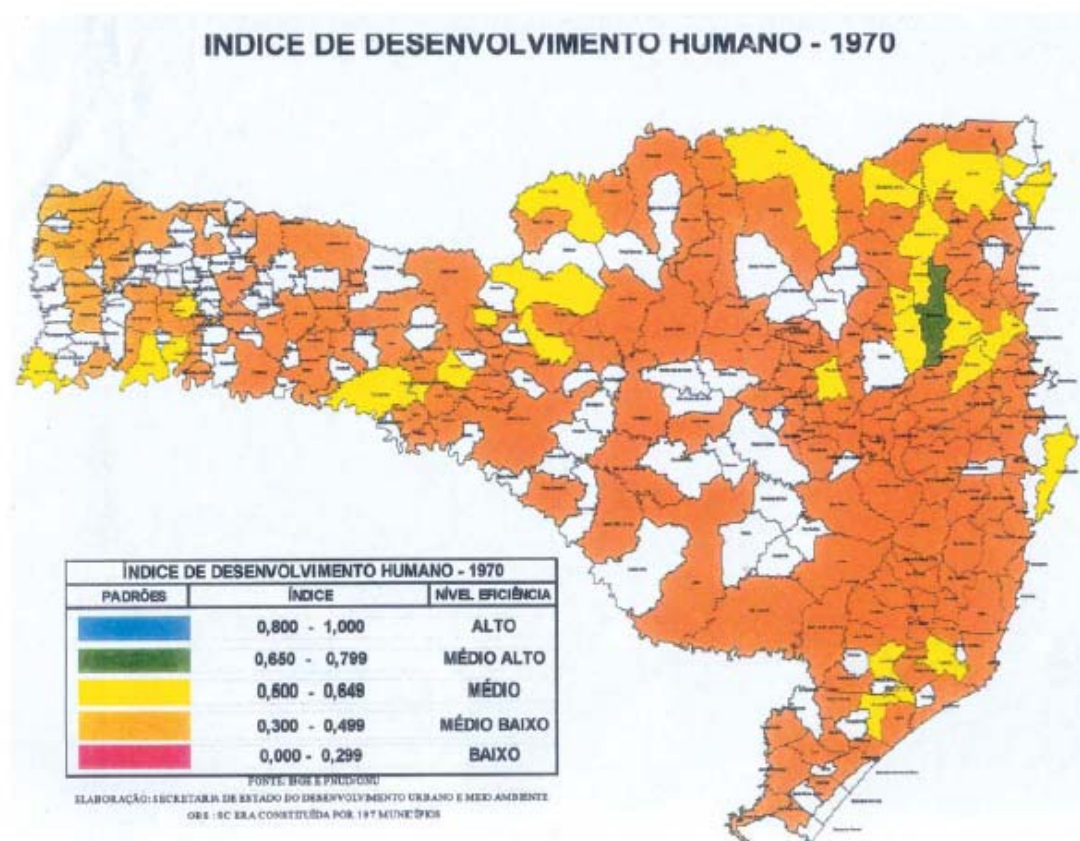
<b><u>Indicador Complementar</u></b>			
Média mensal de visitas domiciliares por família.	X	X	X

# ANEXO D - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Brasil – 1991/ 2000

Estado	IDHM 1991	IDHM 2000
BRASIL	0,696	0,766
1 DISTRITO FEDERAL	0,799	0,844
<b>2 SANTA CATARINA</b>	<b>0,748</b>	<b>0,822</b>
3 SÃO PAULO	0,778	0,820
4 RIO GRANDE DO SUL	0,753	0,814
5 RIO DE JANEIRO	0,753	0,807
6 PARANÁ	0,711	0,787
7 MATO GROSSO DO SUL	0,716	0,778
8 GOIÁS	0,700	0,776
9 MATO GROSSO	0,685	0,773
10 MINAS GERAIS	0,697	0,773
11 ESPÍRITO SANTO	0,690	0,765
12 AMAPÁ	0,691	0,753
13 RORAIMA	0,692	0,746
14 RONDÔNIA	0,660	0,735
15 PARÁ	0,650	0,723
16 AMAZONAS	0,664	0,713
17 TOCANTINS	0,611	0,710
18 PERNAMBUCO	0,620	0,705
19 RIO GRANDE DO NORTE	0,604	0,705
20 CEARÁ	0,593	0,700
21 ACRE	0,624	0,697
22 BAHIA	0,590	0,688
23 SERGIPE	0,597	0,682
24 PARAÍBA	0,561	0,661
25 PIAUÍ	0,566	0,656
26 ALAGOAS	0,548	0,649
27 MARANHÃO	0,543	0,636

Fonte: PNUD/ONU, 2003

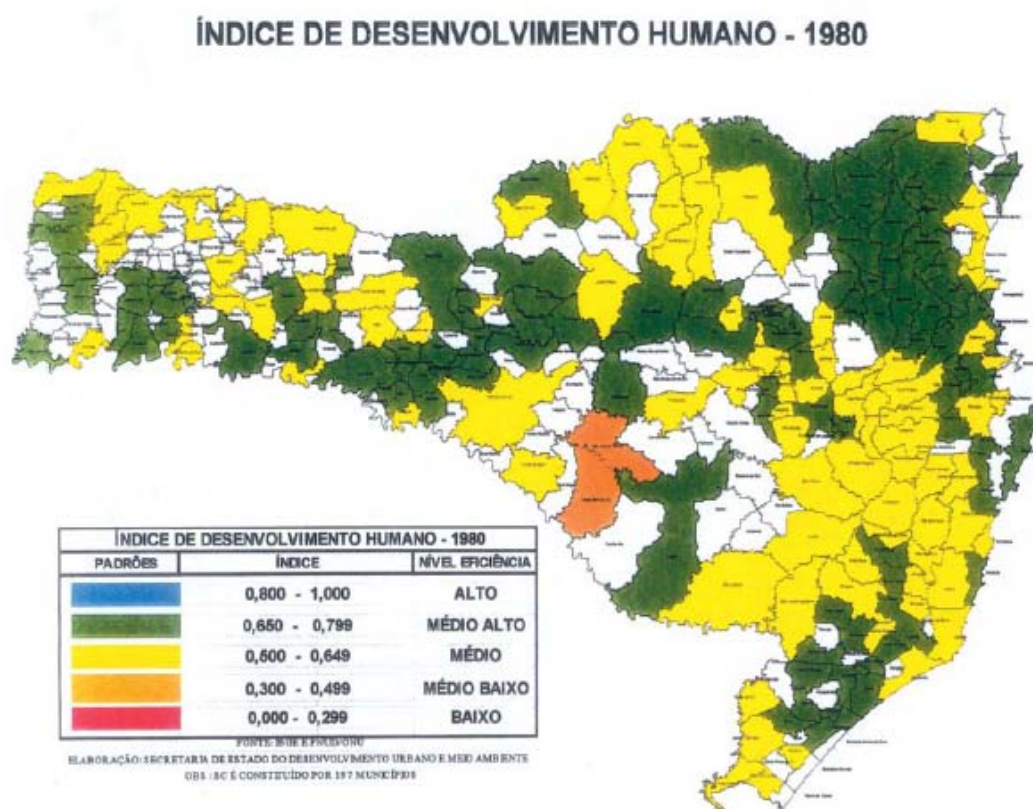
## ANEXO E – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1970



Fonte: PNUD/ONU, 2003



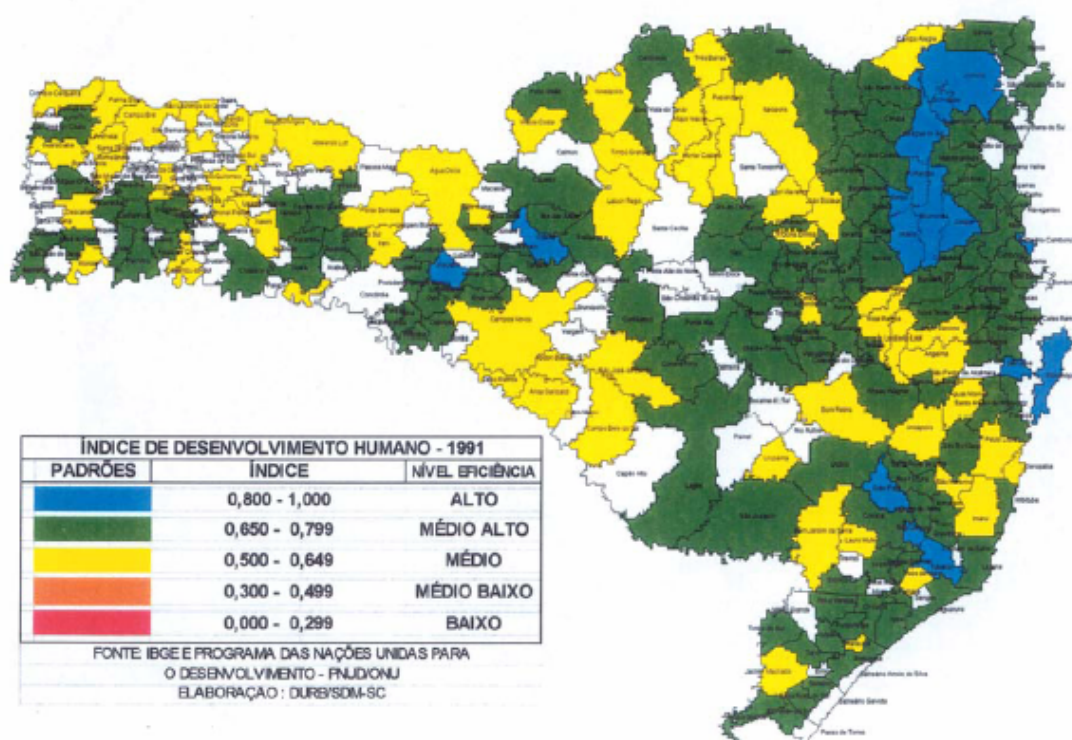
## ANEXO F – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1980



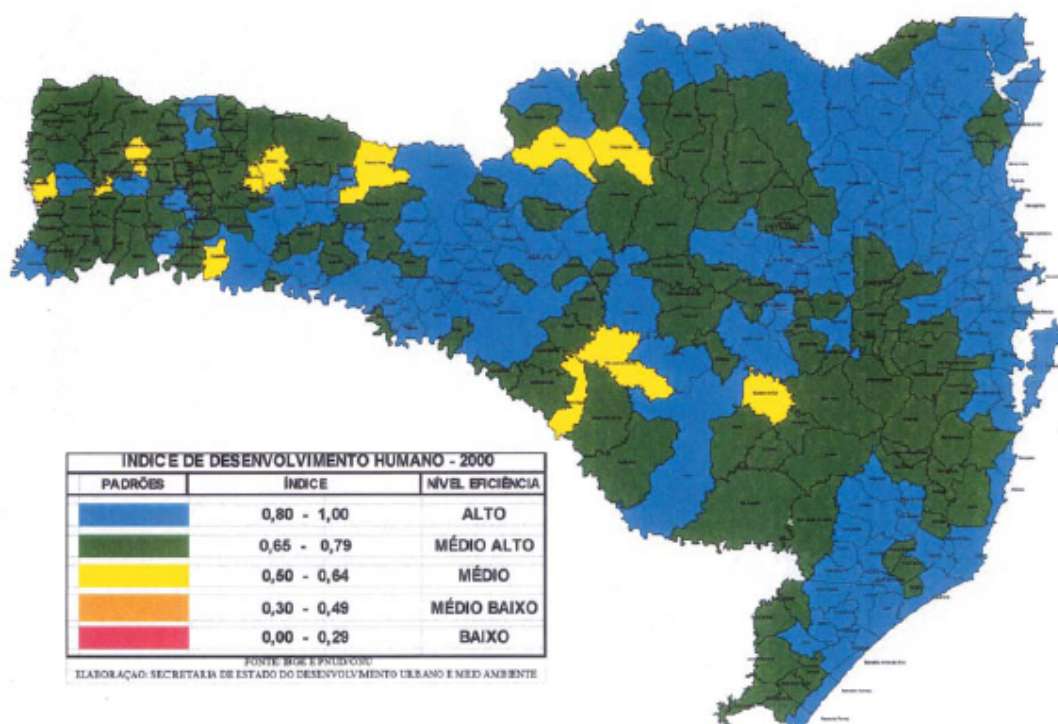
Fonte: PNUD/ONU, 2003

## ANEXO G – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 1991

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1991



Fonte: PNUD/ONU, 2003

**ANEXO H – Índice de Desenvolvimento Humano, Santa Catarina – 2000****ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 2000**

Fonte: PNUD/ONU, 2003

## ANEXO I – Indicadores de Desenvolvimento Social: Mortalidade

Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Abdon Batista	20	15	17	17	12	14	9	9	14
Abelardo Luz	60	70	86	80	67	86	79	77	86
Agrolândia	62	58	55	50	60	59	51	43	44
Agronômica	27	27	27	26	26	21	15	25	24
Água Doce	21	39	33	47	41	57	55	37	35
Águas de Chapeco	34	38	32	36	32	40	47	41	31
Águas Frias	13	8	14	7	16	10	15	13	12
Águas Mornas	34	32	37	25	35	26	31	47	30
Alfredo Wagner	47	37	32	45	51	57	34	29	53
Alto Bela Vista	0	0	14	17	10	7	3	3	12
Anchieta	39	38	39	35	34	29	29	46	32
Angelina	30	36	40	42	63	38	37	52	55
Anita Garibaldi	53	64	67	49	54	53	55	64	49
Anitópolis	19	33	26	18	26	15	28	19	24
Antonio Carlos	37	24	23	32	25	32	36	34	33
Apiuna	47	51	49	61	40	57	48	46	43
Arabuta	26	20	38	23	32	26	36	35	39
Araquari	86	77	79	67	89	94	84	75	76
Araranguá	321	296	305	303	317	312	292	297	335
Armazém	43	41	44	43	35	51	53	41	47
Arroio Trinta	11	16	22	18	20	21	21	16	14
Arvoredo	3	7	5	6	11	15	9	11	12
Ascurra	41	38	43	37	54	41	41	41	44
Atalanta	26	18	25	26	17	28	18	24	23
Aurora	17	26	29	30	31	22	24	35	29
Balneário Arroio do Silva	0	0	9	36	26	29	34	30	41
Balneário Barra do Sul	21	27	29	32	33	33	34	37	37
Balneário Camboriú	284	317	313	349	382	387	394	405	414
Balneário Gaivota	0	1	14	22	26	26	30	28	30
Bandeirante	0	0	2	20	29	13	11	20	7
Barra Bonita	0	0	3	9	13	9	18	13	9
Barra Velha	96	75	87	97	95	97	103	93	103
Bela Vista do Toldo	0	22	22	27	25	23	26	22	38
Belmonte	19	13	11	14	10	5	12	7	16
Benedito Novo	60	65	68	59	57	50	65	69	75
Biguaçu	223	237	229	225	199	219	223	237	211
Blumenau	1249	1253	1246	1268	1168	1206	1280	1353	1458
Bocaina do Sul	0	17	28	20	21	21	27	17	13
Bom Jardim da Serra	13	20	20	19	21	34	22	21	31
Bom Jesus	0	13	12	12	4	11	13	13	13
Bom Jesus do Oeste	0	0	1	10	13	13	7	4	9
Bom Retiro	46	43	54	52	41	57	59	53	53
Bombinhas	22	31	29	22	21	42	42	44	51
Botuvera	22	22	22	18	21	21	24	12	25
Braco do Norte	98	91	92	115	112	115	122	146	120
Braco do Trombudo	37	23	31	24	37	23	29	24	26
Brunópolis	0	1	7	23	20	13	17	20	24
Brusque	406	388	369	402	421	402	435	452	426

Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cacador	356	333	353	391	348	367	388	358	393
Caibi	28	31	34	26	43	35	30	34	39
Calmon	4	4	14	10	7	19	16	18	6
Camboriu	200	196	231	232	266	223	224	222	247
Campo Alegre	59	78	80	77	70	70	92	80	66
Campo Belo do Sul	49	48	41	41	46	54	49	53	51
Campo Ere	105	91	94	74	61	71	51	57	52
Campos Novos	175	183	188	197	180	142	175	182	186
Canelinha	50	45	49	47	52	61	39	50	58
Canoinhas	362	313	373	331	315	308	335	301	359
Capao Alto	0	0	19	16	17	19	23	20	19
Capinzal	82	79	68	73	86	102	100	88	92
Capivari de Baixo	111	103	97	99	91	90	109	111	112
Catanduvas	32	31	31	27	25	37	41	40	42
Caxambu do Sul	35	23	22	29	23	46	35	30	24
Celso Ramos	18	20	15	10	11	15	11	20	12
Cerro Negro	23	26	17	25	23	19	21	21	21
Chapadão do Lageado	0	0	7	14	18	8	4	17	13
Chapeco	602	561	544	554	663	618	664	676	649
Cocal do Sul	40	60	62	40	59	53	58	67	65
Concordia	307	326	296	313	316	304	317	320	300
Cordilheira Alta	11	23	13	16	12	17	19	20	19
Coronel Freitas	41	51	47	51	42	48	52	44	44
Coronel Martins	14	12	10	18	9	3	8	5	7
Correia Pinto	85	77	90	65	77	68	88	81	88
Corupa	75	67	100	104	102	108	81	79	90
Criciuma	833	817	857	774	822	798	868	946	866
Cunha Pora	73	68	61	62	87	68	65	74	62
Cunhatai	0	0	6	11	9	11	6	12	10
Curitibanos	255	244	206	206	198	221	247	233	233
Descanso	47	47	38	54	53	43	54	46	50
Dionisio Cerqueira	88	70	77	82	80	73	93	84	86
Dona Emma	22	21	21	28	20	20	26	22	19
Doutor Pedrinho	24	12	17	16	21	25	19	26	20
Entre Rios	0	0	0	2	4	3	9	9	20
Ermo	0	12	4	10	18	7	13	4	12
Erval Velho	29	20	33	25	24	32	22	34	19
Faxinal dos Guedes	60	43	50	68	41	46	36	46	50
Flor do Sertao	0	3	12	14	5	15	7	4	6
Florianopolis	1606	1510	1576	1593	1647	1639	1687	1678	1856
Formosa do Sul	6	11	10	8	16	11	5	13	16
Forquilha	61	60	57	56	53	71	67	63	77
Fraiburgo	146	138	146	162	169	146	160	132	139
Frei Rogerio	0	0	11	11	18	14	23	16	8
Galvao	34	35	14	26	22	18	25	24	27
Garopaba	56	47	62	52	71	59	59	70	76
Garuva	62	58	61	50	61	47	49	72	66
Gaspar	210	201	224	222	193	200	230	224	233
Governador Celso Ramos	68	65	45	66	53	52	49	59	63
Grao Para	23	23	29	38	29	30	29	30	24
Gravatal	66	48	52	48	51	45	65	51	65
Guabiruba	55	62	50	52	59	76	62	65	72

Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Guaraciaba	59	46	65	53	58	67	54	51	49
Guaramirim	98	92	119	142	120	116	140	114	115
Guaruja do Sul	31	26	38	39	30	28	29	34	30
Guatambu	24	29	26	23	23	24	16	21	24
Herval d'Oeste	89	88	96	100	117	109	129	119	116
Ibiam	0	0	10	8	3	9	6	12	9
Ibicare	29	22	31	17	25	24	21	19	19
Ibirama	105	101	76	103	114	111	95	111	117
Icara	211	184	229	199	224	220	213	230	204
Ilhota	51	60	47	55	63	40	60	66	61
Imarui	115	129	122	104	107	103	105	113	96
Imbituba	228	231	188	225	261	231	236	231	238
Imbuia	18	28	31	28	29	30	25	28	19
Indaial	220	224	202	217	227	214	214	231	216
Iomere	0	0	5	11	9	22	10	14	14
Ipira	29	36	34	32	33	36	39	26	36
Ipora do Oeste	25	36	45	44	41	47	39	45	43
Ipuacu	20	19	18	18	19	20	19	12	23
Ipumirim	28	35	38	43	33	35	26	31	28
Iraceminha	22	27	27	15	23	24	32	24	19
Irani	47	50	38	24	45	50	41	40	50
Irati	9	6	10	15	12	13	13	9	15
Irineopolis	64	66	72	55	65	65	42	69	56
Ita	44	48	38	29	33	26	26	27	41
Itaiopolis	175	140	164	109	138	145	166	122	124
Itajai	884	871	879	896	874	884	912	969	975
Itapema	104	87	118	108	109	111	129	137	146
Itapiranga	67	60	86	80	56	71	63	67	79
Itapoa	29	34	22	33	30	42	32	38	41
Ituporanga	124	113	110	89	99	108	104	125	110
Jabora	29	22	26	25	13	32	16	27	28
Jacinto Machado	61	59	75	59	61	57	68	51	74
Jaguaruna	97	99	68	84	72	81	81	81	91
Jaragua do Sul	478	452	510	485	543	521	480	528	542
Jardinopolis	6	7	5	1	7	5	5	5	7
Joacaba	235	209	218	198	188	137	146	131	116
Joinville	2048	1945	1967	1963	1935	1987	1986	1940	2107
Jose Boiteux	19	19	22	24	31	23	18	28	24
Jupia	0	0	11	7	10	8	10	16	18
Lacerdopolis	9	18	17	11	16	7	11	13	18
Lages	1005	1008	953	945	974	969	971	948	1007
Laguna	369	330	304	345	316	320	317	317	337
Lajeado Grande	8	7	10	8	5	5	11	6	12
Laurentino	30	24	29	31	25	19	30	30	29
Lauro Muller	94	95	80	77	85	87	105	88	108
Lebon Regis	63	62	70	68	58	71	77	52	76
Leoberto Leal	16	17	17	13	17	17	22	12	13
Lindoia do Sul	15	21	34	23	17	24	22	20	25
Lontras	70	65	73	58	60	57	52	68	53
Luiz Alves	51	45	38	52	40	39	46	54	35
Luzerna	0	21	25	30	33	32	36	50	25
Macieira	6	2	11	7	4	8	4	9	5

Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mafra	373	329	373	331	389	335	301	328	334
Major Gercino	16	21	34	19	25	20	19	17	28
Major Vieira	44	40	51	48	47	53	53	42	45
Maracaja	40	26	18	27	19	37	23	36	33
Maravilha	115	96	76	94	114	112	74	116	102
Marema	22	19	17	12	14	11	16	10	9
Massaranduba	83	80	71	81	77	86	69	77	71
Matos Costa	5	5	14	18	11	18	15	14	21
Meleiro	42	51	37	46	32	40	38	45	45
Mirim Doce	13	23	25	12	18	12	16	18	19
Modelo	26	24	26	23	34	40	16	18	13
Mondai	59	44	57	54	67	60	55	51	51
Monte Carlo	46	42	34	43	62	52	56	48	39
Monte Castelo	62	68	72	59	69	52	44	48	65
Morro da Fumaca	53	64	64	67	75	69	78	85	74
Morro Grande	16	12	10	11	9	14	11	9	10
Navegantes	155	192	210	211	200	217	223	235	264
Nova Erechim	19	13	10	12	17	21	20	12	19
Nova Itaberaba	15	13	17	20	19	25	21	18	19
Nova Trento	55	54	48	60	70	58	64	46	52
Nova Veneza	64	47	47	56	50	56	58	54	66
Novo Horizonte	16	10	11	18	12	10	18	27	8
Orleans	113	99	107	124	115	121	91	113	106
Otacilio Costa	74	78	85	71	78	72	94	75	76
Ouro	39	38	49	34	36	37	45	39	43
Ouro Verde	8	11	13	10	11	7	10	8	11
Paial	0	0	8	11	11	3	8	6	4
Painel	0	4	11	8	24	17	9	15	20
Palhoca	411	379	398	423	443	429	469	438	483
Palma Sola	37	39	29	43	36	37	42	38	45
Palmeira	0	0	6	16	16	21	12	10	4
Palmitos	88	107	106	123	107	109	101	81	106
Papanduva	110	99	104	104	108	90	100	93	100
Paraíso	36	24	11	20	20	26	28	31	15
Passo de Torres	9	10	18	16	21	16	24	14	10
Passos Maia	20	15	20	20	22	28	18	24	18
Paulo Lopes	29	31	38	29	31	37	41	35	32
Pedras Grandes	28	28	26	25	26	32	40	27	31
Penha	105	88	96	104	97	103	105	111	129
Peritiba	14	11	14	23	19	10	15	15	21
Petrolândia	47	30	41	22	27	40	23	24	44
Picarras	58	60	54	61	66	69	68	67	79
Pinhalzinho	48	59	51	58	60	51	55	55	57
Pinheiro Preto	6	14	11	12	15	20	17	10	9
Piratuba	31	24	31	29	31	31	25	23	33
Planalto Alegre	11	5	12	8	8	5	9	8	12
Pomerode	157	141	141	158	162	175	147	166	160
Ponte Alta	34	26	27	46	42	57	44	32	47
Ponte Alta do Norte	21	14	17	20	21	25	18	16	18
Ponte Serrada	66	63	55	59	70	61	71	59	68
Porto Belo	36	57	52	77	48	54	49	49	58
Porto União	309	200	244	222	242	193	219	215	218

Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Pouso Redondo	76	71	77	66	70	62	57	81	84
Praia Grande	54	47	45	48	30	47	42	28	45
Presidente Castelo Branco	9	6	12	12	5	10	13	11	15
Presidente Getulio	74	74	82	78	87	73	60	90	93
Presidente Nereu	10	11	9	15	10	25	7	9	10
Princesa	0	0	4	10	16	7	11	20	7
Quilombo	72	60	52	53	32	69	51	50	44
Rancho Queimado	12	13	8	20	25	15	24	20	21
Rio das Antas	49	30	28	29	32	43	38	38	38
Rio do Campo	40	33	28	35	40	35	51	41	40
Rio do Oeste	45	40	42	49	40	45	48	40	34
Rio do Sul	310	342	311	329	311	310	327	306	329
Rio dos Cedros	70	68	57	62	63	68	65	70	71
Rio Fortuna	21	20	20	33	22	21	20	30	23
Rio Negrinho	222	207	219	182	216	245	243	225	198
Rio Rufino	9	14	17	11	14	9	5	12	19
Riqueza	22	25	22	31	29	15	17	21	35
Rodeio	77	61	73	72	65	60	77	75	62
Romelandia	36	43	41	37	35	39	30	42	37
Salete	43	42	30	28	39	31	36	42	24
Saltinho	0	1	10	13	19	25	20	18	22
Salto Veloso	8	16	24	30	18	14	16	16	12
Sangao	36	38	43	22	40	43	44	39	35
Santa Cecilia	99	109	98	112	112	102	83	86	99
Santa Helena	11	14	8	12	11	13	10	10	10
Santa Rosa de Lima	12	11	8	9	13	7	16	11	9
Santa Rosa do Sul	40	45	51	43	41	46	43	42	37
Santa Terezinha	38	49	53	42	53	38	27	49	39
Santa Terezinha do Progresso	0	3	3	20	20	17	16	17	13
Santiago do Sul	0	1	2	13	4	7	12	7	5
Santo Amaro da Imperatriz	87	73	76	82	97	93	89	90	92
Sao Bento do Sul	284	318	320	322	342	331	304	347	349
Sao Bernardino	0	1	6	12	5	5	13	13	10
Sao Bonifacio	20	32	20	16	23	26	27	16	18
Sao Carlos	64	56	54	65	54	65	56	61	64
Sao Cristovao do Sul	19	17	20	24	21	30	28	23	25
Sao Domingos	43	50	45	38	46	44	57	53	55
Sao Francisco do Sul	230	212	220	212	226	232	229	216	277
Sao Joao Batista	59	72	71	81	81	65	80	88	65
Sao Joao do Itaperiu	19	15	15	13	16	20	17	17	20
Sao Joao do Oeste	39	30	33	32	35	26	32	36	32
Sao Joao do Sul	37	35	34	25	36	37	37	24	20
Sao Joaquim	151	156	143	146	130	153	128	149	135
Sao Jose	769	734	773	742	754	822	812	902	920
Sao Jose do Cedro	91	71	82	72	71	64	58	77	78
Sao Jose do Cerrito	55	47	45	57	58	56	59	58	65
Sao Lourenco do Oeste	117	107	90	91	93	109	112	82	106
Sao Ludgero	30	28	42	32	39	38	52	25	51
Sao Martinho	23	22	13	26	24	19	23	26	29
Sao Miguel da Boa Vista	5	9	11	12	16	13	7	8	9
Sao Miguel d'Oeste	191	195	217	188	172	153	173	154	167
Sao Pedro de Alcantara	0	13	22	21	32	25	20	29	30



Município Resid	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Saudades	54	46	51	40	38	37	49	39	47
Schroeder	40	36	37	41	50	51	69	48	49
Seara	81	91	76	97	67	71	78	68	77
Serra Alta	10	16	11	10	18	16	18	13	17
Siderópolis	43	68	65	58	51	50	65	52	43
Sombrio	135	113	104	123	132	135	135	122	130
Sul Brasil	12	13	20	12	9	17	18	12	16
Taio	104	108	123	92	101	97	86	95	81
Tangara	76	52	44	59	45	49	41	49	43
Tigrinhos	0	4	8	8	12	8	5	7	15
Tijucas	163	147	146	156	151	128	187	163	168
Timbe do Sul	26	32	37	27	36	24	36	30	27
Timbo	181	171	156	184	166	192	152	160	211
Timbo Grande	31	23	24	31	37	35	34	23	26
Tres Barras	104	100	110	115	120	109	76	103	97
Treviso	0	0	8	13	18	19	10	14	24
Treze de Maio	39	33	39	26	35	32	38	27	39
Treze Tilias	18	21	23	20	29	27	29	25	33
Trombudo Central	41	45	54	46	37	43	34	33	47
Tubarão	522	493	528	542	525	560	559	583	537
Tunápolis	15	26	15	21	19	17	22	29	27
Turvo	65	54	61	59	55	57	60	77	48
União do Oeste	14	20	18	15	14	23	17	9	14
Urubici	62	72	74	64	52	65	64	66	60
Urupema	12	12	15	11	21	8	16	14	12
Urussanga	118	121	99	100	99	113	130	123	113
Vargeão	17	16	14	11	18	23	15	22	20
Vargem	21	14	18	19	20	11	16	13	18
Vargem Bonita	18	27	13	18	21	26	19	30	24
Vidal Ramos	32	35	34	29	32	26	28	31	31
Videira	178	234	189	210	212	183	230	229	207
Vitor Meireles	34	32	37	26	37	29	33	34	25
Witmarsum	16	18	22	21	19	20	23	28	23
Xanxere	231	207	181	198	181	196	196	192	212
Xavantina	23	19	14	24	25	29	19	24	20
Xaxim	119	113	125	131	114	105	117	86	112
Zortea	0	0	1	12	11	12	12	12	10
Município ignorado	27	6	6	14	9	11	4	1	0
Total	27853	27031	27666	27865	28271	28261	28679	28897	29792

## ANEXO J – Indicadores de Desenvolvimento Social: IDH / PNUD

Estado de Santa Catarina Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000.

<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Santa Catarina	0,748	0,822	0,682	0,750	0,753	0,811	0,808	0,906
Abdon Batista	0,670	0,774	0,550	0,627	0,716	0,823	0,745	0,871
Abelardo Luz	0,697	0,785	0,590	0,686	0,792	0,847	0,709	0,822
Agrolândia	0,711	0,775	0,610	0,668	0,762	0,805	0,761	0,853
Agronômica	0,715	0,811	0,611	0,706	0,779	0,850	0,754	0,878
Água Doce	0,718	0,809	0,603	0,709	0,777	0,832	0,773	0,886
Águas de Chapecó	0,672	0,781	0,550	0,702	0,718	0,796	0,747	0,845
Águas Frias	0,688	0,799	0,563	0,708	0,756	0,785	0,746	0,903
Águas Mornas	0,695	0,783	0,571	0,671	0,794	0,834	0,721	0,843
Alfredo Wagner	0,680	0,778	0,614	0,700	0,740	0,820	0,685	0,813
Alto Bela Vista	0,711	0,795	0,581	0,684	0,741	0,794	0,810	0,908
Anchieta	0,686	0,769	0,553	0,611	0,768	0,829	0,736	0,867
Angelina	0,689	0,766	0,583	0,644	0,777	0,838	0,707	0,815
Anita Garibaldi	0,633	0,750	0,505	0,618	0,724	0,806	0,671	0,825
Anitápolis	0,701	0,773	0,603	0,673	0,799	0,826	0,701	0,820
Antônio Carlos	0,731	0,827	0,628	0,720	0,793	0,882	0,773	0,879
Apiúna	0,691	0,768	0,621	0,690	0,712	0,782	0,740	0,831
Arabutã	0,728	0,812	0,631	0,732	0,741	0,805	0,812	0,899
Araquari	0,707	0,767	0,637	0,644	0,717	0,784	0,768	0,874
Araranguá	0,725	0,814	0,644	0,719	0,734	0,829	0,798	0,894
Armazém	0,714	0,795	0,620	0,700	0,768	0,833	0,755	0,852
Arroio Trinta	0,715	0,798	0,622	0,691	0,764	0,813	0,758	0,891
Arvoredo	0,699	0,751	0,618	0,639	0,766	0,794	0,713	0,821
Ascurra	0,730	0,813	0,661	0,720	0,735	0,824	0,793	0,894
Atalanta	0,715	0,810	0,604	0,699	0,762	0,839	0,780	0,891
Aurora	0,732	0,812	0,639	0,715	0,779	0,850	0,778	0,870
Balneário Arroio do Silva	0,701	0,794	0,604	0,706	0,734	0,767	0,764	0,908
Balneário Barra do Sul	0,711	0,807	0,624	0,698	0,725	0,824	0,785	0,900
Balneário Camboriú	0,797	0,867	0,782	0,859	0,751	0,803	0,857	0,940
Balneário Gaivota	0,713	0,786	0,609	0,676	0,767	0,806	0,763	0,877
Balneário Piçarras	0,709	0,799	0,650	0,737	0,677	0,774	0,800	0,887
Bandeirante	0,664	0,765	0,493	0,621	0,763	0,829	0,737	0,845
Barra Bonita	0,653	0,743	0,504	0,609	0,721	0,775	0,733	0,845
Barra Velha	0,705	0,792	0,635	0,709	0,697	0,791	0,783	0,876
Bela Vista do Toldo	0,632	0,702	0,524	0,577	0,653	0,682	0,719	0,848
Belmonte	0,672	0,759	0,514	0,633	0,745	0,775	0,758	0,869
Benedito Novo	0,745	0,802	0,646	0,696	0,795	0,829	0,794	0,882
Biguaçu	0,755	0,818	0,657	0,725	0,816	0,839	0,793	0,890
Blumenau	0,813	0,855	0,762	0,797	0,810	0,824	0,867	0,945
Bocaina do Sul	0,648	0,716	0,522	0,621	0,707	0,733	0,715	0,793
Bom Jardim da Serra	0,669	0,758	0,590	0,671	0,694	0,759	0,723	0,843
Bom Jesus	0,669	0,734	0,574	0,640	0,706	0,732	0,726	0,830
Bom Jesus do Oeste	0,678	0,785	0,545	0,623	0,724	0,830	0,765	0,902
Bom Retiro	0,662	0,732	0,590	0,668	0,677	0,717	0,720	0,811
Bombinhas	0,733	0,809	0,635	0,731	0,775	0,808	0,788	0,889
Botuverá	0,728	0,795	0,640	0,695	0,795	0,824	0,750	0,866

<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
Braço do Norte	0,739	0,846	0,632	0,786	0,800	0,833	0,786	0,919
Braço do Trombudo	0,706	0,799	0,607	0,686	0,761	0,844	0,749	0,868
Brunópolis	0,635	0,742	0,508	0,602	0,765	0,823	0,631	0,800
Brusque	0,775	0,842	0,733	0,780	0,758	0,833	0,835	0,912
Caçador	0,720	0,793	0,660	0,711	0,707	0,786	0,792	0,882
Caibi	0,730	0,821	0,649	0,715	0,765	0,855	0,776	0,893
Calmon	0,634	0,700	0,555	0,565	0,683	0,744	0,663	0,790
Camboriú	0,705	0,764	0,662	0,686	0,697	0,765	0,756	0,841
Campo Alegre	0,693	0,772	0,595	0,669	0,718	0,780	0,767	0,868
Campo Belo do Sul	0,617	0,694	0,520	0,614	0,675	0,700	0,656	0,769
Campo Erê	0,649	0,728	0,528	0,633	0,685	0,718	0,733	0,832
Campos Novos	0,696	0,794	0,632	0,695	0,709	0,816	0,746	0,872
Canelinha	0,722	0,795	0,636	0,701	0,795	0,851	0,734	0,834
Canoinhas	0,696	0,780	0,608	0,697	0,673	0,747	0,807	0,896
Capão Alto	0,607	0,725	0,516	0,638	0,642	0,700	0,662	0,838
Capinzal	0,725	0,813	0,633	0,703	0,764	0,812	0,777	0,925
Capivari de Baixo	0,735	0,812	0,616	0,680	0,766	0,845	0,822	0,911
Catanduvas	0,720	0,790	0,654	0,708	0,723	0,777	0,784	0,884
Caxambú do Sul	0,649	0,738	0,532	0,645	0,675	0,718	0,741	0,851
Celso Ramos	0,677	0,762	0,536	0,614	0,739	0,821	0,755	0,850
Cerro Negro	0,598	0,686	0,479	0,560	0,690	0,759	0,625	0,740
Chapadão do Lageado	0,714	0,774	0,619	0,635	0,797	0,839	0,725	0,847
Chapecó	0,761	0,848	0,676	0,747	0,799	0,855	0,807	0,943
Cocal do Sul	0,772	0,823	0,670	0,718	0,801	0,839	0,846	0,911
Concórdia	0,774	0,849	0,689	0,765	0,808	0,855	0,824	0,927
Cordilheira Alta	0,714	0,826	0,589	0,734	0,791	0,855	0,762	0,888
Coronel Freitas	0,710	0,811	0,597	0,690	0,791	0,855	0,742	0,887
Coronel Martins	0,630	0,747	0,506	0,678	0,694	0,732	0,690	0,831
Correia Pinto	0,712	0,772	0,609	0,663	0,750	0,782	0,777	0,871
Corupá	0,748	0,818	0,691	0,719	0,757	0,838	0,796	0,898
Criciúma	0,765	0,822	0,712	0,776	0,738	0,769	0,844	0,921
Cunha Porã	0,737	0,824	0,616	0,713	0,791	0,862	0,804	0,897
Cunhataí	0,723	0,831	0,567	0,706	0,791	0,879	0,811	0,907
Curitibanos	0,700	0,769	0,625	0,696	0,695	0,749	0,780	0,863
Descanso	0,726	0,796	0,584	0,671	0,787	0,823	0,806	0,894
Dionísio Cerqueira	0,690	0,747	0,584	0,650	0,733	0,762	0,753	0,830
Dona Emma	0,692	0,794	0,574	0,691	0,720	0,805	0,781	0,887
Doutor Pedrinho	0,734	0,802	0,645	0,720	0,750	0,806	0,808	0,879
Entre Rios	0,596	0,694	0,468	0,554	0,705	0,760	0,615	0,767
Ermo	0,689	0,769	0,637	0,687	0,704	0,767	0,725	0,854
Erval Velho	0,712	0,794	0,608	0,688	0,764	0,818	0,765	0,876
Faxinal dos Guedes	0,716	0,819	0,621	0,734	0,790	0,828	0,738	0,895
Flôr do Sertão	0,606	0,724	0,498	0,635	0,645	0,718	0,675	0,818
Florianópolis	0,824	0,875	0,803	0,867	0,771	0,797	0,898	0,960
Formosa do Sul	0,680	0,795	0,518	0,686	0,791	0,830	0,732	0,870
Forquilha	0,729	0,797	0,654	0,727	0,745	0,782	0,789	0,882
Fraiburgo	0,710	0,779	0,657	0,694	0,707	0,744	0,767	0,900
Frei Rogério	0,662	0,740	0,582	0,633	0,665	0,720	0,740	0,867
Galvão	0,676	0,777	0,584	0,678	0,744	0,828	0,701	0,825
Garopaba	0,682	0,785	0,572	0,683	0,784	0,834	0,689	0,839

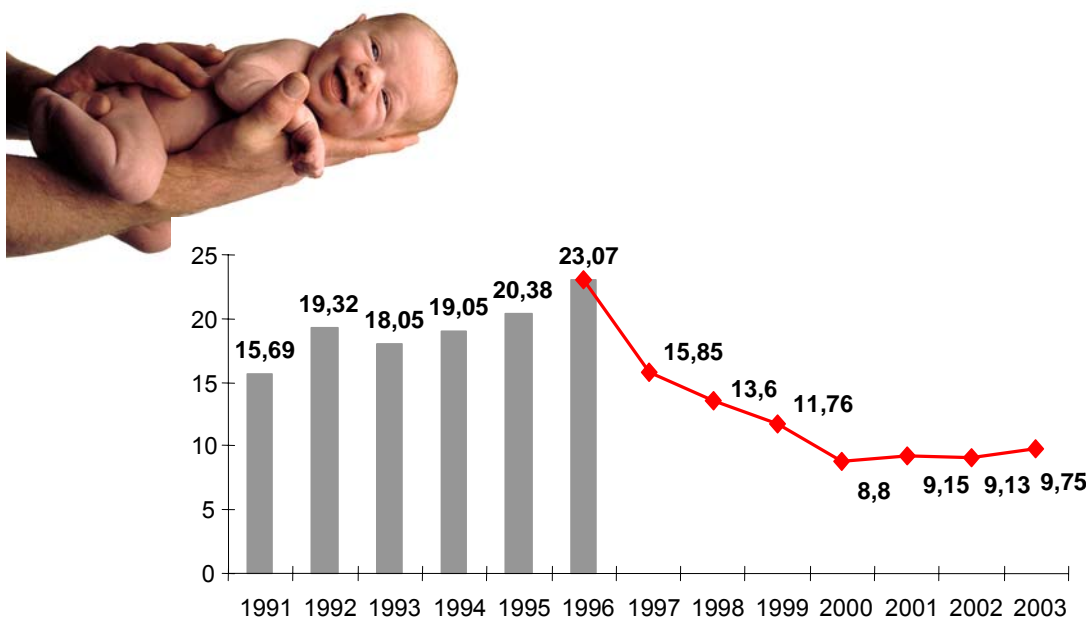
<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
Garuva	0,715	0,787	0,659	0,687	0,717	0,813	0,770	0,860
Gaspar	0,769	0,832	0,717	0,757	0,747	0,829	0,843	0,910
Governador Celso Ramos	0,717	0,790	0,632	0,681	0,786	0,830	0,734	0,860
Grão Pará	0,739	0,826	0,675	0,754	0,768	0,833	0,773	0,890
Gravatal	0,722	0,798	0,611	0,684	0,781	0,834	0,773	0,877
Guabiruba	0,758	0,829	0,673	0,741	0,810	0,850	0,792	0,897
Guaraciaba	0,708	0,785	0,561	0,667	0,766	0,801	0,797	0,888
Guaramirim	0,760	0,822	0,681	0,722	0,800	0,838	0,800	0,906
Guarujá do Sul	0,724	0,803	0,605	0,711	0,763	0,829	0,803	0,870
Guatambú	0,649	0,737	0,551	0,604	0,675	0,757	0,720	0,851
Herval d'Oeste	0,718	0,798	0,644	0,697	0,712	0,788	0,799	0,909
Ibiam	0,697	0,809	0,581	0,691	0,788	0,854	0,722	0,881
Ibicaré	0,718	0,804	0,613	0,696	0,764	0,818	0,778	0,899
Ibirama	0,748	0,826	0,651	0,727	0,779	0,850	0,813	0,900
Içara	0,716	0,780	0,627	0,680	0,747	0,772	0,773	0,887
Ilhota	0,736	0,795	0,639	0,696	0,785	0,816	0,784	0,873
Imaruí	0,678	0,742	0,593	0,647	0,742	0,773	0,700	0,806
Imbituba	0,739	0,805	0,635	0,693	0,781	0,827	0,800	0,894
Imbuia	0,702	0,777	0,651	0,697	0,735	0,787	0,721	0,846
Indaial	0,757	0,825	0,697	0,747	0,747	0,806	0,826	0,921
Iomerê	0,769	0,849	0,694	0,750	0,814	0,856	0,800	0,941
Ipira	0,720	0,804	0,590	0,699	0,741	0,805	0,828	0,908
Iporã do Oeste	0,713	0,780	0,621	0,655	0,710	0,762	0,808	0,922
Ipuação	0,680	0,716	0,684	0,605	0,694	0,732	0,663	0,812
Ipumirim	0,709	0,798	0,603	0,704	0,741	0,805	0,784	0,885
Iraceminha	0,710	0,777	0,598	0,662	0,756	0,793	0,776	0,877
Irani	0,698	0,798	0,574	0,706	0,759	0,794	0,760	0,894
Irati	0,666	0,773	0,515	0,628	0,791	0,855	0,692	0,836
Irineópolis	0,657	0,767	0,559	0,662	0,687	0,779	0,725	0,861
Itá	0,710	0,805	0,586	0,737	0,741	0,794	0,804	0,884
Itaiópolis	0,655	0,738	0,559	0,617	0,653	0,730	0,753	0,867
Itajaí	0,755	0,825	0,712	0,767	0,707	0,803	0,845	0,906
Itapema	0,725	0,835	0,681	0,806	0,696	0,794	0,797	0,906
Itapiranga	0,748	0,832	0,607	0,711	0,787	0,846	0,850	0,938
Itapoá	0,701	0,793	0,631	0,728	0,683	0,765	0,788	0,887
Ituporanga	0,757	0,825	0,703	0,714	0,797	0,865	0,771	0,897
Jaborá	0,709	0,794	0,595	0,692	0,788	0,818	0,743	0,871
Jacinto Machado	0,688	0,757	0,600	0,649	0,729	0,767	0,736	0,854
Jaguaruna	0,702	0,793	0,624	0,706	0,757	0,804	0,726	0,868
Jaraguá do Sul	0,790	0,850	0,750	0,779	0,761	0,819	0,860	0,952
Jardinópolis	0,684	0,763	0,590	0,623	0,731	0,775	0,731	0,890
Joaçaba	0,816	0,866	0,752	0,793	0,814	0,856	0,881	0,949
Joinville	0,779	0,857	0,729	0,776	0,761	0,859	0,846	0,936
José Boiteux	0,688	0,771	0,595	0,670	0,728	0,796	0,741	0,846
Jupiá	0,641	0,752	0,510	0,662	0,727	0,771	0,687	0,824
Lacerdópolis	0,734	0,854	0,649	0,796	0,760	0,856	0,792	0,909
Lages	0,731	0,813	0,671	0,744	0,699	0,782	0,822	0,914
Laguna	0,720	0,793	0,605	0,693	0,757	0,804	0,797	0,882
Lajeado Grande	0,703	0,813	0,572	0,726	0,788	0,828	0,750	0,885
Laurentino	0,737	0,825	0,634	0,738	0,779	0,850	0,798	0,887

<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
Lauro Muller	0,704	0,800	0,580	0,681	0,743	0,822	0,789	0,897
Lebon Régis	0,645	0,735	0,574	0,613	0,691	0,782	0,670	0,809
Leoberto Leal	0,673	0,748	0,590	0,661	0,740	0,773	0,689	0,811
Lindóia do Sul	0,715	0,819	0,645	0,767	0,737	0,794	0,762	0,896
Lontras	0,721	0,777	0,636	0,686	0,761	0,798	0,765	0,848
Luiz Alves	0,742	0,840	0,675	0,813	0,753	0,824	0,797	0,884
Luzerna	0,764	0,855	0,639	0,742	0,814	0,879	0,840	0,943
Macieira	0,640	0,772	0,523	0,697	0,691	0,783	0,705	0,835
Mafra	0,733	0,788	0,624	0,693	0,757	0,780	0,819	0,892
Major Gercino	0,705	0,799	0,571	0,696	0,793	0,851	0,750	0,850
Major Vieira	0,668	0,752	0,548	0,646	0,720	0,760	0,736	0,850
Maracajá	0,707	0,813	0,607	0,742	0,737	0,828	0,776	0,868
Maravilha	0,722	0,817	0,659	0,722	0,715	0,796	0,792	0,933
Marema	0,689	0,795	0,576	0,714	0,761	0,828	0,730	0,844
Massaranduba	0,769	0,835	0,708	0,735	0,803	0,880	0,795	0,890
Matos Costa	0,692	0,746	0,568	0,617	0,750	0,793	0,758	0,827
Meleiro	0,723	0,793	0,700	0,759	0,716	0,748	0,754	0,872
Mirim Doce	0,709	0,790	0,623	0,718	0,756	0,796	0,747	0,855
Modelo	0,720	0,794	0,606	0,681	0,756	0,790	0,797	0,912
Mondai	0,718	0,809	0,566	0,675	0,787	0,823	0,801	0,928
Monte Carlo	0,669	0,733	0,584	0,618	0,716	0,766	0,708	0,815
Monte Castelo	0,641	0,737	0,540	0,631	0,681	0,763	0,703	0,818
Morro da Fumaça	0,735	0,804	0,696	0,716	0,756	0,832	0,753	0,865
Morro Grande	0,738	0,790	0,674	0,665	0,792	0,856	0,749	0,849
Navegantes	0,718	0,774	0,655	0,685	0,699	0,774	0,800	0,862
Nova Erechim	0,728	0,810	0,628	0,735	0,756	0,796	0,801	0,898
Nova Itaberaba	0,668	0,759	0,587	0,681	0,706	0,747	0,712	0,849
Nova Trento	0,744	0,815	0,663	0,716	0,793	0,851	0,775	0,877
Nova Veneza	0,743	0,813	0,671	0,736	0,761	0,812	0,798	0,891
Novo Horizonte	0,656	0,752	0,565	0,675	0,675	0,718	0,729	0,863
Orleans	0,736	0,814	0,638	0,717	0,795	0,836	0,774	0,888
Otacílio Costa	0,725	0,804	0,656	0,703	0,739	0,826	0,781	0,882
Ouro	0,746	0,828	0,670	0,750	0,761	0,812	0,806	0,923
Ouro Verde	0,683	0,792	0,556	0,680	0,761	0,828	0,732	0,867
Paial	0,684	0,752	0,548	0,658	0,706	0,735	0,797	0,862
Painel	0,666	0,753	0,572	0,659	0,709	0,782	0,718	0,819
Palhoça	0,742	0,816	0,648	0,725	0,774	0,830	0,804	0,894
Palma Sola	0,664	0,757	0,549	0,648	0,710	0,769	0,734	0,855
Palmeira	0,659	0,755	0,562	0,653	0,709	0,799	0,707	0,813
Palmitos	0,713	0,799	0,582	0,727	0,756	0,803	0,801	0,867
Papanduva	0,667	0,737	0,575	0,625	0,687	0,740	0,738	0,847
Paraíso	0,679	0,773	0,514	0,642	0,777	0,829	0,747	0,847
Passo de Torres	0,696	0,789	0,616	0,673	0,734	0,816	0,739	0,877
Passos Maia	0,642	0,732	0,538	0,619	0,705	0,760	0,683	0,817
Paulo Lopes	0,683	0,759	0,578	0,644	0,774	0,830	0,696	0,803
Pedras Grandes	0,721	0,799	0,595	0,689	0,790	0,834	0,777	0,873
Penha	0,716	0,791	0,669	0,703	0,726	0,808	0,754	0,861
Peritiba	0,765	0,810	0,709	0,696	0,748	0,800	0,837	0,935
Petrolândia	0,706	0,783	0,601	0,679	0,762	0,805	0,754	0,864
Pinhalzinho	0,733	0,826	0,652	0,708	0,756	0,855	0,791	0,914

<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
Pinheiro Preto	0,771	0,818	0,688	0,697	0,788	0,818	0,838	0,940
Piratuba	0,716	0,806	0,585	0,716	0,758	0,794	0,806	0,909
Planalto Alegre	0,691	0,817	0,587	0,700	0,791	0,880	0,695	0,872
Pomerode	0,765	0,849	0,688	0,768	0,762	0,827	0,846	0,952
Ponte Alta	0,663	0,727	0,612	0,641	0,662	0,730	0,715	0,810
Ponte Alta do Norte	0,660	0,752	0,595	0,654	0,716	0,766	0,670	0,835
Ponte Serrada	0,683	0,768	0,573	0,668	0,737	0,771	0,739	0,864
Porto Belo	0,716	0,803	0,658	0,734	0,725	0,816	0,766	0,859
Porto União	0,742	0,806	0,645	0,723	0,757	0,780	0,824	0,916
Pouso Redondo	0,701	0,786	0,604	0,683	0,720	0,824	0,780	0,851
Praia Grande	0,687	0,763	0,638	0,673	0,700	0,767	0,724	0,850
Presidente Castello Branco	0,736	0,832	0,647	0,736	0,758	0,856	0,802	0,905
Presidente Getúlio	0,742	0,810	0,636	0,727	0,780	0,803	0,810	0,899
Presidente Nereu	0,692	0,774	0,588	0,645	0,780	0,837	0,709	0,840
Princesa	0,658	0,751	0,520	0,646	0,710	0,762	0,744	0,845
Quilombo	0,698	0,802	0,586	0,702	0,766	0,830	0,743	0,874
Rancho Queimado	0,702	0,773	0,592	0,678	0,799	0,820	0,714	0,822
Rio das Antas	0,730	0,803	0,615	0,684	0,796	0,837	0,780	0,888
Rio do Campo	0,720	0,797	0,595	0,677	0,803	0,850	0,762	0,863
Rio do Oeste	0,728	0,799	0,636	0,713	0,761	0,805	0,787	0,880
Rio do Sul	0,760	0,827	0,708	0,769	0,735	0,798	0,837	0,915
Rio dos Cedros	0,738	0,817	0,637	0,709	0,764	0,845	0,814	0,896
Rio Fortuna	0,733	0,822	0,592	0,713	0,795	0,836	0,812	0,918
Rio Negrinho	0,724	0,789	0,646	0,690	0,711	0,780	0,815	0,898
Rio Rufino	0,660	0,736	0,539	0,644	0,699	0,759	0,741	0,805
Riqueza	0,676	0,795	0,511	0,664	0,787	0,871	0,730	0,849
Rodeio	0,752	0,810	0,672	0,727	0,772	0,801	0,813	0,903
Romelândia	0,672	0,748	0,536	0,612	0,710	0,762	0,769	0,870
Salete	0,718	0,800	0,606	0,683	0,755	0,837	0,792	0,881
Saltinho	0,634	0,745	0,505	0,639	0,706	0,785	0,691	0,810
Salto Veloso	0,702	0,796	0,596	0,722	0,723	0,777	0,786	0,889
Sangão	0,702	0,794	0,608	0,721	0,769	0,836	0,729	0,826
Santa Cecília	0,674	0,746	0,620	0,644	0,685	0,766	0,718	0,829
Santa Helena	0,688	0,787	0,515	0,661	0,765	0,829	0,783	0,871
Santa Rosa de Lima	0,712	0,795	0,574	0,666	0,790	0,834	0,773	0,885
Santa Rosa do Sul	0,686	0,762	0,639	0,661	0,704	0,767	0,715	0,859
Santa Terezinha	0,653	0,738	0,516	0,617	0,720	0,761	0,724	0,837
Santa Terezinha do Progresso	0,625	0,745	0,474	0,633	0,706	0,775	0,696	0,826
Santiago do Sul	0,680	0,772	0,547	0,635	0,788	0,830	0,705	0,850
Santo Amaro da Imperatriz	0,740	0,843	0,632	0,718	0,798	0,834	0,791	0,978
São Bento do Sul	0,759	0,838	0,679	0,738	0,762	0,848	0,835	0,929
São Bernardino	0,634	0,748	0,482	0,645	0,698	0,749	0,721	0,849
São Bonifácio	0,721	0,785	0,589	0,654	0,794	0,837	0,781	0,864
São Carlos	0,718	0,811	0,619	0,769	0,731	0,765	0,805	0,900
São Cristóvão do Sul	0,659	0,764	0,555	0,626	0,765	0,823	0,658	0,843
São Domingos	0,699	0,793	0,572	0,729	0,761	0,789	0,764	0,862
São Francisco do Sul	0,752	0,820	0,658	0,743	0,762	0,811	0,836	0,907
São João Batista	0,739	0,819	0,654	0,725	0,785	0,845	0,779	0,887
São João do Itaperiú	0,710	0,787	0,608	0,694	0,787	0,808	0,735	0,859

<b>Brasil, Santa Catarina e Municípios</b>	<b>IDHM, 1991</b>	<b>IDHM, 2000</b>	<b>IDHM-Renda, 1991</b>	<b>IDHM-Renda, 2000</b>	<b>IDHM-Longev. 1991</b>	<b>IDHM-Longev. 2000</b>	<b>IDHM-Educação 1991</b>	<b>IDHM-Educação 2000</b>
São João do Oeste	0,726	0,811	0,577	0,661	0,742	0,823	0,860	0,949
São João do Sul	0,688	0,758	0,601	0,658	0,729	0,767	0,733	0,849
São Joaquim	0,692	0,766	0,609	0,681	0,707	0,756	0,761	0,860
São José	0,798	0,849	0,729	0,784	0,801	0,839	0,863	0,925
São José do Cedro	0,731	0,804	0,610	0,691	0,787	0,849	0,796	0,873
São José do Cerrito	0,633	0,731	0,532	0,615	0,695	0,777	0,671	0,802
São Lourenço d'Oeste	0,703	0,796	0,595	0,710	0,756	0,795	0,759	0,882
São Ludgero	0,757	0,825	0,679	0,741	0,775	0,836	0,816	0,898
São Martinho	0,719	0,816	0,581	0,736	0,790	0,834	0,786	0,879
São Miguel da Boa Vista	0,664	0,754	0,524	0,621	0,710	0,785	0,759	0,855
São Miguel d'Oeste	0,759	0,838	0,656	0,727	0,791	0,878	0,829	0,908
São Pedro de Alcântara	0,720	0,795	0,602	0,666	0,801	0,839	0,757	0,880
Saudades	0,724	0,831	0,585	0,685	0,791	0,878	0,795	0,930
Schroeder	0,752	0,838	0,678	0,757	0,761	0,838	0,817	0,919
Seara	0,736	0,832	0,680	0,729	0,758	0,855	0,770	0,912
Serra Alta	0,704	0,810	0,558	0,679	0,791	0,855	0,764	0,895
Siderópolis	0,746	0,817	0,632	0,736	0,763	0,812	0,843	0,902
Sombrio	0,721	0,804	0,620	0,707	0,767	0,829	0,776	0,876
Sul Brasil	0,672	0,771	0,519	0,627	0,788	0,830	0,710	0,856
Taió	0,723	0,809	0,648	0,719	0,733	0,813	0,789	0,894
Tangará	0,723	0,812	0,650	0,714	0,758	0,818	0,762	0,903
Tigrinhos	0,638	0,741	0,495	0,600	0,706	0,775	0,712	0,849
Tijucas	0,747	0,835	0,700	0,769	0,770	0,845	0,770	0,892
Timbé do Sul	0,682	0,773	0,598	0,708	0,729	0,767	0,718	0,844
Timbó	0,772	0,843	0,712	0,771	0,762	0,806	0,843	0,953
Timbó Grande	0,610	0,680	0,535	0,572	0,653	0,682	0,642	0,787
Três Barras	0,667	0,758	0,570	0,662	0,653	0,730	0,778	0,882
Treviso	0,703	0,806	0,580	0,705	0,739	0,812	0,790	0,900
Treze de Maio	0,698	0,796	0,601	0,714	0,742	0,818	0,750	0,855
Treze Tilias	0,730	0,813	0,654	0,727	0,723	0,813	0,812	0,899
Trombudo Central	0,743	0,818	0,654	0,711	0,780	0,850	0,794	0,892
Tubarão	0,775	0,842	0,691	0,766	0,775	0,836	0,858	0,924
Tunápolis	0,738	0,821	0,577	0,662	0,787	0,874	0,851	0,926
Turvo	0,750	0,821	0,718	0,753	0,749	0,821	0,782	0,889
União do Oeste	0,717	0,806	0,601	0,703	0,791	0,855	0,758	0,861
Urubici	0,708	0,785	0,624	0,673	0,742	0,827	0,758	0,856
Urupema	0,693	0,784	0,581	0,681	0,742	0,822	0,756	0,849
Urussanga	0,762	0,845	0,657	0,747	0,800	0,866	0,830	0,921
Vargeão	0,714	0,804	0,625	0,720	0,774	0,828	0,743	0,864
Vargem	0,663	0,768	0,508	0,651	0,765	0,823	0,716	0,831
Vargem Bonita	0,697	0,791	0,593	0,667	0,750	0,797	0,749	0,908
Vidal Ramos	0,683	0,766	0,595	0,668	0,735	0,776	0,718	0,854
Videira	0,774	0,851	0,696	0,742	0,793	0,867	0,834	0,945
Vítor Meireles	0,694	0,770	0,591	0,676	0,768	0,796	0,722	0,839
Witmarsum	0,710	0,807	0,581	0,674	0,780	0,865	0,770	0,881
Xanxerê	0,724	0,815	0,658	0,717	0,727	0,811	0,786	0,918
Xavantina	0,747	0,769	0,724	0,650	0,758	0,784	0,760	0,872
Xaxim	0,698	0,809	0,600	0,731	0,744	0,814	0,751	0,883
Zortéa	0,698	0,798	0,622	0,667	0,736	0,823	0,735	0,905

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003/PNUD/ONU

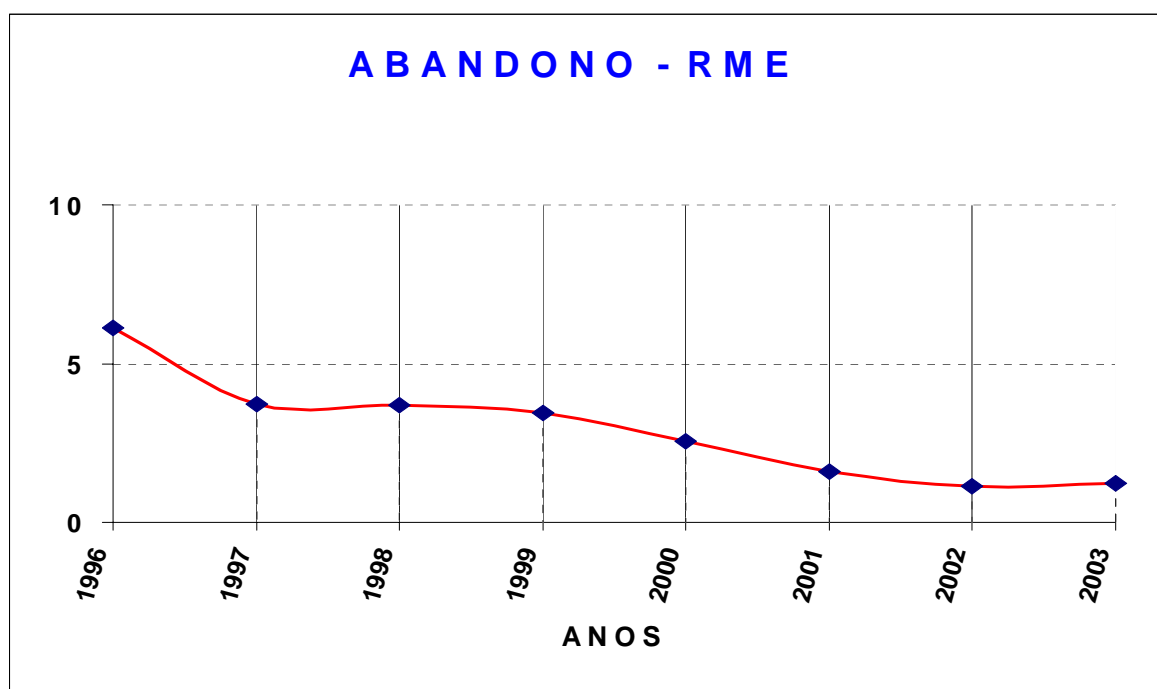
**ANEXO K – Indicadores de Desenvolvimento Social: Mortalidade Infantil****Coeficiente de Mortalidade Infantil**

Fonte: Programa Capital Criança, 2004



# ANEXO L – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação fundamental

## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL



1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
6,12	3,73	3,7	3,45	2,55	1,61	1,15	1,23

Fonte: Programa Capital Criança, 2004

## ANEXO M – Indicadores de Desenvolvimento Social: Educação (SC por municípios)

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB SC 1998-2002-2003-2004.

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
47	1	173	PORTO UNIAO	0,775	Médio baixo	0,876	Médio	13,02	0,889	Médio	1,50	0,914	Médio alto	2,77	17,89
161	2	149	PERITIBA	0,721	Médio baixo	0,815	Médio	13,01	0,879	Médio	7,86	0,910	Médio alto	3,48	26,13
57	3	48	ERMO	0,769	Médio baixo	0,819	Médio	6,51	0,842	Médio	2,75	0,905	Médio alto	7,47	17,63
40	4	86	SAO LUDGERO	0,782	Médio baixo	0,888	Médio	13,55	0,854	Médio	-3,89	0,898	Médio	5,21	14,82
105	5	134	ITAPIRANGA	0,750	Médio baixo	0,848	Médio	13,18	0,863	Médio	1,69	0,897	Médio	3,93	19,62
33	6	83	ANTONIO CARLOS	0,784	Médio baixo	0,837	Médio	6,77	0,851	Médio	1,69	0,896	Médio	5,34	14,38
1	7	205	JOACABA	0,836	Médio	0,877	Médio	4,90	0,877	Médio	0,00	0,893	Médio	1,83	6,83
110	8	133	ANCHIETA	0,748	Médio baixo	0,841	Médio	12,44	0,856	Médio	1,73	0,890	Médio	4,02	18,97
186	9	20	PRINCESA	0,708	Médio baixo	0,817	Médio	15,34	0,804	Médio	-1,53	0,889	Médio	10,55	25,55
226	10	1	MACIEIRA	0,692	Baixo	0,750	Médio baixo	8,39	0,684	Baixo	-8,81	0,888	Médio	29,92	28,41
13	11	233	SAO MIGUEL D'OESTE	0,798	Médio baixo	0,855	Médio	7,09	0,879	Médio	2,88	0,887	Médio	0,83	11,09
44	12	89	PLANALTO ALEGRE	0,777	Médio baixo	0,812	Médio	4,42	0,843	Médio	3,81	0,886	Médio	5,09	13,92
18	13	181	RIO DO SUL	0,794	Médio baixo	0,846	Médio	6,53	0,862	Médio	1,92	0,884	Médio	2,52	11,32
76	14	235	CONCORDIA	0,761	Médio baixo	0,847	Médio	11,36	0,874	Médio	3,17	0,881	Médio	0,75	15,75
115	15	113	SOMBRIO	0,747	Médio baixo	0,828	Médio	10,91	0,843	Médio	1,80	0,881	Médio	4,48	17,96
10	16	250	SAO LOURENCO DO OESTE	0,807	Médio	0,854	Médio	5,74	0,880	Médio	3,13	0,880	Médio	0,00	9,06
123	17	18	RANCHO QUEIMADO	0,742	Médio baixo	0,771	Médio baixo	3,89	0,787	Médio baixo	2,11	0,880	Médio	11,85	18,64
19	18	119	SAUDADES	0,794	Médio baixo	0,834	Médio	5,01	0,844	Médio	1,17	0,880	Médio	4,31	10,82
112	19	40	PINHALZINHO	0,747	Médio baixo	0,814	Médio	8,96	0,812	Médio	-0,30	0,880	Médio	8,34	17,70
28	20	137	LUZERNA	0,787	Médio baixo	0,848	Médio	7,71	0,847	Médio	-0,08	0,879	Médio	3,77	11,69
66	21	62	BOMBINHAS	0,764	Médio baixo	0,794	Médio baixo	3,91	0,823	Médio	3,70	0,877	Médio	6,53	14,79
7	22	100	SAO DOMINGOS	0,809	Médio	0,841	Médio	3,96	0,836	Médio	-0,56	0,876	Médio	4,73	8,26
93	23	123	SAO JOAO DO OESTE	0,753	Médio baixo	0,804	Médio	6,89	0,839	Médio	4,32	0,875	Médio	4,27	16,28
216	24	53	IBIAM	0,697	Baixo	0,786	Médio baixo	12,73	0,818	Médio	4,13	0,875	Médio	6,96	25,57
63	25	171	NOVA ERECHIM	0,765	Médio baixo	0,843	Médio	10,23	0,849	Médio	0,74	0,874	Médio	2,96	14,33
234	26	51	ALTO BELA VISTA	0,684	Baixo	0,806	Médio	17,89	0,816	Médio	1,24	0,874	Médio	7,02	27,73
15	27	110	ARARANGUA	0,796	Médio baixo	0,853	Médio	7,14	0,835	Médio	-2,13	0,873	Médio	4,57	9,66

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
220	28	33	ANITAPOLIS	0,694	Baixo	0,776	Médio baixo	11,80	0,803	Médio	3,43	0,872	Médio	8,69	25,68
244	29	80	CORONEL MARTINS	0,680	Baixo	0,797	Médio baixo	17,19	0,827	Médio	3,77	0,872	Médio	5,51	28,32
136	30	216	CORDILHEIRA ALTA	0,733	Médio baixo	0,824	Médio	12,33	0,859	Médio	4,29	0,871	Médio	1,42	18,82
39	31	154	XANXERE	0,782	Médio baixo	0,835	Médio	6,75	0,842	Médio	0,83	0,870	Médio	3,41	11,30
16	32	115	ITAJAI	0,795	Médio baixo	0,834	Médio	4,80	0,833	Médio	-0,13	0,869	Médio	4,43	9,31
11	33	122	BALNEARIO CAMBORIU	0,804	Médio	0,828	Médio	3,08	0,834	Médio	0,66	0,869	Médio	4,27	8,20
46	34	206	DESCANSO	0,775	Médio baixo	0,818	Médio	5,50	0,854	Médio	4,40	0,869	Médio	1,79	12,10
236	35	10	BARRA BONITA	0,683	Baixo	0,701	Médio baixo	2,53	0,760	Médio baixo	8,49	0,869	Médio	14,34	27,19
2	36	239	ARROIO TRINTA	0,829	Médio	0,821	Médio	-0,90	0,863	Médio	5,03	0,869	Médio	0,69	4,80
6	37	222	CRICIUMA	0,814	Médio	0,854	Médio	4,88	0,858	Médio	0,48	0,868	Médio	1,20	6,65
133	38	189	LAURENTINO	0,735	Médio baixo	0,779	Médio baixo	6,01	0,849	Médio	8,92	0,868	Médio	2,30	18,12
27	39	138	TIJUCAS	0,789	Médio baixo	0,803	Médio	1,66	0,836	Médio	4,22	0,868	Médio	3,75	9,93
135	40	200	TIMBO	0,733	Médio baixo	0,807	Médio	10,10	0,850	Médio	5,27	0,867	Médio	2,02	18,24
74	41	61	BLUMENAU	0,761	Médio baixo	0,809	Médio	6,31	0,814	Médio	0,57	0,867	Médio	6,53	13,91
26	42	82	URUSSANGA	0,790	Médio baixo	0,816	Médio	3,23	0,822	Médio	0,75	0,866	Médio	5,38	9,60
98	43	70	AGUAS FRIAS	0,751	Médio baixo	0,812	Médio	8,07	0,814	Médio	0,27	0,864	Médio	6,12	14,99
24	44	196	SAO MARTINHO	0,791	Médio baixo	0,831	Médio	5,09	0,844	Médio	1,59	0,863	Médio	2,17	9,08
70	45	183	SAO JOSE DO CEDRO	0,763	Médio baixo	0,811	Médio	6,21	0,842	Médio	3,86	0,862	Médio	2,45	13,01
53	46	41	ARMAZEM	0,770	Médio baixo	0,813	Médio	5,56	0,797	Médio baixo	-1,97	0,862	Médio	8,13	11,90
17	47	194	MODELO	0,794	Médio baixo	0,822	Médio	3,51	0,843	Médio	2,54	0,862	Médio	2,25	8,52
49	48	153	NOVA TRENTO	0,774	Médio baixo	0,743	Médio baixo	-3,97	0,833	Médio	12,06	0,861	Médio	3,41	11,29
41	49	36	ITA	0,781	Médio baixo	0,779	Médio baixo	-0,26	0,793	Médio baixo	1,73	0,861	Médio	8,60	10,19
170	50	54	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0,716	Médio baixo	0,786	Médio baixo	9,73	0,805	Médio	2,44	0,861	Médio	6,88	20,14
89	51	120	MARAVILHA	0,753	Médio baixo	0,810	Médio	7,61	0,824	Médio	1,62	0,859	Médio	4,29	14,04
36	52	118	TURVO	0,782	Médio baixo	0,820	Médio	4,83	0,823	Médio	0,30	0,859	Médio	4,35	9,72
82	53	245	JARAGUA DO SUL	0,757	Médio baixo	0,837	Médio	10,55	0,855	Médio	2,17	0,858	Médio	0,31	13,31
54	54	221	CHAPECO	0,770	Médio baixo	0,845	Médio	9,73	0,847	Médio	0,18	0,858	Médio	1,30	11,36
124	55	94	IPUMIRIM	0,742	Médio baixo	0,789	Médio baixo	6,38	0,818	Médio	3,63	0,857	Médio	4,83	15,57
101	56	81	SAO JOAO DO SUL	0,751	Médio baixo	0,802	Médio	6,81	0,812	Médio	1,32	0,857	Médio	5,44	14,12
8	57	190	BRUSQUE	0,809	Médio	0,840	Médio	3,89	0,837	Médio	-0,38	0,856	Médio	2,30	5,87
160	58	47	CAMPO ERE	0,722	Médio baixo	0,781	Médio baixo	8,25	0,796	Médio baixo	1,90	0,856	Médio	7,54	18,63

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
265	59	24	MIRIM DOCE	0,659	Baixo	0,784	Médio baixo	18,99	0,777	Médio baixo	-0,93	0,856	Médio	10,21	29,92
30	60	284	PINHEIRO PRETO	0,786	Médio baixo	0,826	Médio	5,14	0,883	Médio	6,90	0,856	Médio	-3,15	8,85
229	61	38	PARAISO	0,689	Baixo	0,803	Médio	16,46	0,789	Médio baixo	-1,76	0,856	Médio	8,47	24,09
55	62	103	COCAL DO SUL	0,770	Médio baixo	0,799	Médio baixo	3,72	0,816	Médio	2,18	0,854	Médio	4,70	10,96
214	63	15	ANGELINA	0,697	Baixo	0,647	Baixo	-7,27	0,757	Médio baixo	17,10	0,854	Médio	12,80	22,48
25	64	234	CANOINHAS	0,790	Médio baixo	0,828	Médio	4,72	0,847	Médio	2,37	0,854	Médio	0,82	8,07
12	65	143	TUBARAO	0,802	Médio	0,820	Médio	2,28	0,824	Médio	0,46	0,854	Médio	3,62	6,47
9	66	187	FLORIANOPOLIS	0,808	Médio	0,847	Médio	4,86	0,834	Médio	-1,56	0,854	Médio	2,32	5,62
179	67	42	MARACAJA	0,714	Médio baixo	0,823	Médio	15,29	0,791	Médio baixo	-3,91	0,853	Médio	7,86	19,50
131	68	230	IOMERE	0,737	Médio baixo	0,805	Médio	9,18	0,844	Médio	4,90	0,852	Médio	0,92	15,58
88	69	147	LAGUNA	0,754	Médio baixo	0,774	Médio baixo	2,57	0,823	Médio	6,37	0,852	Médio	3,50	12,92
48	70	202	GRAO PARA	0,774	Médio baixo	0,793	Médio baixo	2,44	0,835	Médio	5,31	0,852	Médio	1,98	10,02
34	71	193	MAFRA	0,784	Médio baixo	0,830	Médio	5,95	0,832	Médio	0,23	0,851	Médio	2,27	8,59
22	72	172	RIO FORTUNA	0,792	Médio baixo	0,800	Médio	1,07	0,828	Médio	3,41	0,851	Médio	2,80	7,44
207	73	56	VARGEM	0,701	Médio baixo	0,774	Médio baixo	10,47	0,797	Médio baixo	2,96	0,851	Médio	6,76	21,42
35	74	97	NOVA VENEZA	0,783	Médio baixo	0,819	Médio	4,65	0,812	Médio	-0,94	0,850	Médio	4,77	8,61
61	75	91	SERRA ALTA	0,767	Médio baixo	0,818	Médio	6,58	0,810	Médio	-1,00	0,850	Médio	4,97	10,76
94	76	266	SANTA ROSA DE LIMA	0,753	Médio baixo	0,820	Médio	8,91	0,856	Médio	4,38	0,850	Médio	-0,68	12,90
59	77	150	LAGES	0,769	Médio baixo	0,807	Médio	4,94	0,821	Médio	1,78	0,850	Médio	3,48	10,52
172	78	265	NOVO HORIZONTE	0,716	Médio baixo	0,835	Médio	16,72	0,854	Médio	2,28	0,849	Médio	-0,60	18,66
56	79	209	VIDEIRA	0,769	Médio baixo	0,838	Médio	8,89	0,835	Médio	-0,37	0,849	Médio	1,72	10,37
73	80	247	POMERODE	0,761	Médio baixo	0,843	Médio	10,65	0,847	Médio	0,48	0,849	Médio	0,30	11,51
69	81	43	MELEIRO	0,763	Médio baixo	0,810	Médio	6,17	0,787	Médio baixo	-2,89	0,849	Médio	7,86	11,20
42	82	273	GUARACIABA	0,780	Médio baixo	0,832	Médio	6,75	0,858	Médio	3,04	0,849	Médio	-1,05	8,83
5	83	98	BOM JESUS DO OESTE	0,815	Médio	0,780	Médio baixo	-4,34	0,810	Médio	3,87	0,848	Médio	4,77	4,10
193	84	167	MAREMA	0,706	Médio baixo	0,825	Médio	16,91	0,823	Médio	-0,28	0,848	Médio	3,06	20,15
141	85	127	QUILOMBO	0,730	Médio baixo	0,806	Médio	10,41	0,814	Médio	1,06	0,848	Médio	4,11	16,16
231	86	28	TREZE TILIAS	0,687	Baixo	0,747	Médio baixo	8,60	0,776	Médio baixo	3,87	0,848	Médio	9,32	23,32
117	87	59	PORTO BELO	0,746	Médio baixo	0,771	Médio baixo	3,37	0,795	Médio baixo	3,20	0,848	Médio	6,57	13,68
180	88	192	IRACEMINHA	0,713	Médio baixo	0,804	Médio	12,67	0,829	Médio	3,11	0,848	Médio	2,28	18,82
173	89	117	PALMITOS	0,716	Médio baixo	0,787	Médio baixo	10,01	0,812	Médio	3,09	0,847	Médio	4,36	18,35
228	90	17	PALMEIRA	0,690	Baixo	0,768	Médio baixo	11,34	0,755	Médio baixo	-1,62	0,846	Médio	12,02	22,70

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
23	91	259	MORRO GRANDE	0,791	Médio baixo	0,868	Médio	9,76	0,849	Médio	-2,21	0,846	Médio	-0,38	6,94
21	92	109	SALETE	0,792	Médio baixo	0,802	Médio	1,18	0,808	Médio	0,79	0,845	Médio	4,60	6,68
241	93	22	NOVA ITABERABA	0,681	Baixo	0,790	Médio baixo	15,99	0,767	Médio baixo	-2,97	0,845	Médio	10,25	24,08
102	94	145	TAIO	0,751	Médio baixo	0,806	Médio	7,32	0,816	Médio	1,31	0,845	Médio	3,54	12,57
151	95	242	CUNHATAI	0,727	Médio baixo	0,820	Médio	12,86	0,841	Médio	2,51	0,845	Médio	0,46	16,24
153	96	131	MONDAI	0,726	Médio baixo	0,800	Médio	10,20	0,812	Médio	1,53	0,845	Médio	4,04	16,40
145	97	278	PRESIDENTE GETULIO	0,729	Médio baixo	0,825	Médio	13,17	0,860	Médio	4,24	0,845	Médio	-1,75	15,89
100	98	99	LUIZ ALVES	0,751	Médio baixo	0,799	Médio baixo	6,40	0,806	Médio	0,88	0,844	Médio	4,74	12,43
58	99	271	CAIBI	0,769	Médio baixo	0,812	Médio	5,55	0,851	Médio	4,83	0,844	Médio	-0,82	9,74
86	100	101	BRACO DO NORTE	0,755	Médio baixo	0,791	Médio baixo	4,83	0,806	Médio	1,86	0,844	Médio	4,72	11,82
29	101	177	JOINVILLE	0,786	Médio baixo	0,821	Médio	4,44	0,822	Médio	0,12	0,844	Médio	2,65	7,34
223	102	30	UNIAO DO OESTE	0,693	Baixo	0,790	Médio baixo	14,01	0,774	Médio baixo	-2,03	0,844	Médio	9,00	21,74
260	103	13	RIO DOS CEDROS	0,665	Baixo	0,788	Médio baixo	18,48	0,747	Médio baixo	-5,15	0,844	Médio	12,92	26,90
157	104	208	IMBUIA	0,724	Médio baixo	0,767	Médio baixo	5,87	0,829	Médio	8,13	0,844	Médio	1,75	16,48
167	105	55	BOTUVERA	0,719	Médio baixo	0,784	Médio baixo	9,01	0,789	Médio baixo	0,67	0,843	Médio	6,80	17,20
154	106	102	FORMOSA DO SUL	0,726	Médio baixo	0,832	Médio	14,68	0,805	Médio	-3,26	0,843	Médio	4,71	16,16
192	107	6	IRANI	0,706	Médio baixo	0,789	Médio baixo	11,82	0,718	Médio baixo	-8,98	0,843	Médio	17,31	19,39
108	108	248	LINDOIA DO SUL	0,748	Médio baixo	0,827	Médio	10,51	0,842	Médio	1,81	0,842	Médio	0,06	12,58
237	109	7	SAO BONIFACIO	0,683	Baixo	0,721	Médio baixo	5,50	0,732	Médio baixo	1,52	0,842	Médio	15,02	23,19
122	110	71	GASPAR	0,742	Médio baixo	0,784	Médio baixo	5,62	0,793	Médio baixo	1,17	0,841	Médio	6,09	13,36
84	111	210	XAXIM	0,756	Médio baixo	0,802	Médio	6,11	0,827	Médio	3,19	0,841	Médio	1,69	11,34
138	112	84	GAROPABA	0,731	Médio baixo	0,762	Médio baixo	4,24	0,798	Médio baixo	4,71	0,841	Médio	5,33	14,97
159	113	128	PENHA	0,723	Médio baixo	0,810	Médio	12,10	0,808	Médio	-0,29	0,841	Médio	4,09	16,35
31	114	57	SAO CARLOS	0,786	Médio baixo	0,798	Médio baixo	1,64	0,788	Médio baixo	-1,32	0,840	Médio	6,65	6,96
140	115	169	SAO JOAO BATISTA	0,730	Médio baixo	0,746	Médio baixo	2,19	0,815	Médio	9,27	0,840	Médio	3,00	15,00
147	116	72	IMBITUBA	0,728	Médio baixo	0,776	Médio baixo	6,52	0,792	Médio baixo	2,11	0,839	Médio	5,99	15,27
119	117	240	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	0,745	Médio baixo	0,791	Médio baixo	6,10	0,834	Médio	5,44	0,839	Médio	0,67	12,62
127	118	180	SAO PEDRO DE ALCANTARA	0,739	Médio baixo	0,815	Médio	10,32	0,818	Médio	0,37	0,839	Médio	2,57	13,58
109	119	249	ARABUTA	0,748	Médio baixo	0,819	Médio	9,42	0,838	Médio	2,42	0,839	Médio	0,02	12,10
146	120	211	SAO BENTO DO SUL	0,729	Médio baixo	0,815	Médio	11,84	0,825	Médio	1,22	0,838	Médio	1,62	15,04
148	121	157	SANTA HELENA	0,728	Médio baixo	0,780	Médio baixo	7,20	0,812	Médio	4,01	0,838	Médio	3,29	15,17
77	122	163	FORQUILHINHA	0,761	Médio baixo	0,755	Médio baixo	-0,81	0,812	Médio	7,59	0,838	Médio	3,21	10,14

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
43	123	227	BELMONTE	0,779	Médio baixo	0,801	Médio	2,73	0,829	Médio	3,50	0,837	Médio	1,04	7,43
20	124	225	SANTA ROSA DO SUL	0,793	Médio baixo	0,816	Médio	2,98	0,828	Médio	1,45	0,837	Médio	1,05	5,57
90	125	244	TUNAPOLIS	0,753	Médio baixo	0,811	Médio	7,62	0,833	Médio	2,82	0,836	Médio	0,37	11,06
252	126	9	LONTRAS	0,674	Baixo	0,694	Baixo	3,05	0,729	Médio baixo	5,08	0,836	Médio	14,66	24,16
113	127	185	ITAPEMA	0,747	Médio baixo	0,827	Médio	10,70	0,817	Médio	-1,24	0,836	Médio	2,38	11,93
71	128	136	CORONEL FREITAS	0,762	Médio baixo	0,782	Médio baixo	2,69	0,805	Médio	2,92	0,836	Médio	3,82	9,72
121	129	75	FRAIBURGO	0,742	Médio baixo	0,813	Médio	9,52	0,789	Médio baixo	-2,91	0,836	Médio	5,92	12,63
104	130	219	DONA EMMA	0,750	Médio baixo	0,821	Médio	9,43	0,824	Médio	0,47	0,836	Médio	1,38	11,47
62	131	231	SEARA	0,766	Médio baixo	0,810	Médio	5,69	0,828	Médio	2,28	0,835	Médio	0,90	9,06
218	132	92	AURORA	0,695	Baixo	0,768	Médio baixo	10,45	0,796	Médio baixo	3,63	0,835	Médio	4,94	20,11
217	133	68	XAVANTINA	0,696	Baixo	0,768	Médio baixo	10,36	0,786	Médio baixo	2,37	0,835	Médio	6,20	19,98
83	134	2	LACERDOPOLIS	0,757	Médio baixo	0,745	Médio baixo	-1,58	0,665	Baixo	-10,68	0,835	Médio	25,48	10,31
106	135	224	PIRATUBA	0,749	Médio baixo	0,788	Médio baixo	5,21	0,826	Médio	4,82	0,835	Médio	1,08	11,48
279	136	52	WITMARSUM	0,636	Baixo	0,763	Médio baixo	19,99	0,780	Médio baixo	2,17	0,834	Médio	6,99	31,16
67	137	226	ICARA	0,764	Médio baixo	0,793	Médio baixo	3,78	0,825	Médio	4,01	0,833	Médio	1,05	9,07
139	138	50	ERVAL VELHO	0,731	Médio baixo	0,796	Médio baixo	8,91	0,777	Médio baixo	-2,40	0,833	Médio	7,17	13,91
275	139	14	SAO CRISTOVAO DO SUL	0,642	Baixo	0,761	Médio baixo	18,46	0,738	Médio baixo	-2,97	0,832	Médio	12,80	29,66
52	140	148	DOCTOR PEDRINHO	0,770	Médio baixo	0,800	Médio	3,90	0,802	Médio	0,21	0,830	Médio	3,50	7,76
188	141	45	MASSARANDUBA	0,707	Médio baixo	0,769	Médio baixo	8,76	0,771	Médio baixo	0,28	0,830	Médio	7,63	17,39
118	142	130	PRAIA GRANDE	0,745	Médio baixo	0,832	Médio	11,62	0,797	Médio baixo	-4,26	0,829	Médio	4,05	11,20
191	143	264	SCHROEDER	0,706	Médio baixo	0,798	Médio baixo	13,08	0,833	Médio	4,36	0,828	Médio	-0,56	17,36
258	144	141	OTACILIO COSTA	0,667	Baixo	0,759	Médio baixo	13,69	0,799	Médio baixo	5,25	0,828	Médio	3,69	24,09
263	145	11	CORREIA PINTO	0,661	Baixo	0,774	Médio baixo	17,13	0,724	Médio baixo	-6,50	0,827	Médio	14,14	25,01
14	146	95	ASCURRA	0,797	Médio baixo	0,805	Médio	0,92	0,788	Médio baixo	-2,03	0,827	Médio	4,82	3,64
144	147	78	SAO JOSE	0,729	Médio baixo	0,778	Médio baixo	6,60	0,782	Médio baixo	0,61	0,826	Médio	5,65	13,31
222	148	107	PALMA SOLA	0,694	Baixo	0,782	Médio baixo	12,70	0,790	Médio baixo	1,01	0,826	Médio	4,64	19,13
162	149	67	ITUPORANGA	0,721	Médio baixo	0,775	Médio baixo	7,58	0,777	Médio baixo	0,25	0,826	Médio	6,27	14,61
165	150	207	SANTIAGO DO SUL	0,719	Médio baixo	0,750	Médio baixo	4,19	0,811	Médio	8,23	0,825	Médio	1,76	14,75
37	151	175	VARGEAO	0,782	Médio baixo	0,792	Médio baixo	1,28	0,803	Médio	1,40	0,825	Médio	2,74	5,51
128	152	161	BARRA VELHA	0,739	Médio baixo	0,781	Médio baixo	5,73	0,799	Médio baixo	2,34	0,825	Médio	3,26	11,74
114	153	178	ABDON BATISTA	0,747	Médio baixo	0,812	Médio	8,74	0,804	Médio	-0,97	0,825	Médio	2,63	10,52
181	154	105	CORUPA	0,713	Médio baixo	0,769	Médio baixo	7,87	0,788	Médio baixo	2,44	0,825	Médio	4,66	15,65

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
197	155	188	CURITIBANOS	0,706	Médio baixo	0,789	Médio baixo	11,84	0,806	Médio	2,10	0,824	Médio	2,31	16,82
45	156	204	IBIRAMA	0,776	Médio baixo	0,800	Médio	3,06	0,808	Médio	1,06	0,824	Médio	1,88	6,11
232	157	252	ROMELANDIA	0,686	Baixo	0,809	Médio	17,84	0,824	Médio	1,83	0,823	Médio	-0,04	19,96
250	158	5	CANELINHA	0,675	Baixo	0,699	Baixo	3,47	0,702	Médio baixo	0,37	0,823	Médio	17,33	21,86
208	159	139	AGRONOMICA	0,700	Médio baixo	0,731	Médio baixo	4,35	0,794	Médio baixo	8,57	0,823	Médio	3,73	17,52
129	160	114	SAO JOAQUIM	0,738	Médio baixo	0,794	Médio baixo	7,65	0,788	Médio baixo	-0,79	0,823	Médio	4,44	11,54
3	161	258	SIDEROPOLIS	0,820	Médio	0,836	Médio	2,01	0,826	Médio	-1,26	0,823	Médio	-0,34	0,38
116	162	64	ITAIOPOLIS	0,746	Médio baixo	0,778	Médio baixo	4,34	0,773	Médio baixo	-0,64	0,823	Médio	6,45	10,35
166	163	60	JACINTO MACHADO	0,719	Médio baixo	0,797	Médio baixo	10,75	0,772	Médio baixo	-3,06	0,823	Médio	6,56	14,42
152	164	238	TANGARA	0,726	Médio baixo	0,795	Médio baixo	9,49	0,816	Médio	2,66	0,822	Médio	0,71	13,19
176	165	203	BALNEARIO BARRA DO SUL	0,715	Médio baixo	0,791	Médio baixo	10,58	0,806	Médio	1,87	0,821	Médio	1,96	14,85
96	166	159	TIGRINHOS	0,752	Médio baixo	0,760	Médio baixo	1,05	0,795	Médio baixo	4,57	0,821	Médio	3,27	9,13
87	167	176	ORLEANS	0,754	Médio baixo	0,797	Médio baixo	5,73	0,799	Médio baixo	0,15	0,820	Médio	2,67	8,71
72	168	65	AGUA DOCE	0,762	Médio baixo	0,775	Médio baixo	1,70	0,770	Médio baixo	-0,59	0,819	Médio	6,38	7,55
174	169	21	AGUAS DE CHAPECO	0,716	Médio baixo	0,792	Médio baixo	10,76	0,742	Médio baixo	-6,34	0,819	Médio	10,32	14,44
125	170	152	CACADOR	0,740	Médio baixo	0,768	Médio baixo	3,84	0,792	Médio baixo	3,02	0,819	Médio	3,41	10,64
150	171	269	TREVISÓ	0,727	Médio baixo	0,826	Médio	13,58	0,825	Médio	-0,08	0,819	Médio	-0,80	12,59
205	172	158	CELSO RAMOS	0,702	Médio baixo	0,772	Médio baixo	10,03	0,792	Médio baixo	2,56	0,818	Médio	3,29	16,55
201	173	162	VARGEM BONITA	0,703	Médio baixo	0,782	Médio baixo	11,18	0,792	Médio baixo	1,29	0,818	Médio	3,25	16,28
185	174	191	BELA VISTA DO TOLDO	0,709	Médio baixo	0,759	Médio baixo	7,13	0,799	Médio baixo	5,25	0,817	Médio	2,30	15,35
4	175	280	SALTO VELOSO	0,819	Médio	0,857	Médio	4,66	0,837	Médio	-2,31	0,816	Médio	-2,51	-0,32
171	176	76	PASSO DE TORRES	0,716	Médio baixo	0,785	Médio baixo	9,64	0,772	Médio baixo	-1,69	0,816	Médio	5,79	14,03
38	177	126	LAJEADO GRANDE	0,782	Médio baixo	0,811	Médio	3,60	0,784	Médio baixo	-3,28	0,816	Médio	4,12	4,34
273	178	146	ANITA GARIBALDI	0,647	Baixo	0,775	Médio baixo	19,75	0,788	Médio baixo	1,64	0,816	Médio	3,51	25,98
163	179	199	ARVOREDO	0,720	Médio baixo	0,768	Médio baixo	6,59	0,799	Médio baixo	4,02	0,815	Médio	2,08	13,18
206	180	46	PETROLANDIA	0,701	Médio baixo	0,773	Médio baixo	10,32	0,758	Médio baixo	-2,04	0,815	Médio	7,56	16,23
107	181	69	NAVEGANTES	0,749	Médio baixo	0,778	Médio baixo	3,97	0,767	Médio baixo	-1,40	0,815	Médio	6,17	8,84
137	182	155	RIO NEGRINHO	0,733	Médio baixo	0,781	Médio baixo	6,48	0,788	Médio baixo	0,94	0,815	Médio	3,41	11,14
134	183	214	BALNEARIO GAIVOTA	0,734	Médio baixo	0,778	Médio baixo	6,06	0,802	Médio	3,06	0,814	Médio	1,56	11,01
245	184	135	ILHOTA	0,680	Baixo	0,804	Médio	18,24	0,784	Médio baixo	-2,44	0,814	Médio	3,85	19,80
155	185	23	PAULO LOPES	0,725	Médio baixo	0,705	Médio baixo	-2,81	0,738	Médio baixo	4,76	0,814	Médio	10,21	12,21
178	186	186	RIQUEZA	0,714	Médio baixo	0,748	Médio baixo	4,86	0,795	Médio baixo	6,20	0,814	Médio	2,36	13,98



LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
257	187	111	JABORA	0,668	Baixo	0,745	Médio baixo	11,58	0,778	Médio baixo	4,43	0,813	Médio	4,50	21,77
158	188	132	OURO	0,724	Médio baixo	0,787	Médio baixo	8,70	0,782	Médio baixo	-0,72	0,813	Médio	4,03	12,26
50	189	290	IPORA DO OESTE	0,773	Médio baixo	0,845	Médio	9,34	0,867	Médio	2,58	0,813	Médio	-6,26	5,14
243	190	129	INDAIAL	0,680	Baixo	0,743	Médio baixo	9,22	0,780	Médio baixo	5,02	0,812	Médio	4,07	19,37
240	191	8	PONTE SERRADA	0,681	Baixo	0,747	Médio baixo	9,61	0,707	Médio baixo	-5,34	0,811	Médio	14,78	19,09
120	192	179	PICARRAS	0,743	Médio baixo	0,792	Médio baixo	6,60	0,791	Médio baixo	-0,17	0,811	Médio	2,58	9,17
272	193	213	MAJOR GERCINO	0,649	Baixo	0,784	Médio baixo	20,87	0,798	Médio baixo	1,79	0,811	Médio	1,57	24,97
247	194	243	CAPINZAL	0,677	Baixo	0,795	Médio baixo	17,36	0,807	Médio	1,56	0,811	Médio	0,45	19,72
235	195	201	SANTA CECILIA	0,684	Baixo	0,764	Médio baixo	11,71	0,794	Médio baixo	3,96	0,810	Médio	2,01	18,48
91	196	195	JUPIA	0,753	Médio baixo	0,800	Médio	6,31	0,792	Médio baixo	-1,04	0,809	Médio	2,19	7,51
209	197	124	IBICARE	0,700	Médio baixo	0,766	Médio baixo	9,39	0,777	Médio baixo	1,35	0,809	Médio	4,21	15,54
255	198	116	SAO BERNARDINO	0,670	Baixo	0,750	Médio baixo	12,02	0,774	Médio baixo	3,23	0,809	Médio	4,41	20,73
68	199	263	LAURO MULLER	0,764	Médio baixo	0,775	Médio baixo	1,50	0,813	Médio	4,83	0,808	Médio	-0,55	5,82
149	200	215	DIONISIO CERQUEIRA	0,727	Médio baixo	0,762	Médio baixo	4,74	0,796	Médio baixo	4,51	0,808	Médio	1,49	11,10
103	201	217	JARDINOPOLIS	0,750	Médio baixo	0,743	Médio baixo	-0,87	0,797	Médio baixo	7,18	0,808	Médio	1,39	7,72
126	202	182	JAGUARUNA	0,739	Médio baixo	0,780	Médio baixo	5,43	0,788	Médio baixo	1,07	0,808	Médio	2,52	9,24
292	203	39	CAPAO ALTO	0,582	Baixo	0,775	Médio baixo	33,36	0,745	Médio baixo	-3,95	0,807	Médio	8,35	38,78
175	204	166	TRES BARRAS	0,715	Médio baixo	0,770	Médio baixo	7,65	0,782	Médio baixo	1,57	0,806	Médio	3,09	12,72
190	205	87	BIGUACU	0,706	Médio baixo	0,770	Médio baixo	9,03	0,766	Médio baixo	-0,45	0,806	Médio	5,18	14,16
143	206	112	CAPIVARI DE BAIXO	0,730	Médio baixo	0,725	Médio baixo	-0,67	0,771	Médio baixo	6,33	0,805	Médio	4,49	10,36
262	207	261	FLOR DO SERTAO	0,663	Baixo	0,770	Médio baixo	16,10	0,808	Médio	4,97	0,805	Médio	-0,43	21,35
95	208	276	FAXINAL DOS GUEDES	0,752	Médio baixo	0,798	Médio baixo	6,08	0,816	Médio	2,27	0,804	Médio	-1,45	6,91
251	209	229	RIO DO CAMPO	0,675	Baixo	0,757	Médio baixo	12,26	0,796	Médio baixo	5,13	0,804	Médio	0,99	19,18
182	210	74	GUARAMIRIM	0,712	Médio baixo	0,768	Médio baixo	8,00	0,759	Médio baixo	-1,26	0,804	Médio	5,94	12,96
204	211	121	MAJOR VIEIRA	0,702	Médio baixo	0,794	Médio baixo	13,15	0,771	Médio baixo	-2,97	0,804	Médio	4,28	14,48
267	212	104	BOM JESUS	0,656	Baixo	0,771	Médio baixo	17,60	0,768	Médio baixo	-0,47	0,804	Médio	4,67	22,52
211	213	184	SUL BRASIL	0,698	Baixo	0,792	Médio baixo	13,40	0,784	Médio baixo	-0,97	0,803	Médio	2,44	15,04
79	214	58	PAIAL	0,760	Médio baixo	0,717	Médio baixo	-5,68	0,753	Médio baixo	4,95	0,803	Médio	6,64	5,57
51	215	165	MORRO DA FUMACA	0,771	Médio baixo	0,780	Médio baixo	1,09	0,778	Médio baixo	-0,18	0,803	Médio	3,12	4,05
248	216	108	RODEIO	0,676	Baixo	0,756	Médio baixo	11,80	0,767	Médio baixo	1,44	0,802	Médio	4,62	18,65
81	217	281	BANDEIRANTE	0,757	Médio baixo	0,787	Médio baixo	3,98	0,824	Médio	4,63	0,802	Médio	-2,64	5,92
195	218	168	GUATAMBU	0,706	Médio baixo	0,722	Médio baixo	2,33	0,778	Médio baixo	7,82	0,802	Médio	3,01	13,65



LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
111	219	106	SAO FRANCISCO DO SUL	0,747	Médio baixo	0,784	Médio baixo	4,95	0,766	Médio baixo	-2,33	0,802	Médio	4,64	7,26
169	220	142	CATANDUVAS	0,717	Médio baixo	0,744	Médio baixo	3,86	0,772	Médio baixo	3,78	0,801	Médio	3,68	11,75
221	221	144	CAXAMBU DO SUL	0,694	Baixo	0,785	Médio baixo	13,13	0,773	Médio baixo	-1,50	0,801	Médio	3,56	15,40
80	222	254	IPIRA	0,758	Médio baixo	0,790	Médio baixo	4,14	0,801	Médio	1,42	0,800	Médio	-0,07	5,54
253	223	49	URUBICI	0,673	Baixo	0,721	Médio baixo	7,04	0,745	Médio baixo	3,33	0,799	Médio baixo	7,33	18,72
202	224	212	VIDAL RAMOS	0,703	Médio baixo	0,777	Médio baixo	10,53	0,787	Médio baixo	1,22	0,799	Médio baixo	1,58	13,65
256	225	125	MONTE CASTELO	0,669	Baixo	0,738	Médio baixo	10,40	0,766	Médio baixo	3,76	0,798	Médio baixo	4,17	19,33
184	226	85	CAMPOS NOVOS	0,710	Médio baixo	0,774	Médio baixo	9,11	0,758	Médio baixo	-2,11	0,798	Médio baixo	5,29	12,46
278	227	287	ZORTEA	0,636	Baixo	0,722	Médio baixo	13,57	0,840	Médio	16,28	0,798	Médio baixo	-5,01	25,45
130	228	73	PEDRAS GRANDES	0,737	Médio baixo	0,757	Médio baixo	2,66	0,752	Médio baixo	-0,72	0,796	Médio baixo	5,98	8,02
60	229	277	GALVAO	0,767	Médio baixo	0,775	Médio baixo	1,01	0,808	Médio	4,18	0,795	Médio baixo	-1,56	3,59
78	230	289	GUARUJA DO SUL	0,761	Médio baixo	0,836	Médio	9,93	0,846	Médio	1,24	0,795	Médio baixo	-6,09	4,52
183	231	198	TIMBE DO SUL	0,711	Médio baixo	0,592	Baixo	-16,82	0,778	Médio baixo	31,57	0,795	Médio baixo	2,10	11,73
189	232	170	IRINEOPOLIS	0,706	Médio baixo	0,763	Médio baixo	8,05	0,772	Médio baixo	1,09	0,795	Médio baixo	2,98	12,48
85	233	255	PAPANDUVA	0,755	Médio baixo	0,745	Médio baixo	-1,28	0,795	Médio baixo	6,71	0,794	Médio baixo	-0,09	5,25
75	234	251	TREZE DE MAIO	0,761	Médio baixo	0,779	Médio baixo	2,30	0,795	Médio baixo	2,06	0,794	Médio baixo	-0,03	4,39
132	235	140	GUABIRUBA	0,736	Médio baixo	0,780	Médio baixo	5,86	0,766	Médio baixo	-1,74	0,794	Médio baixo	3,71	7,87
92	236	220	ATALANTA	0,753	Médio baixo	0,773	Médio baixo	2,67	0,783	Médio baixo	1,32	0,793	Médio baixo	1,30	5,38
261	237	275	SAO JOAO DO ITAPERIU	0,664	Baixo	0,804	Médio	21,13	0,801	Médio	-0,38	0,791	Médio baixo	-1,25	19,16
64	238	232	AGROLANDIA	0,764	Médio baixo	0,779	Médio baixo	1,88	0,784	Médio baixo	0,70	0,791	Médio baixo	0,89	3,50
65	239	241	HERVAL D'OESTE	0,764	Médio baixo	0,760	Médio baixo	-0,56	0,787	Médio baixo	3,47	0,791	Médio baixo	0,54	3,44
291	240	164	SAO JOSE DO CERRITO	0,587	Baixo	0,729	Médio baixo	24,23	0,766	Médio baixo	5,13	0,791	Médio baixo	3,20	34,79
213	241	253	BENEDITO NOVO	0,698	Baixo	0,740	Médio baixo	6,05	0,790	Médio baixo	6,78	0,790	Médio baixo	-0,04	13,19
187	242	267	BRACO DO TROMBUDO	0,708	Médio baixo	0,791	Médio baixo	11,64	0,795	Médio baixo	0,57	0,789	Médio baixo	-0,73	11,46
203	243	88	FREI ROGERIO	0,703	Médio baixo	0,741	Médio baixo	5,40	0,750	Médio baixo	1,27	0,789	Médio baixo	5,13	12,21
225	244	96	IMARUI	0,692	Baixo	0,725	Médio baixo	4,67	0,752	Médio baixo	3,80	0,788	Médio baixo	4,78	13,84
164	245	223	TROMBUDO CENTRAL	0,720	Médio baixo	0,746	Médio baixo	3,64	0,779	Médio baixo	4,43	0,788	Médio baixo	1,09	9,41
168	246	156	GRAVATAL	0,718	Médio baixo	0,762	Médio baixo	6,25	0,760	Médio baixo	-0,26	0,786	Médio baixo	3,30	9,47
156	247	93	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	0,725	Médio baixo	0,731	Médio baixo	0,93	0,749	Médio baixo	2,43	0,785	Médio baixo	4,84	8,39
224	248	35	OURO VERDE	0,693	Baixo	0,748	Médio baixo	8,01	0,723	Médio baixo	-3,37	0,785	Médio baixo	8,64	13,39
287	249	4	LEBON REGIS	0,610	Baixo	0,622	Baixo	2,03	0,651	Baixo	4,58	0,785	Médio baixo	20,61	28,69

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
99	250	288	ITAPOA	0,751	Médio baixo	0,769	Médio baixo	2,39	0,826	Médio	7,41	0,784	Médio baixo	-5,13	4,33
210	251	12	IRATI	0,700	Médio baixo	0,720	Médio baixo	2,87	0,691	Baixo	-4,05	0,783	Médio baixo	13,21	11,74
233	252	228	POUSO REDONDO	0,686	Baixo	0,750	Médio baixo	9,39	0,775	Médio baixo	3,30	0,783	Médio baixo	1,02	14,15
230	253	32	ARAQUARI	0,689	Baixo	0,706	Médio baixo	2,52	0,719	Médio baixo	1,83	0,782	Médio baixo	8,83	13,61
284	254	44	SANTA TEREZINHA	0,619	Baixo	0,700	Médio baixo	13,01	0,726	Médio baixo	3,78	0,782	Médio baixo	7,66	26,27
198	255	63	SANGAO	0,705	Médio baixo	0,749	Médio baixo	6,22	0,734	Médio baixo	-2,01	0,782	Médio baixo	6,50	10,85
274	256	256	SALTINHO	0,645	Baixo	0,701	Médio baixo	8,61	0,784	Médio baixo	11,89	0,782	Médio baixo	-0,33	21,12
215	257	79	GARUVA	0,697	Baixo	0,759	Médio baixo	8,80	0,740	Médio baixo	-2,40	0,781	Médio baixo	5,53	12,06
97	258	292	RIO DO OESTE	0,752	Médio baixo	0,807	Médio	7,33	0,837	Médio	3,71	0,781	Médio baixo	-6,65	3,91
199	259	29	MONTE CARLO	0,705	Médio baixo	0,717	Médio baixo	1,76	0,710	Médio baixo	-0,93	0,774	Médio baixo	9,00	9,88
177	260	31	AGUAS MORNAS	0,715	Médio baixo	0,723	Médio baixo	1,06	0,708	Médio baixo	-2,06	0,770	Médio baixo	8,85	7,74
200	261	66	VITOR MEIRELES	0,705	Médio baixo	0,727	Médio baixo	3,17	0,723	Médio baixo	-0,55	0,769	Médio baixo	6,36	9,13
280	262	37	CAMPO BELO DO SUL	0,635	Baixo	0,713	Médio baixo	12,23	0,706	Médio baixo	-1,03	0,766	Médio baixo	8,55	20,58
290	263	3	CERRO NEGRO	0,590	Baixo	0,571	Baixo	-3,24	0,627	Baixo	9,80	0,765	Médio baixo	22,04	29,65
196	264	90	PALHOCA	0,706	Médio baixo	0,738	Médio baixo	4,53	0,728	Médio baixo	-1,24	0,765	Médio baixo	5,03	8,43
194	265	25	GOVERNADOR CELSO RAMOS	0,706	Médio baixo	0,788	Médio baixo	11,68	0,693	Baixo	-12,10	0,763	Médio baixo	10,13	8,11
277	266	291	URUPEMA	0,640	Baixo	0,768	Médio baixo	20,16	0,816	Médio	6,22	0,763	Médio baixo	-6,54	19,29
254	267	197	BOM RETIRO	0,673	Baixo	0,726	Médio baixo	7,90	0,745	Médio baixo	2,73	0,762	Médio baixo	2,16	13,24
242	268	27	ENTRE RIOS	0,681	Baixo	0,768	Médio baixo	12,79	0,694	Baixo	-9,54	0,760	Médio baixo	9,49	11,72
142	269	151	RIO DAS ANTAS	0,730	Médio baixo	0,751	Médio baixo	2,94	0,734	Médio baixo	-2,32	0,759	Médio baixo	3,47	4,05
246	270	174	CAMPO ALEGRE	0,679	Baixo	0,683	Baixo	0,55	0,738	Médio baixo	8,13	0,759	Médio baixo	2,76	11,72
32	271	293	CUNHA PORÁ	0,785	Médio baixo	0,822	Médio	4,67	0,847	Médio	3,12	0,759	Médio baixo	-	-3,36
239	272	285	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	0,682	Baixo	0,840	Médio	23,18	0,786	Médio baixo	-6,51	0,757	Médio baixo	-3,63	10,98
264	273	272	ABELARDO LUZ	0,660	Baixo	0,755	Médio baixo	14,47	0,761	Médio baixo	0,80	0,754	Médio baixo	-0,97	14,28
282	274	237	BOCAINA DO SUL	0,631	Baixo	0,744	Médio baixo	18,00	0,748	Médio baixo	0,45	0,753	Médio baixo	0,72	19,38
259	275	77	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	0,666	Baixo	0,748	Médio baixo	12,26	0,712	Médio baixo	-4,77	0,753	Médio baixo	5,69	12,99
266	276	274	APIUNA	0,658	Baixo	0,748	Médio baixo	13,55	0,755	Médio baixo	1,03	0,747	Médio baixo	-1,07	13,50
227	277	246	CAMBORIÚ	0,690	Baixo	0,734	Médio baixo	6,31	0,744	Médio baixo	1,36	0,746	Médio baixo	0,31	8,08
249	278	160	JOSE BOITEUX	0,676	Baixo	0,712	Médio baixo	5,28	0,722	Médio baixo	1,53	0,746	Médio baixo	3,26	10,38

LUGAR SC 1998	LUGAR SC 2004	LUGAR VARIAÇÃO 04-02	MUNICÍPIOS	ÍNDICE - IDEB 1998	NÍVEL - 1998	ÍNDICE - IDEB 2002	NÍVEL - 2002	VARIAÇÃO 2002/98 - %	ÍNDICE - IDEB 2003	NÍVEL - 2003	VARIAÇÃO 2003/02 - %	ÍNDICE - IDEB 2004	NÍVEL - 2004	VARIAÇÃO 2004/03 - %	VARIAÇÃO 2004/98 - %
283	279	262	PAINEL	0,620	Baixo	0,700	Médio baixo	12,95	0,745	Médio baixo	6,37	0,741	Médio baixo	-0,51	19,53
238	280	283	PONTE ALTA	0,683	Baixo	0,773	Médio baixo	13,18	0,764	Médio baixo	-1,16	0,740	Médio baixo	-3,11	8,39
289	281	16	BRUNOPOLIS	0,596	Baixo	0,621	Baixo	4,22	0,656	Baixo	5,59	0,739	Médio baixo	12,61	23,93
288	282	26	TIMBO GRANDE	0,606	Baixo	0,632	Baixo	4,41	0,670	Baixo	5,96	0,734	Médio baixo	9,60	21,25
270	283	257	PONTE ALTA DO NORTE	0,651	Baixo	0,690	Baixo	6,01	0,734	Médio baixo	6,37	0,732	Médio baixo	-0,33	12,39
281	284	236	RIO RUFINO	0,635	Baixo	0,738	Médio baixo	16,23	0,726	Médio baixo	-1,55	0,731	Médio baixo	0,72	15,25
269	285	34	PRESIDENTE NEREU	0,654	Baixo	0,654	Baixo	0,01	0,669	Baixo	2,40	0,727	Médio baixo	8,66	11,29
219	286	19	ALFREDO WAGNER	0,695	Baixo	0,603	Baixo	-13,28	0,657	Baixo	8,95	0,727	Médio baixo	10,68	4,56
293	287	282	BOM JARDIM DA SERRA	0,572	Baixo	0,706	Médio baixo	23,40	0,742	Médio baixo	5,08	0,721	Médio baixo	-2,84	25,98
285	288	260	LEOBERTO LEAL	0,615	Baixo	0,739	Médio baixo	20,21	0,723	Médio baixo	-2,18	0,720	Médio baixo	-0,42	17,09
276	289	279	CHAPADAO DO LAGEADO	0,642	Baixo	0,656	Baixo	2,18	0,726	Médio baixo	10,64	0,710	Médio baixo	-2,24	10,53
268	290	270	CALMON	0,655	Baixo	0,678	Baixo	3,42	0,708	Médio baixo	4,54	0,703	Médio baixo	-0,81	7,23
271	291	268	IPUACU	0,649	Baixo	0,714	Médio baixo	10,13	0,707	Médio baixo	-1,07	0,702	Médio baixo	-0,74	8,15
212	292	218	PASSOS MAIA	0,698	Baixo	0,684	Baixo	-1,99	0,686	Baixo	0,23	0,696	Baixo	1,39	-0,39
286	293	286	MATOS COSTA	0,614	Baixo	0,661	Baixo	7,72	0,690	Baixo	4,42	0,664	Baixo	-3,82	8,18
-	-	-	<b>SANTA CATARINA</b>	0,753	Médio baixo	0,802	Médio	6,48	0,811	Médio	1,07	0,837	Médio	3,24	11,11

FONTE: CENSO ESCOLAR

ELABORAÇÃO : GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO/SC